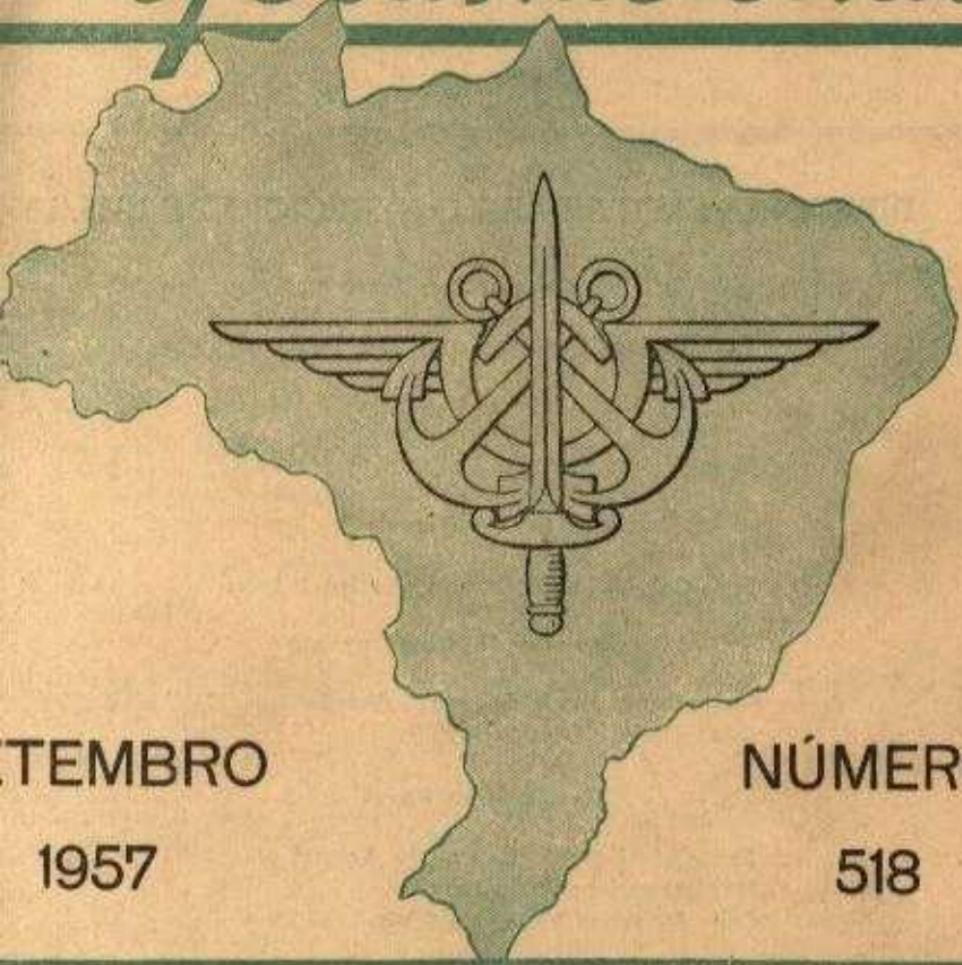


Defesa Nacional



SETEMBRO
1957

NÚMERO
518

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

E

ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra

DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLIV

BRASIL — RIO DE JANEIRO, SETEMBRO DE 1952

N. 518

SUMÁRIO

Pág.

A Nossa Mais Importante Efemeride — Dr. Epílogo de Campos	5
---	---

CULTURA PROFISSIONAL

Quando falo em Cavalaria, não me refiro a cavalos — De Major-General James M. Gairin (Traduzido da Revista "Armor", pelo Major Otto Arlindo Berentzauer)	7
Concurso de Admissão à ECUME em 1952 — Uma solução à Prova de Conhecimentos Técnicos e Táticos peculiares à Arma de Infantaria	17
Defesa em Contra-Encosu, pelo Maj Charles A. Jackson — Trad. Maj Kleber Assumpção	23
Concurso de Admissão à ECUME em 1952 — Uma solução à Prova de Topografia	29

CULTURA GERAL

Rodovias e Ferrovias na Amazônia — Pelo Ten-Cel Tasso Vilar de Aquino	41
Importação de Metais não Ferrosos — Da Revista "Desenvolvimento e Conjuntura" — Julho de 1957	51
O Governo Paraguaio e suas Relações com o Brasil de 1822 a 1864 — Pelo Gen Silveira de Melo	63
Contribuição para um Estudo de Fundamentos e Diretrizes para uma Reforma de Ensino no Brasil — Pelo Dr. José de Almeida Rios, do Ministério da Educação e Cultura	75
Consumo Anual de Lenha no Brasil	84

DIVERSOS

Credo	85
Atrevimento (A propósito de Campos) — Pelo Gen Manoel Ignácio Carneiro da Fontoura — Quadro de Estado-Maior da Reserva	87
Amores e Amizades de Simon Bolívar — Pelo Ten-Cel Gerardo Lemos do Amaral	91
Boletim Comemorativo do 45º Aniversário do 2º RA 75 Cav — Por Osmar de Almeida Brandão, Coronel Comandante	101

BRASILIANAS

A mineração do Nordeste — Relevoamento — Parque minero-siderúrgico do Estado do Rio — Usina Termelétrica de Capivari — Minérios brasileiros de baixo teor — Produção brasileira de café, 1956 — Mamona grande negócio	107
---	-----

NOTÍCIAS MILITARES

Prêmio de 50 mil cruzeiros (Concurso para Elaboração de um Manual de Hipótesis) — Recorde de altitude e permanência no ar. Importante arma para defesa Anti-atómica — Gen Mallet (Patrônio da Arma de Artilharia)	113
---	-----

ATOS OFICIAIS

Leis, decretos, portarias, avisos e notas de interesse geral para as Forças Armadas, publicados até 23 de agosto de 1957, no "Diário Oficial"	117
---	-----

A NOSSA MAIS IMPORTANTE EFEMÉRIDE

DR. EPILOGO DE CAMPOS

Comemora-se, hoje, mais um aniversário da Independência. Acontecimento marcante na história da nacionalidade, devem os brasileiros considerá-lo, carinhosamente, à luz da realidade dos acontecimentos que o precederam e acabaram culminando com a sua concretização.

Ao contrário do que levianamente muitos têm afirmado e outros tantos ingênuamente acreditado, o episódio de que a cima do Ipiranga foi cenário magnífico, não decorreu de uma impulsiva resolução do Príncipe Regente, revoltado contra as ordens fracionianas da Metrópole. Tampouco foi obra exclusiva da orientação traçada pelos Andradistas, José Bonifácio à frente, José Clemente Pereira, Cônego Januário, Gonçalves Lêdo e outros, nos conselhos da Regência, nas reuniões maçônicas e nos comícios populares. Muito menos do inestimável estímulo que, para esse assunto, constantemente recebia D. Pedro de sua augusta esposa, nunca assaz louvada princesa Leopoldina.

É verdade que tudo isso concorreu, poderosamente, para o de Setembro. Mas não há negar que esse glorioso evento foi o epílogo feliz e memorável de um movimento que de longa data se vinha processando, irresistível e avassalador, na consciência do povo. Não porque os brasileiros daqueles idos sentissem pelos português, aversão e ódio, como ainda hoje se verifica no seio de muitos povos submetidos ao regime de colônia de outras nações. Mas porque o sentimento de liberdade foi sempre o grande apanágio da nossa gente. Herdamo-lo dos aborígines, primitivos senhores da terra que Cabral arrancou do segrêdo das

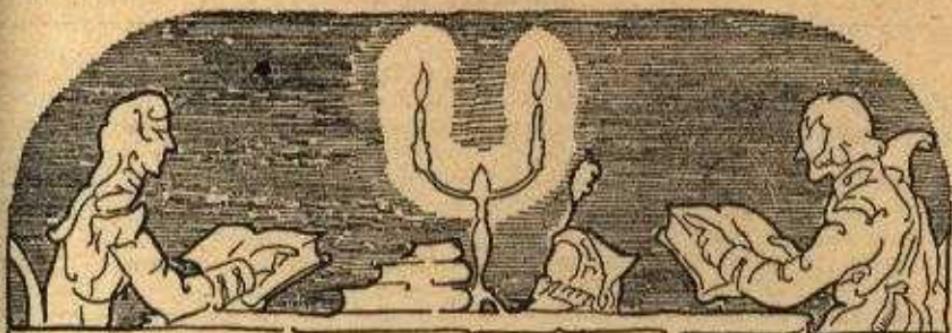
ondas. Circula nas nossas velas estuando no sangue que é a nossa vida. Ilumina as nossas consciências e nos orienta para maiores e mais belos destinos no concerto dos povos civilizados.

A epopéia das Bandeiras, a luta épica contra o invasor bártavo, o sacrifício de Felipe dos Santos, o martírio de Tiradentes, a revolução pernambucana de 1817, foram etapas sangrentas e gloriosas da nossa evolução cívica, em busca da Independência.

Os que nela pereceram deixaram-nos com o seu exemplo um legado sagrado de bravura, de altivez, de desprendimento de amor pela Liberdade.

Cumpre-nos reverenciar a sua memória, exaltar o seu sacrifício, empenhando as nossas energias, o nosso entusiasmo, a nossa capacidade de realizar, na defesa do ideal que foi a chama de suas vidas gloriosas. lutando, sofrendo, clamando pela Liberdade, porque assim fazendo, estaremos lutando pela grandeza do Brasil.





CULTURA PROFISSIONAL

QUANDO FALO EM CAVALARIA, NÃO ME REFIRO A CAVALOS

Do Major-General JAMES M. GAVIN (Traduzido da Revista "Armor", pelo Maj OTTO ARLINDO BERENHAUSER)

"Como entusiasta de nossa Cavalaria, estou convencido que nunca venceremos uma guerra sem ela e, sem ela, muito provavelmente a perderemos."

Na Guerra da Secesão surgiu uma frase — “Quem já viu um cavalariano morto?” — que obteve um resultado imortal. Oriunda de uma campanha em que eram comuns frases desse tipo, essa é sempre relembrada nos meios militares; para o soldado atual, entretanto, é uma ninharia, cuja pergunta deveria ser: “Quem já viu Cavalaria?”

Atualmente constitui passatempo para os historiadores militares especular sobre o emprêgo da Cavalaria, no mais sanguinário de nossos conflitos internos. Que teria

acontecido, se Jeb Stuart, em vez de caçar comboios, tivesse aparecido na frente de Lee ao desembocar do Passo de Cashtown, em Gettysburg? Se Buford, em Willoughby Run fosse rechaçado pela ação da incomparável Cavalaria de Stuart e as alturas ao sul e a leste de Gettysburg fossem tomadas pelos sulistas naquele primeiro dia, qual o efeito que teria produzido no hesitante Meade? É possível que houvesse mudado todo o curso de nossa história. É bem possível...

O Major-General James M. Gavin é pára-quedista e formou-se por West Point em 1929. Realizou seu primeiro salto de combate na Sicília, como comandante de Regimento, no primeiro desembarque aéreo de envergadura da II Guerra Mundial. Mais tarde, tornou-se famoso como comandante da 82ª Divisão Aero-terrestre.

Depois disso tomamos parte em algumas outras guerras. Recentemente conseguimos um empate em uma campanha que os historiadores podem julgar a mais custosa e mais mal sucedida de todas. Enquanto alguns historiadores continuam a lamentar a ausência de Stuart em Gettysburg, ainda nenhum deles perguntou: "Onde estava a Cavalaria de Walker na Coréia?" — e já era tempo que alguém o fizesse. Onde estava a Cavalaria de Walker, a 26 de novembro de 1950, quando seu punhado de divisões foi batido, numa completa e esmagadora ação de surpresa, por trinta divisões chinesas? Nessa emboscada sucumbiram unidades e mais unidades, na pior derrota das Forças Armadas dos Estados Unidos.

Onde estava nossa Cavalaria? Estava, e ainda permanece, na imaginação dos planejadores e historiadores militares. Não me refiro a cavalos! Refiro-me a helicópteros e aviões leves para transportar homens com armas automáticas e anticarro portáteis, bem como viaturas leves de reconhecimento com armamento anticarro igual ou superior aos dos carros de combate russos T-34.

Técnicamente poderíamos tê-los tido. Devido à nossa veneração pelo equipamento pesado — e os ensinamentos de combate hauridos no fim da II Guerra Mundial que nos deixou a ilusão que blindagem pesada é Cavalaria — não os possuímos. Perdemos a Cavalaria quando embarcamos em carros de combate e viaturas mais pesadas, todos se deslocando (ainda assim, quando o terreno permite o movimento) com a mesma velocidade da Infantaria motorizada, ou talvez menor.

A Cavalaria é a arma da mobilidade; ela existe e cumpre suas missões devido à sua mobilidade diversa — estabelecido o contraste de sua mobilidade com a de outras tropas terrestres. Se não houver distinção na mobilidade não existe Cavalaria. A Cavalaria é a arma da potência de fogo e de cho-

que; é a cortina protetora contra o tempo e a busca de informes do inimigo. Nega ao inimigo o talismã do sucesso — a surpresa — enquanto proporciona às nossas próprias tropas os meios de obtê-la e, com isso, destruir o adversário.

Cavalaria não é o cavalo, nem os sabres cruzados ou os lenços amarelos. Estes são apenas os vestígios de uma nobre arma do Exército dos Estados Unidos, cuja alma foi trocada por um corpo. É a arma de Jeb Stuart, Custer, Sheridan e Forrest. É a arma que na II Guerra Mundial foi a mais rápida e a mais potente (empregando a expressão de Forrest), mas que, agora, está se transformando, rapidamente, em termos de potência de fogo e de mobilidade, "na última entre as últimas". Certamente bravura, espírito de aventura e desprendimento pela vida são abundantes em nossas unidades blindadas e de Cavalaria, como já foi amplamente demonstrado em todas as oportunidades de combate. Entretanto, com a motorização de nossas forças terrestres e o consequente desaparecimento da mobilidade diferencial, a Cavalaria deixou de existir em nosso Exército, a não ser em nome.

Em junho de 1950, quando as forças norte-coreanas, embriagadas pela vitória, começaram a surgir ao sul do paralelo 38°, o Gen Mac Arthur solicitou e obteve permissão para se lançar à luta. A situação tática clamava por uma Cavalaria a ser empregada imediatamente, a fim de cobrir e retardar, enquanto a Infantaria e os blindados organizassem uma defesa mais substancial.

Que possuímos para isso na ocasião? Um pequeno grupamento constituído por duas companhias de fuzileiros reforçadas e uma bateria de artilharia, transportado de avião para a Coreia. Uma vez sob fogo, sua velocidade foi reduzida para a do homem a pé — na realidade menor que a de muitas tropas de carros de combate norte-coreanas. Não dispunha, nem de meios, nem de mobilidade ade-

quada para cumprir sua missão de Cavalaria.

Quando Walker retrocedeu, trocando sua Infantaria e Artilharia por tempo, seus flancos estavam completamente abertos. A sua esquerda, particularmente, havia uma brecha de cento e sessenta quilômetros, estendendo-se até ao mar e que bem poderia ter sido penetrada. A situação implorava por uma Cavalaria, mas não possuímos a Cavalaria adequada para o caso. Quando as tropas de Walker se retiraram para o reduzido perímetro em torno de Pusan, somente os esforços denodados de seus infantes e seus camaradas da Fôrça Aérea Tática permitiram garantir a situação.

Finalmente, ao se realizar o desembarque de Inchon, a 15 de setembro, havia esperanças de uma ação fluida. Eu estava em Inchon e pareceu-me que, após o esmagamento da resistência inicial, não havia nada de importante na frente do X Corpo. A situação pedia uma Cavalaria altamente móvel para aproveitar essa brecha memorável. Se tivéssemos pressionado para o sul, teríamos, em horas, atingido, pela retaguarda, a posição do rio Nakdong. Ao contrário, levamos duas semanas para estabelecer o contato. Quando as fôrças do sul se lançaram em aproveitamento do êxito para o norte, fizeram-no com uma coluna mista de carros de combate e caminhões, uma coluna essencialmente de infantaria, limitando seu rendimento às viaturas presas às estradas. Estávamos combatendo um exército asiático em termos puramente asiáticos.

As divisões do Gen Walker iniciaram sua progressão e, logo depois, toda a península estava completamente aberta. Naquele momento, patrulhas de Cavalaria deveriam estar a caminho do Yalu; da mesma forma, deveriam estar sendo reconhecidas as prováveis regiões para concentrações de tropas na Coréia do Norte e conservadas sob vigilância as passagens do Yalu. Com uma adequada e equili-

brada força de Cavalaria, isso teria sido perfeitamente possível — únicamente se tivéssemos previsto tal necessidade. Em vez disso, as tropas se lançaram cegamente para a frente, de curva em curva de estrada e de elevação em elevação, nada sabendo do que lhes aguardava o futuro. Se alguma vez, na história de nossas Fôrças Armadas, já houve necessidade de uma Cavalaria — transportada em aviões leves, em helicópteros e aeronaves para assalto — a ocasião foi aquela.

Constitui, atualmente, um capítulo trágico de nossa história, a derrota resultante de aceitarmos combate naquelas condições.

Na Europa, dispomos de unidades de Cavalaria em posições de combate, com missão de cobrir, proteger e retardar. Uma das experiências mais decepcionantes para um profissional das armas é assistir críticas de exercícios e manobras e constatar o esforço de alguns oficiais de estado-maior em demonstrar a incapacidade da atual Cavalaria para cumprir suas missões. A análise mais simples do problema termina, normalmente, com conclusões dêste jaez: "São unidades de Cavalaria, não são? Suas missões eram de Cavalaria. O fracasso deve ser devido à execução." Se unidades de Cavalaria falham em fornecer informes oportunos ou cobertura adequada, seus comandantes são passíveis de advertência — e muitas vezes são advertidos por não terem cumprido a missão com suficiente rapidez; ou a arbitragem é acusada de atribuir demasiada mobilidade ao inimigo".

O que considero alarmante é não se levar em consideração que as tropas motomecanizadas russas possuem mobilidade igual ou superior às nossas. Todos os pesquisadores do mundo e os mais brilhantes oficiais de estado-maior não podem fornecer a chave que possibilite o sucesso das ações táticas da Cavalaria, a não ser que se dote a arma com meios adequados. Ela não os possui atualmente, pois é amarrada às estradas. Mesmo aceitando a hipótese favorável que iremos lu-

tar em países cortados por uma ótima rede de estradas, a nossa Cavalaria não possui maior mobilidade que as Divisões de Infantaria motorizadas que terá de cobrir e proteger.

HOPLITAS E PELTASTAS

É muito simples criticar depois da ocorrência do fato. Outra coisa, entretanto, é solucionar ou tentar solucionar dúvidas surgidas. Felizmente, a maior parte das respostas aos problemas da arte militar não são tão difíceis como inicialmente parecem ser. A experiência de milhares de anos do passado aí está, esperando a nossa compreensão.

Um dos aspectos mais marcantes do passado militar do homem é a sua persistente pesquisa por meios técnicos, tendo em vista possuir maior mobilidade que o adversário. Quando era bem sucedido e, particularmente, quando conseguia reunir elementos de mobilidade variada em um único grupamento tático coeso, obtinha vantagem no combate. Se falhasse na solução do problema técnico, oriundo de suas necessidades, não conseguia o sucesso esperado.

Os gregos foram os primeiros a aperfeiçoar suas técnicas de combate, tendo em vista a diferença de mobilidade, procurando um trabalho de equipe entre seus diversos elementos de combate. O peltasta grego era um combatente a pé, móvel e disposto de armamento leve; sua missão era fornecer uma rede de segurança para os hoplitas, mais pesadamente armados. O hoplita era um soldado com armamento pesado, fazendo parte da falange, a primeira unidade disciplinada e potente de que possuímos conhecimento acurado. Polybus narra qual a impressão que produziu num cônsul romano:

O cônsul... nunca vira uma falange em sua vida, até que se deparou com uma na guerra entre romanos e perseus; depois que tudo se passou, costumava confessar aos seus ami-

gos que a falange macedônica constituía a visão mais formidável e mais terrível que seus olhos já haviam encontrado.

Os persas, adversários dos gregos, eram cavaleiros de escol. Se possuissem a disciplina e o trabalho de equipe dos gregos, teriam vencido. Os gregos, além de bons combatentes, eram muito espertos para aprender o manejo dos cavalos com os persas. Felipe da Macedônia foi o primeiro grande soldado grego, com suficiente visão e capacidade para combinar eficientemente a ação dos cavaleiros com a soberba infantaria. Organizou a Cavalaria pesada e leve e a instruiu para combater em estreita cooperação com os infantes.

Sua habilidade foi herdada pelo seu filho Alexandre, o primeiro grande chefe de Cavalaria do mundo, realizador das idéias do pai. A Cavalaria era sua arma dominante, escreveu o Gen J. F. C. Fuller "e em combate, invariavelmente, dirigia pessoalmente." Alexandre desenvolveu e explorou, ao máximo, a diferença de mobilidade entre a Cavalaria e a Infantaria, dentro das possibilidades da época. Cada um possuía suas subdivisões, baseadas na mobilidade e os peltistas foram conservados para missões de segurança aproximada.

Quando a falange atingiu seu rendimento máximo, surgiu na legião romana um adversário digno de competição. A legião vinha cumprindo uma árdua tarefa contra a altiva Cavalaria de Aníbal para finalmente derrotá-la e voltar-se para leste. A legião, como a falange, era uma fortaleza ambulante; só tudo, possuía uma vantagem sobre a última: cada homem era equipado e instruído para combater individualmente. Em consequência, a legião era tão flexível que podia combater em quase todas as direções, enquanto que a falange, em alguns aspectos igual à moderna divisão triangular, era concebida e instruída para combater em uma só direção.

O domínio da legião foi longo; no seu período, os campos de batalha

talha provaram a Pax Romana; entretanto, como todos os meios de guerra vitoriosos, não poderia durar para sempre; e, quando chegou o fim, seu adversário foi uma Cavalaria rija e combativa. Os indícios do advento dos cavaleiros foram pressentidos, mas não mereceram a devida consideração até ao grande desastre de Adrianópolis, no ano 378, d.C., quando o Imperador Valério perdeu suas legiões e a própria vida, na carnificina da cavalaria gótica.

Depois de Adrianópolis os cavalarianos pareciam invencíveis; em cada século, melhoravam sua blindagem; já não encontravam mais adversários dignos de valor. Na realidade, estavam tornando-se mais pesados e menos móveis, mas inexpugnáveis aos próprios olhos. Finalmente, no Século XIII, apareceu no horizonte oriental um cavaleiro destruindo tudo que aparecesse em sua frente. A 8 de janeiro de 1258, surgiu às portas de Bagdad e lançou um desafio à Cavalaria ocidental. A história desse encontro nos é narrada por uma testemunha ocular:

"Encontramo-nos em Nahr Bashir, uma das dependências de Dujayl; naquela região, afastou-se de nosso meio, a fim de oferecer combate isolado, um cavaleiro completamente equipado e montado num cavalo árabe, tão rijo que, ele e seu corcel, pareciam uma montanha. Do lado dos mongóis destacou-se um homem, montado num cavalo que parecia mais um burro, armado com uma lança em forma de fuso, não usando nem manta, nem couraça, de modo a provocar riso por parte dos assistentes. Contudo, antes que o dia terminasse, a vitória lhe pertencia, tendo nos infligido uma grande derrota, que para nós foi como que a chave do inferno."

O impacto da Cavalaria mongólica no ocidente causou profunda impressão, mas foi de pouca duração nos meios militares. Transcorreu

um século, antes que a couraça dos homens e dos cavalos fosse novamente aumentada, até a um ponto próximo da imobilidade. O aparecimento da pólvora anunciou claramente o fim do cavaleiro armado, mas isso não foi bem compreendido na ocasião; aqueles que empregavam a pólvora, por vezes, eram considerados criminosos e até enforcados. Por fim, em Agincourt, em 1415, a flor dos cavaleiros franceses obteve sua condenação por intermédio de uma força com blindagem leve, mas ágil e armada com arcos e flechas.

Apesar dessa demonstração esmagadora, continuou a ser de grande importância a tarefa dos cavaleiros armados nas contendas da Idade Média. Muitas vezes, a presença de um homem montado em combate refletia mais sua própria situação na vida e a consequente possibilidade de dispor de um cavalo e seus apetrechos, do que uma necessidade tática. O torneio era um esporte militar popular e a "carga" dos cavaleiros armados constituía uma tática empregada através dos anos, enquanto as armas de fogo continuavam a progredir. Mesmo depois que a pólvora tirou a eficiência do cavalo couraçado, muitos militares persistiam na argumentação de que a tática mais decisiva e mais efetiva em combate continuava sendo a carga de cavalaria.

Em nossa guerra civil, os cavalarianos abandonaram a blindagem e adotaram a pistola e o sabre como armas adequadas para a carga. Foi também nessa guerra, a era dos grandes chefes de Cavalaria, que Sheridan enunciou o ponto de vista herético que o objetivo real da Cavalaria não era cavalgar loucamente. No fim da guerra, foi estabelecido que a finalidade real do cavalo era fornecer potência de fogo onde fosse mais necessário. Frequentemente os cavalarianos apeavam, abrigavam seus cavalos e se instalavam no terreno para destruir o adversário com o grande volume de fogo que eram capazes de produzir — uma fina

adaptação das condições existentes na época.

A potência de fogo estava aumentando de tal intensidade nos campos de batalha que o homem desabrigado nada mais podia fazer contra ela. A eficiência do armamento e o número de armas automáticas continuou a evoluir, até que na I Guerra Mundial se chegou a um impasse. A diferença de mobilidade entre as forças terrestres havia desaparecido. A defensiva dominava completamente, resultando em Verdun, Somme e Passchendaele. Os britânicos em Passchendaele tiveram 8.222 baixas por milha quadrada conquistada — um sacrifício elevado do elemento humano para os resultados obtidos.

Enquanto estavam sendo empilhados os cadáveres nas batalhas de desgaste da I Guerra Mundial, os comandantes e seus estados-maiores estavam procurando, desesperadamente, a solução de seus dilemas — sómente para recair no emprêgo de uma maior massa de Artilharia e Infantaria assaltante, na esperança de saturar a defesa. Contudo, surgiu uma nova forma de mobilidade: as viaturas terrestres com propulsão a gasolina. O seu aparecimento foi muito tardio para pleno aproveitamento naquela guerra, mas aqueles que compreenderam sua importância delinearam certas esperanças para romper o impasse. A atuação dos blindados, embora restrita, foi suficiente para convencer alguns visionários sobre suas imensas possibilidades.

Durante as duas guerras eles pregaram. Fuller, Liddel Hart, de Gaulle e Chaffee expunham suas idéias sempre que encontravam alguém interessado na nova forma de guerra — ou no novo tipo de Cavalaria, o que inegavelmente era — oferecendo uma diferença de mobilidade nunca vista ou concebida anteriormente. Infelizmente, alguns jovens oficiais alemães também pressentiram suas possibilidades com a mesma clarividência e instituíram um programa adequado de desenvolvimento na Wehr-

macht. As campanhas alemãs na Polônia, em 1939, e, na França, em 1940, provaram que homens, como Guderian e Rommel, fogam bons alunos de seus mestres aliados.

Atualmente, estamos em uma situação em que militares do passado já se depararam muitas vezes. Assistimos em nossa época as intermináveis batalhas defensivas da I Guerra Mundial e as grandes ofensivas do inicio de 1940. Alguns veteranos ainda se lembram bem, como eram aplicados em combate os ensinamentos de dez anos atrás. A memória, entretanto, pode idolatrar as coisas do passado e impedir que nossos espíritos comprehendam a significação dos acontecimentos. Se analisarmos as afirmações de Liddel Hart e Fuller depois da I Guerra Mundial, concluiremos que ainda se aplicam na atualidade. Corremos o risco de esquecer que o importante não é o que foi dito e feito e, sim "porque" foi dito e "porque" foi feito. Entretanto, um dos períodos mais críticos — talvez "o mais" — da evolução de nossa história militar está à nossa frente.

INSTRUMENTO AÉREO

Não se passaram muitos anos entre Kitty Hawk e as grandes ofensivas da II Guerra Mundial, mas foram anos de intensas pesquisas para o aproveitamento do novo veículo aéreo em combate. Existiam alguns, da mesma forma que seus antecessores em anos passados, que viam o instrumento aéreo como uma arma absoluta — um deles foi Douhet. Outros, como os visionários Mitchell e Arnold, viam-no como realmente era: um instrumento de mobilidade capaz de transportar os meios da vitória para o local decisivo. A definição do poder aéreo do Gen Mitchell continua sendo a melhor: qualquer coisa que voe.

A pesquisa comum, tendo em vista os meios de sobrevivência, aproximou o soldado e o aviador e, uma vez juntos, foi rápida a imaginação para um novo tipo de mobilidade. Considero-me afortunado por

ter participado de uma de nossas primeiras unidades nesse novo campo; pertenci ao Grupamento Tático à base do 505º Regimento de Infantaria Aeroterrestre na invasão da Sicília, a 9 julho de 1943. Nossa missão era saltar entre as reservas identificadas do inimigo e as praias a serem utilizadas por nossas divisões assaltantes e cobrir seus desembarques; existiam, também, algumas missões secundárias: impedir o uso de aeródromo, conquistar uma região importante do terreno, manter diversos nós de estrada, etc. — todas, missões típicas de Cavalaria.

Depois do salto, as primeiras forças inimigas que encontramos foram elementos de reconhecimento da Hermann Goering Panzer Division, a Cavalaria discípula de Fuller e Lidell Hart. Passamos por maus momentos. Muito dispersos, concluímos que nossa mobilidade não era tão grande como supúnhamos; mal armados — nossas bazookas 2.36 eram ineficientes contra os Tigres — mal sobrevivemos. O sucesso de nossa missão, entretanto, pode ser avaliado por um relatório inimigo a respeito:

Na minha opinião, se não fossem as forças aeroterrestres aliadas, impedindo que a Divisão Blindada Hermann Goering atingisse a cabeça de praia, aquela divisão teria repelido as forças de desembarque de volta para o mar (Interrogatório de após-guerra do Gen Kurt Student).

Retornamos com uma firme convicção em dois pontos: necessitávamos (1) aperfeiçoar a precisão de desembarque aéreo e (2) melhorar as armas anticarro. Ainda que esses dois problemas recebessem prioridade imediata, não realizamos coisa melhor, quando saltamos, dois meses mais tarde, na Itália. Nossa missão, novamente, era tipicamente de Cavalaria. O 2º Batalhão do 509º Regimento de Infantaria Aeroterrestre devia saltar em Avellino, ponto chave da rede de estradas conduzindo a Salerno

e barrar qualquer movimento na região. O restante da 82ª Divisão Aeroterrestre deslocou-se da Sicília para Salerno como uma reserva altamente móvel e logo foi empenhada na cabeça de praia.

Entre Salerno e a Normandia os esforços foram concentrados na precisão do desembarque aéreo e nas armas anticarro. Pela primeira vez começamos a procurar uma viatura terrestre leve que pudesse aproveitar as oportunidades imprevistas que invariavelmente caracterizavam o início dos saltos nas retaguardas inimigas. Para o problema da precisão dos desembarques apelamos para Washington e, em pouco tempo, obtivemos um projetor com luzes coloridas capaz de ser levado por um único paracaidista e instalado depois do salto, a fim de sinalizar em código (mais tarde foi empregado equipamento infra-vermelho). Para as armas anticarro, o Gen Ridgway obteve uma companhia de 57 mm de uma divisão recém-chegada à África do Norte. Redistribuímos, também, nossas cargas individuais, de maneira a poder saltar com 700 minas AC por Regimento e adotamos a granada de mão anticarro Gammon, de origem inglesa.

Os canhões de 57 mm eram os melhores que possuímos, ainda que dificilmente contássemos com eles, pois eram transportados em planadores. Prestaram bons serviços até que capturamos a primeira panzerfaust alemã na Holanda; essa arma punha em igualdade de condições um único homem com o mais pesado carro de combate alemão e nos proporcionou um período de relativa prosperidade. Como solução para o problema das viaturas, decidimos colocar algumas chapas blindadas nos jipes. Equipados com armas automáticas e panzerfaust, eles — comparados a outras formas de mobilidade da II Guerra Mundial — constituiam a melhor Cavalaria da época. Capazes de serem transportados em planadores, a centenas de quilômetros e em poucas horas, invariavelmente

cumpriam suas missões em boas condições.

A missão atribuída à 82ª Divisão Aeroterrestre na Normandia foi impedir que o inimigo reforçasse as praias e atacá-las pela retaguarda — novamente uma missão de Cavalaria. Dois meses depois, a Divisão estava novamente no ar, a caminho de Nijmegen. Entremes, muito havia sido aprendido. O problema do desembarque aéreo tinha quase atingido a perfeição na Holanda e já dispúnhamos de armas anticarro em abundância. A tropa de Cavalaria da Divisão, o Pelotão de Reconhecimento, completamente motorizado com novos jipes blindados, provava ser digna de toda confiança. Aqui havia Cavalaria no sentido histórico.

Depois da Holanda, começamos a pensar em fuselagens destacáveis, trens de pouso com lagartas, transportes de assalto e helicópteros. Não sabíamos exatamente como seria o novo veículo aéreo, mas sentímos que estávamos na pista certa. O que precisávamos, agora, era uma integração mais estreita com os herdeiros das missões da Cavalaria, os blindados, sem perda da alta mobilidade e agressividade das tropas aeroterrestres. Isso sugeriu uma nova possibilidade para os blindados, dentro do campo aeroterrestre, com muitas esperanças de emprégo no futuro.

Deve ser recordado que, por esta época, estava em andamento um aperfeiçoamento complementar de grande significação no que se refere às armas anticarro. Em diversos campos de pesquisa, o armamento anticarro estava demonstrando ser superior aos carros de combate, indicando claramente que, num futuro próximo, as armas anticarro reduziriam, ainda mais, a diferença de mobilidade desfrutada pelos blindados no início de 1940. Em consequência, surgiu a exigência imediata de exploração do binômio aeroterrestre-blindados, em que poderia ser encontrada nova mobilidade.

Se falhássemos nessa realização, o mínimo que nos poderia acontecer

seria uma guerra de estagnação, em que os blindados, nossa atual Cavalaria, ficariam tão imobilizados como a Cavalaria do inimigo. Na pior das hipóteses, o inimigo poderia desenvolvê-la e obter uma esmagadora surpresa tática no inicio das hostilidades — como conseguiram os alemães em 1939/40. Convém lembrar que a primeira manobra de envergadura com tropas aeroterrestres foi realizada pelos russos e que, em 1935, transportaram pelo ar, toda uma Divisão, de Moscou a Vladivostok — 5.600 quilômetros de distância.

Como entusiasta de nossa Cavalaria, estou convencido que nunca venceremos uma guerra sem ela e, sem ela, muito provavelmente a perderemos. A Coréia é uma temunha eloquente. Minha experiência resultante da II Guerra Mundial levava-me a escrever um artigo sobre o assunto — O FUTURO DOS BLINDADOS — publicado, tanto no Combat Forces Journal como no Armored Cavalry Journal, em novembro de 1947.

Pareceu-me, na ocasião, que deveríamos aliviar o equipamento de combate dos blindados e procurar aviões que pudesse transportá-los para os campos de batalha. Pouco consegui. As viaturas de nossas unidades de Infantaria e Cavalaria não estão mais leves que há cinco anos — na realidade, estão mais pesadas, em alguns casos. Presentemente, a diferença de mobilidade entre a Infantaria e a Cavalaria — na forma de Divisões Blindadas e tropas de reconhecimento mecanizadas — é nula. O mesmo se aplica entre nós e os russos — a não ser, é lógico, no caso em que tenhamos de combatê-los, que se acomodem suficientemente para se deslocar a pé, enquanto empregamos viaturas

AS GRANDES BOMBAS

Existe, atualmente, muita exploração a respeito da guerra atômica. Apesar das opiniões divergentes, não há dúvida de que existem bombas, projéteis dirigidos e artilharia, todos empregando a energia nu-

clear. Se forem empregados, serão também contra as forças terrestres; a única proteção possível é reduzir drásticamente o seu número de combatentes por quilômetro quadrado na zona de combate que, por sua vez, terá maior profundidade. Desde que o terreno vá ser mobiliado com efetivos menores, haverá uma necessidade maior em armas automáticas e um sistema de remuniciamento mais rápido e eficiente. Não há dúvida que o veículo aéreo terá um papel importante na solução desses problemas.

Desde que a dispersão — individual e coletiva — venha a caracterizar a defensiva, a maior necessidade será em meios que permitem concentrar tropas, rapidamente e em tempo, no ponto decisivo. As reservas maiores terão de deslocar-se pelo ar e, na zona de combate, as unidades terão de se apoiar mutuamente, pelo ar e por terra.

As missões típicas da Cavalaria, particularmente a cobertura, terão de ser realizadas a maiores distâncias e com maior rapidez, do que até então. A diferença de mobilidade que permita tal realização precisa ser obtida. Ela está ao nosso alcance, felizmente, nos veículos aéreos que estão sendo aperfeiçoados — transportes de assalto, aviões leves, helicópteros e convertiplanos.

Fórcas assim organizadas e equipadas terão uma grande influência na guerra do futuro. Sua disponibilidade é essencial, mas, infelizmente, não pode ser obtida da noite para o dia, à maneira de Aladim. O tempo necessário à sua obtenção poderá ser medido em anos, ao passo que o tempo para um desastre, poderá ser mínimo; isso poderá acontecer, enquanto confiarmos quase que exclusivamente no conceito de extermínio em massa — um conceito que não encontra justificativa na experiência humana como meio exclusivo e auto-suficiente para a vitória.

A atração pelo extermínio em massa é incompreensível; é espacial, transporta a guerra para longe de nossa terra e muitos acre-

ditam ser exclusividade dos americanos. Ela realiza uma missão: -- o aniquilamento das fôrças estratégicas inimigas, antes que possam ser empregadas. Em consequência, precisa ser situado convenientemente entre os recursos, humanos e materiais, que nosso povo dispõe para tornar possível a vitória. O armamento que corresponde ao papel decisivo que os homens podem desempenhar, com prejuízo mínimo para a economia nacional, será o fator a impor a sobrevivência. O homem é um animal terrestre e continua sendo denominador comum na guerra, qualquer que seja a forma.

Atualmente, mesmo desprezando as lições fornecidas pela história, precisamos compreender que a diferença de mobilidade que estamos procurando, será encontrada no veículo aéreo. Plenamente combinado com os blindados, dar-nos-á a mobilidade e potência necessárias.

A tática militar não é tão complicada para haver alguma coisa de misterioso nessa conclusão. Possuímos um ditado americano que o traduz perfeitamente: "Atinja-os, onde não estejam".

Tudo isso talvez seja muito estranho em relação aos gregos com seus hoplitas e peltistas, à legião romana, aos cavaleiros armados da Idade Média e à filosofia de combate de Forrest. Pode ser em tempo, mas não o ser em essência; para sobreviver e vencer batalhas, os militares precisam meditar sempre sobre esses assuntos e acompanhar as curvas da história, para não se precipitar vertiginosamente no esquecimento, arrastando seu povo.

Quando uma nação moderna se lança numa política militar imprudente, não só seus chefes militares estão errados. "Em nossa democracia", disse o General George Marshall há quinze anos, "onde o governo é realmente um representante da vontade popular, a política militar depende da opinião pública e a nossa organização militar

CONCURSO DE ADMISSÃO À ECUME EM 1956

UMA SOLUÇÃO À PROVA DE CONHECIMENTOS TÉCNICOS E TÁTICOS PECULIARES À ARMA DE INFANTARIA

DOCUMENTO N. 1

Anexos — Calcos ns. 1, 2 e 3.
— Uma folha de papel calco
para solução.

PRIMEIRA QUESTÃO

A) SITUAÇÃO

— Fôrças Azuis, em curso de operações ofensivas, atacam por NE, e SE, a cidade de BAGÉ, tenazmente defendida.

2 — Em fim de jornada de D-1, 1^a DI, que vinha pressionando o inimigo, acha-se com os seus 1^º e RI na situação e dispositivo constantes do calco n. 1, anexo.

3 — A aeronáutica azul informou 1800/D-1 :

"Aumentou sensivelmente o momento de viaturas, que de BAGÉ dirigem para NW."

4 — Em consequência da decisão Cmt do 1^º CEx, de completar mais curto prazo o cerco de BAGÉ, foi atribuída, pelo Cmt da DI, a seguinte missão ao 1^º RI :

a) atacar, às 0600/D, na direção :

Cota 180 (1,5 km E de J. SOUZA)
Ponto cotado 236 — Cota 250
km SW de FERRARIA) para conquistar as alturas que dominam o SE a ESTRADA PASSO DO INGOTE-BAGÉ,

b) estar em condições de cooperar na conquista da cidade de BAGÉ.

5 — O Cmt do 1^º BI recebeu os seguintes elementos da OOp/1^º RI para o ataque do dia D :

- Calco Inf. (Extracto) — Ver calco n. 2 — Anexo.
- possibilidades do inimigo :
- Defender as atuais posições com o valor de 2 Cia I, apoiadas por Art, desde já ;
- Reforçar a tropa empenhada com o valor de 1 BI, desde 2000/D-1 ;
- Retrair para NW a qualquer momento ;
- Defender também a região de cota 250 (1 km S de FERRARIA), com o valor máximo de 1 BI e 2 Cia I, apoiadas por Art.

c) o 2^º RI vai atacar na direção :

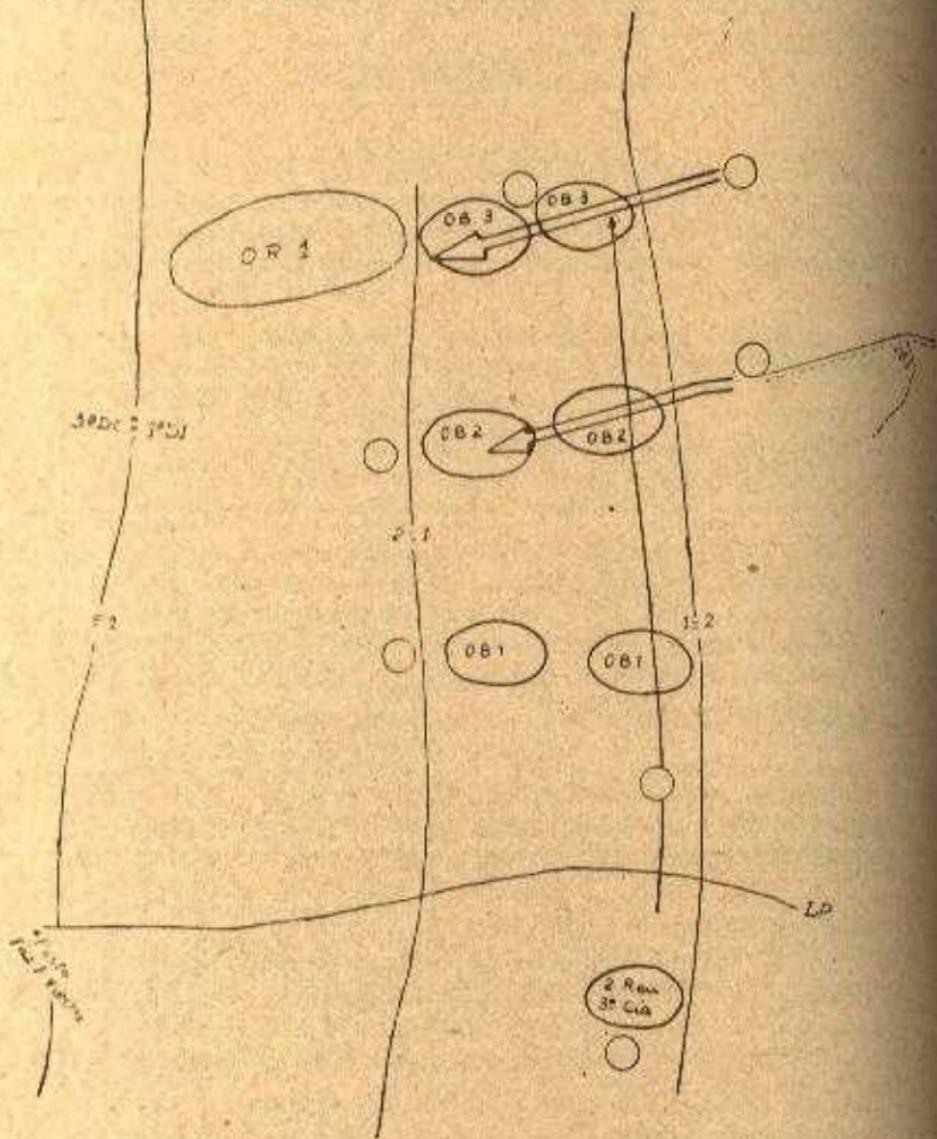
PASSO DAS PEDRAS-CEMITÉRIO (1 km NNE de FERRARIA), para conquistar as alturas de CERRO-DE BAGÉ.

d) da missão às unidades subordinadas :

- 1^º BI — Calco Op — Calco n. 3 — Anexo. Reforço : 1^a/701 BCC.
- 2^º BI — Calco Op — Calco n. 3 — Anexo. Ligarse ao 1^º BI e à 3^a DC.

Uma solução aos pedidos fez
Carta: RS
Escala: 1:25000
Folha: QUEBRACHO(NW)

1º QUESTÃO



(3) Cia Mrt P 4.2.

Apoio geral. Prioridade de fogos de 2 Pel para o 1º BI.

B) PEDIDO

1 — Comp Cmt do 1º BI trace, na folha de "Calco para solução dos Pedidos 1 e 2", os seguintes elementos:

- Objetivo(s) selecionado(s) para a(s) Cia(s) do escalão de ataque do BI;
- Zona(s) de reunião inicial (is) da(s) Cia(s) reserva;
- Direção de esforço (por uma seta).

2 — Admitindo-se que, no decorso do ataque, o 2º RI possa ser atraído pelo combate nas orlas de BAGE, atrasando-se em sua progressão, trace no "Calco para solução dos Pedidos 1 e 2", ainda como Cmt do 1º BI, duas direções possíveis de contra-ataque do inimigo. (Use setas com traço duplo).

3 — Redija abaixo a(s) missão(es) da(s) Cia(s) Fzo do escalão de ataque e da(s) Cia(s) Fzo reserva do BI.

R — a) 1ª Cia, (a de E).

(1) Calco n.; (2) Reforço: 1ª (—)/701º BCC.

b) 2ª Cia (a de W).

(1) Calco n.; (2) Ligar-se à 1ª Cia.

(3) Reforço: 3º/1ª/701º BCC.

c) 3ª Cia (a de reserva).

Estar em condições de:

(1) Tomar a seu cargo a missão de uma das Cias de 1º escalão, em particular, a da 1ª Cia (a de E);

(2) A partir de OB2 cobrir o flanco E do BI.

4 — Cite três características de uma boa LINHA DE PARTIDA (LP) para um ataque.

R — Ser reconhecível no terreno. Estar aproximadamente perpendicular à direção de ataque.

Estar protegida contra a observação e os tiros diretos do inimigo.

Estar localizada de modo que a tropa não tenha de combater para atingi-la.

5 — Os objetivos de um BI, designados pela ordem de ataque do RI, podem ser classificados, de um modo geral, em *aproximados* e *afastados*. Defina-os.

R — Objetivos aproximados são os que, normalmente, poderão ser apoiados por todas as armas de tiro direto de suas posições iniciais de tiro.

Objetivos afastados são os que, normalmente, exigem a designação de objetivos intermediários pelo RI, pelo BI ou por ambos.

6 — O PLANO DE ATAQUE é constituído de dois outros planos. Enumere-os.

R — *Piano de manobra.*

Plano de apoio de fogos.

7 — Os movimentos de tropa podem ser classificados em:

R — a) *Movimentos táticos.*

b) *Movimentos preparatórios.*

DOCUMENTO N. 2

Anexos — Calco n. 1.

— Uma folha de papel caíco para solução do Pedido.

fensiva a cavaleiro da Estrada MELO-BAGE.

2 — O 6º RI receberá a seguinte missão:

"Defender, face a E, as alturas que dominam a Estrada MELO-

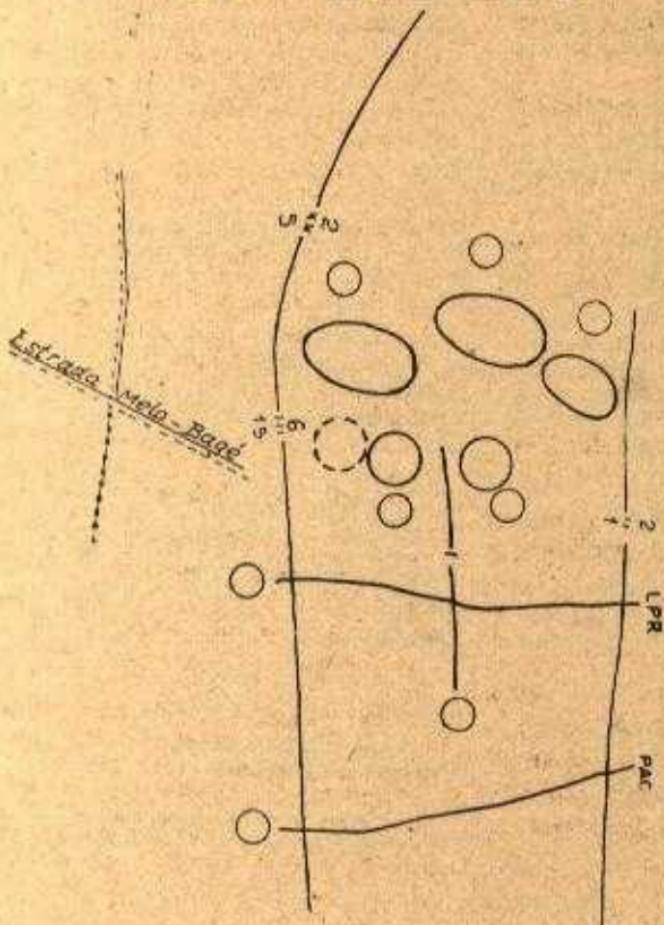
SEGUNDA QUESTÃO

A) SITUAÇÃO

1 — A 2ª DI, unidade integrante do 7º CEX, acha-se, desde o inicio da jornada de hoje D-1, com o 5º e 6º RI, em curso de instalação de-

UMA SOLUÇÃO AO PEDIDO Nº 1
Carta: RS
Escala: 1:25 000
Folhas UMBU (NW-3W)

2º QUESTÃO



BAGÉ entre as regiões de" : (Ver Calco n. 1).

Estrada DEL DUCA — Ponto Cotado 185 — Cota 200 (1 km S de S. GERALDO), todos inclusive e a REPRESA 750 m NW de Est^a. do SEIVA — Estrada para Est^a. SÃO LUIZ, todos inclusive.

3 — O Cmt do 1º BI recebeu, do Cmt do 6º RI, os seguintes elementos da OOp 3/6º RI para a defesa :

a) Possibilidade do inimigo :

O inimigo pode :

— Realizar ataques parcelados contra a PR a partir de 1000/ D + 1.

b) Calco Op (extrato) — Calco n. 1.

4 — Nos reconhecimentos realizados constatou-se o seguinte :

a) O Arroio que corre imediatamente a E da Estrada MELO-BAGÉ é obstáculo AC e AP, ao N da cércea que passa pela Est^a. do SEIVA.

b) A região é servida por estradas carroçáveis em bom estado, marginando as cercas de arame.

c) O solo nas condições atuais do tempo é firme permitindo o trânsito de viaturas através campo.

B — PEDIDO

1 — Como Cmt do 1º BI, no calco anexo (Calco para Solução do Pedido n. 1) :

a) Apresente ao Cmt do 6º RI as propostas quanto ao :

— Traçado da LPR.

— Traçado do PAC.

b) Assinale, com um círculo, a(s) região(ões) a ser(em) mantida(s) pela(s) reserva(s) do(s) subquarteirão(ões).

c) Trace as regiões a organizar pela reserva do 1º BI ?

d) Trace os limites entre os subquarteirões.

2 — Quais os fogos planejados para a conduta de uma defensiva ?

R — Fogos longínquos.

Fogos defensivos aproxima-dos.

Fogos de barragem geral.

Fogos no interior da posição.

3 — Apresente três missões normais da Cia reserva de um BI na defensiva.

R — Limitar as penetrações na frente.

Proteger os flancos e a retaguarda.

Executar contra-ataques locais.

Instalar zonas avançadas de PAC.

4 — Cite três características desejáveis a uma boa LPR.

R — Observação na frente e nos flancos.

Bons campos de tiro para fogos rasantes e de flanqueamento, das armas automáticas.

Existência de obstáculos naturais, particularmente anticarros.

O MUNDO DAS FLAMULAS

FLAMULAS E CARTAZES EM GERAL

"Joroal" Publicidades Comércio e Indústria Ltda.

Rua Mariz e Barros, 93 (Sobrado) — End. Telégr. "Joroal" — Telefone : 28-6893

RIO DE JANEIRO

DEFESA EM CONTRA-ENCOSTA

Maj CHARLES A JACKSON
Trad. Maj Kleber Assumpção

"Procurem e conquistem as alturas, e as mantenham!" Já ouvimos esta frase antes, várias vezes, e iremos ouvi-la novamente, mas não devemos cansarmo-nos de vê-la repetida, porque é uma noção tão antiga como a própria guerra e deverá ser lembrada e aplicada sempre que possível, pois é de grande significação para os combatentes. Ela significa que estaremos em um ponto dominante, que de lá devassaremos o inimigo completamente; que teremos todas as vantagens, quando ele quiser tentar desalojar-nos da posição: — ampla observação — bons campos de tiro para as armas de trajetória tensa e possibilidade de lançar os tiros de artilharia com grande precisão.

Na Segunda Guerra Mundial e na Coréia ocupamos posições em contra-encostas, em cristas, em fundos de vales e em encostas. Muitas vezes as posições eram más, por contingência da ação inimiga, pela deficiência de transportes ou do equipamento, ou por limitações das vias de comunicações. Note-se que a defesa em contra-encosta nem sempre era escolhida em segunda instância, pois oferece certas vantagens que justificam seu emprégo como predeterminado tipo de defesa. As vantagens nem sempre eram evidentes e, em certa ocasião, verificamos isso pagando um preço muito caro.

Em fevereiro de 43, a 34ª Divisão de Infantaria atacou os alemães na Tunísia. Foram desfechados vários ataques e, normalmente, os alemães estavam instalados nas encostas. Em uma dessas ocasiões, entretanto, nossas tropas encontraram uma po-

sição inimiga, da qual receberam intensíssimo fogo, partido de posições que elas não podiam identificar.

A 34ª Divisão posteriormente conseguiu dominar a posição, mas não antes de sofrer elevadas perdas.

O comando americano ordenou que se fizesse um minucioso estudo da posição alemã, a fim de determinar qual tinha sido o tipo de defesa adotado. Ele foi, não há dúvida, a defesa em contra-encosta.

Muito bem planejada e melhor executada. Adotamos esta tática nas colinas da Sicília e da Itália, e mais recentemente em locais da Coreia, bem conhecidos, tais como a Serra do Desgosto, Montanha do Cavalo Branco e a Poneheira. A defesa em contra-encosta, hoje, faz parte integrante da instrução da Infantaria, e esperamos empregá-la em operações futuras.

Por definição, defesa em contra-encosta é a organizada na face oposta àquela que está de frente para o inimigo. Na realidade, ela é instalada na porção da contra-encosta que fica mascarada, pela crista topográfica, dos tiros diretos e da observação. Este fato constitui a chave para uma boa defesa em contra-encosta. Seu sucesso baseia-se em impedir ou não que o inimigo domine a crista da posição, pois, com este controle todas as suas vantagens desaparecerão. A seguir, são enumeradas cinco vantagens principais desse tipo de defesa.

1. Impedir, por meio da crista, que o inimigo observe nossa posição. O reflexo desse fato é que ele não poderá planejar minucio-

samente seu ataque, em virtude de só poder contar com a observação aérea.

2. Reduzir o efeito dos tiros de artilharia e morteiros do inimigo, pela dificuldade que oferece à observação. O inimigo terá de se cingir a tiros sobre zonas, ao invés de tiros dirigidos, que são muito mais acurados.

3. Livrar a posição dos tiros diretos em virtude da proteção dada pela crista.

4. Abrir fogo de surpresa sobre o inimigo, porque nossas tropas da orla exterior da posição só poderão atirar depois que o inimigo transponha a crista. Nesse momento o inimigo estará dentro do alcance de utilização de todas as armas.

5. Facilitar a movimentação da tropa, devido a observação inimiga ser limitada. Este fato permite a melhoria, mesmo de dia, das posições, obstáculos e posições de tiro, como também facilita a supervisão, suprimento e evacuação. O comando pode manobrar suas forças de contra-ataque para uma posição de assalto bem próxima, quando ainda o efeito dos fogos inimigos da artilharia e de morteiros é pequeno.

Qualquer tipo de defensiva possui suas desvantagens e, no caso da defesa em contra-encosta, devemos levar em consideração, no mínimo, as quatro seguintes:

1. Dificuldades em manter a observação, tão essencial, nos tiros longínquos. Esta é a maior limitação a esse tipo de defesa;

2. Impossibilidade de ativar os campos de minas e obstáculos com tiros diretos partidos da posição;

3. Contingência de enfrentar um ataque em que o inimigo possuirá comandamento, tão logo se apodere da crista;

4. Vulnerabilidade maior aos ataques noturnos, do que na defesa em encosta, porque, nesta, os homens da orla exterior da posição são, em potencial, observadores, com grande campo de vista, ao contrário do que acontece, com a defesa em contra-encosta, quando as vistas são limitadas pela crista.

O porqué e o quando do emprego na defesa em contra-encosta se associam tão intimamente que os estaremos ao mesmo tempo.

Assim é que deve ser adotada a defesa em contra-encosta quando prevalecerem as seguintes condições:

1. A posse da encosta é impossível devido a ausência de cobertas e abrigos;

2. A contra-encosta oferece melhores campos de tiro;

3. Fôr preciso evitar-se um saliente ou reentrante na LPR;

4. No caso de perda de controle da encosta, ou que esta não esteja em nosso poder;

5. A crista não seja necessária à observação dos tiros.

Quando fôr organizada uma defesa em uma contra-encosta, a orla exterior da posição deve ser localizada de modo que o inimigo seja surpreendido, pelo fogo, tão logo transponha a crista. Assim a consideração primordial, ao situar os elementos do 1º escalão, é a seleção de campos de tiro que melhor facilitem fogos sobre a crista. Deve, também, haver abrigos na área compreendida entre a orla exterior e a crista. As características das cobertas e abrigos e a localização dos obstáculos naturais são outros fatores que influenciam na localização da orla exterior. Ela deve ficar a uma distância da crista que possibilite o tiro das armas portáteis, mas ao mesmo tempo suficientemente distante, de modo a permitir um fogo eficaz sobre o inimigo antes que ele chegue até nós. A distância mais indicada varia de 200 a 500 metros. No que concerne à segurança, devemos ter em mente que o campo de vista do pessoal ao longo da orla exterior se estende somente até a crista.

Em uma ação defensiva, o importante, é deter ou, no mínimo, retardar o inimigo o mais longe possível da posição. Se a situação o permitir, devem ser lançados postos avançados. Quando fôr necessário retrair-los, é preciso manter o inimigo sob fogos de armas insta-

ladas no interior ou próximo da posição. O melhor PO para esses fogos é a crista da elevação imediatamente à frente da posição. Em consequência, devem ser instalados elementos de segurança e de observação, em pontos de onde possam melhor cumprir suas missões. Esses elementos observam e dirigem os fogos longínquos e propiciam a segurança à posição, alertando, com antecedência, a aproximação do inimigo e se encarregando da defesa aproximada. Eles são distribuídos por toda a frente e em número suficiente, para que os fogos possam ser desencadeados sobre qualquer ponto e a posição fique a coberto de qualquer surpresa.

Os elementos de segurança e de observação necessitam de observadores para artilharia e morteiros e de pessoal necessário à sua prote-

ção, bem como à segurança da frente. Eles deverão ser reforçados com metralhadoras, canhões sem recuo e carros, se o terreno e a situação o permitirem, a fim de retardar o inimigo o maior tempo possível.

Esses elementos deverão ser suficientemente reforçados à noite, para ficarem em condições de impedir que o inimigo se aposse da crista. A tropa de fuzileiros dos elementos de observação e de segurança é fornecida pelos pelotões-reserva das companhias de fuzileiros de 1º escalão, e, geralmente, acionada pelo comandante do batalhão, que poderá delegar essa atribuição ao comandante da companhia de fuzileiros de 1º escalão.

No que se refere ao emprego do armamento na defesa em contra-encosta, estudaremos, sepa-

DEFINIÇÕES



NOTA — A palavra "RASÂNCIA" deve ser escrita com "S" e não como saiu no clichê, por um lapso.

radamente, cada arma, levando em conta suas possibilidades para este tipo de defensiva.

As metralhadoras são localizadas em posições das quais sens tiros surpreendam o inimigo ao transpor a crista. Os setores do tiro deverão permitir dar a maior densidade de fogo possível entre a crista e a LPR.

Se o terreno possibilitar, elas deverão bater também a encosta de uma elevação adjacente. Caso isto não seja possível, serão dispostas de maneira a proporcionarem máximo fogo rasante, de flanco e cruzado. Parte do flanqueamento poderá ser sacrificado em proveito de uma posição que satisfaça melhor os fogos sobre a crista.

A missão dos canhões sem recuo de 106 mm é destruir os blindados inimigos, à frente da posição, e proporcionar um apoio direto contínuo às companhias de fuzileiros. Normalmente, são empregados 6 canhões por companhia de fuzileiros de 1º escalão. Eles baterão as possíveis vias de penetração de blindados que levem à posição e serão, em princípio, controlados pelo batalhão.

Os carros dados em reforço ao batalhão asseguram a defesa anticarro da posição, reforçam os fogos das unidades em 1º escalão e apóiam os contra-ataques.

Os fatores a serem levados em conta, ao considerarmos o emprego dos carros, são:

- Possibilidades do inimigo;
- Limitações e possibilidade dos carros;
- Terreno, principalmente, sob o aspecto vias de penetração;
- Campos de tiro, cobertas e abrigos;
- Frente atribuída à unidade.

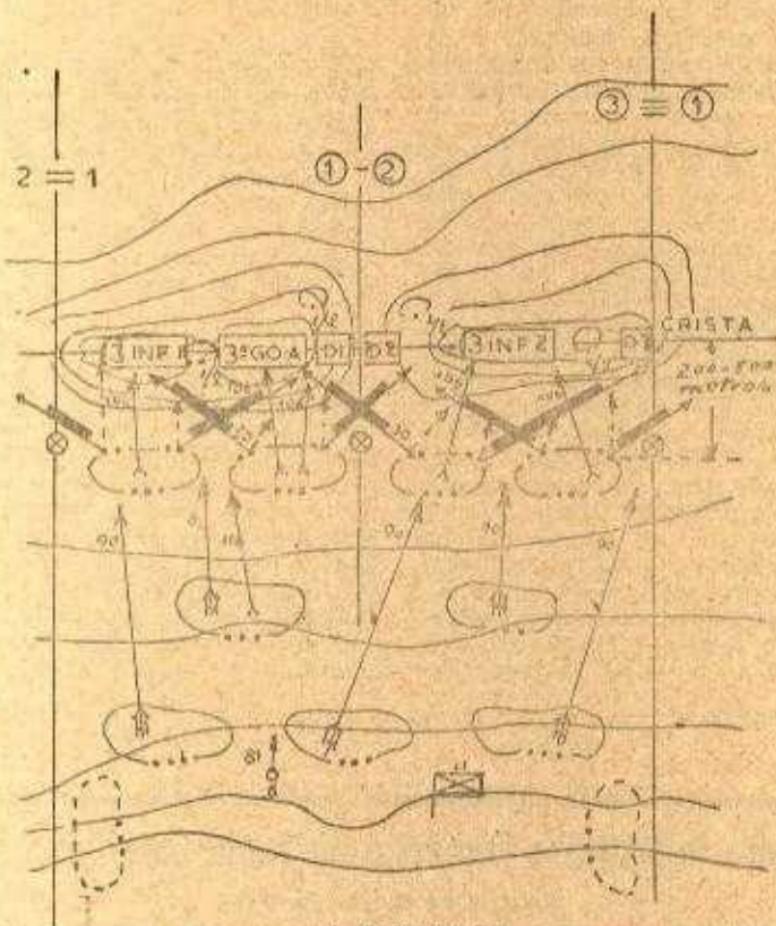
Os carros são empregados em largura e profundidade. Em largura, para reforçar os fogos da posição e para deter os carros inimigos, antes que estes rompam as posições de 1º escalão; em profundidade, visando apoiar os contra-ataques e aumentar a profundidade da defesa anticarro. Com antecedência, devem ser preparadas po-

sícões de muda e suplementares para os carros; elas deverão apoiar-se mutuamente, e, ao mesmo tempo, proporcionarem a máxima coberta e abrigo. Quando houver ameaça de blindados inimigos, e se as condições para o tráfego de carros forem boas, eles poderão ser empregados inicialmente com os elementos de segurança e de observação para prover fogos anticarro e fogos longínquos à frente da posição. Ao se retraírem, os carros voltarão às suas posições iniciais, as quais, tendo em vista razões de segurança, deverão ficar próximas às posições dos pelotões de fuzileiros. São preparadas barragens de artilharia e de morteiros, para serem desencadeadas sobre a crista, com o fim de impedir a sua posse e utilização pelo inimigo. As concentrações são planejadas de modo idêntico às da defesa em encosta. Elas deverão bater todas as vias de acesso e prováveis zonas de reunião além da crista. Esses tiros poderão ser desencadeados a pedido dos observadores ou não.

As minas e obstáculos são empregados em larga escala na área relativamente pequena que medeia entre a crista e a posição. A finalidade deles, é claro, é retardar a infantaria e os carros inimigos, de modo a torná-los vulneráveis às armas instaladas na posição. Se possível, serão lançados campos de minas na encosta, batidos pelas armas dos elementos de segurança e observação.

Ai está, portanto, a organização de uma posição defensiva em contra-encosta (esquema). Cada companhia em 1º escalão emprega, normalmente, dois pelotões à frente, sendo um deles ou ambos na contra-encosta. O Pelotão-reserva é utilizado de onde possa melhor bater a frente e os flancos da companhia, atirando entre os intervalos dos pelotões de 1º escalão e limitando as penetrações. Se não houver uma elevação à retaguarda o pelotão-reserva ocupará posição na contra-encosta. A Companhia reserva será localizada em posição preparadas à retaguarda da zona de

BATALHÃO NA DEFESA EM UMA CONTRA-ENCOSTA
(Esquema.)



LEGENDA



CARRO



CANHÃO S/RECUO 106°/m

batalhão e constituirá o seu elemento de manobra no contra-ataque.

A conduta da defesa na contra-encosta segue muito de perto a da defesa em encosta. O escalão de segurança funciona do mesmo modo que em qualquer outro tipo de defesa. Os elementos de observação e segurança dão com antecedência o alarme da aproximação do inimigo e procuram retardá-lo e desorganizá-lo com fogos longínquos e retiram-se, entretanto, sem se engajar em combate aproximado. No retraimento, as metralhadoras pesadas e armas sem recuo têm precedência sobre os fuzileiros, metralhadoras leves e carros. Assim, aquelas armas estarão em suas posições principais antes que o inimigo atinja a crista. Serão previstas concentrações sobre a encosta visando desorganizar a articulação do inimigo para o assalto. As armas de tiro tenso no interior da posição reservam seus fogos para alvos compensadores.

As barragens são desencadeadas logo que o inimigo atinja a crista, as armas de tiro curvo, que não tomam parte na barragem, continuam a executar as concentrações.

As metralhadoras atiram dentro dos seus setores, exceto quando são pedidos os fogos da barragem ge-

ral. Se houver uma penetração, todos os fogos disponíveis são desencadeados sobre a zona penetrada com o fim de expulsar o inimigo. Se esse recurso falhar, caso se tenha conseguido deter o atacante ou diminuir seu impeto e haja uma possibilidade razoável de sucesso, deve ser executado um contra-ataque.

A força de manobra do contra-ataque aniquila ou repele o inimigo que tenha conseguido a penetração e prossegue no avanço até restabelecer os elementos de observação e segurança na crista. Todos os carros disponíveis são dados em reforço ao elemento de contra-ataque, para aumentar as suas possibilidades de sucesso.

A posse de uma posição defensiva em contra-encosta depende, em última instância, do controle da crista, quer por uma ocupação efetiva, quer evitando-se, por meio do fogo, que o inimigo a conquiste. A área a ser defendida deve ser organizada e a defesa conduzida, tendo-se em vista a premissa acima. Então, por um emprêgo adequado dos princípios fundamentais de defensiva, poderemos levar a término com sucesso uma defesa em contra-encosta.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência de Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAUMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1233
END. TEL. "RIOINCO"

Telefone : 23-5928 — (Rêde Interna)

Gerência : 43-1112 — Diretoria : 23-0556

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

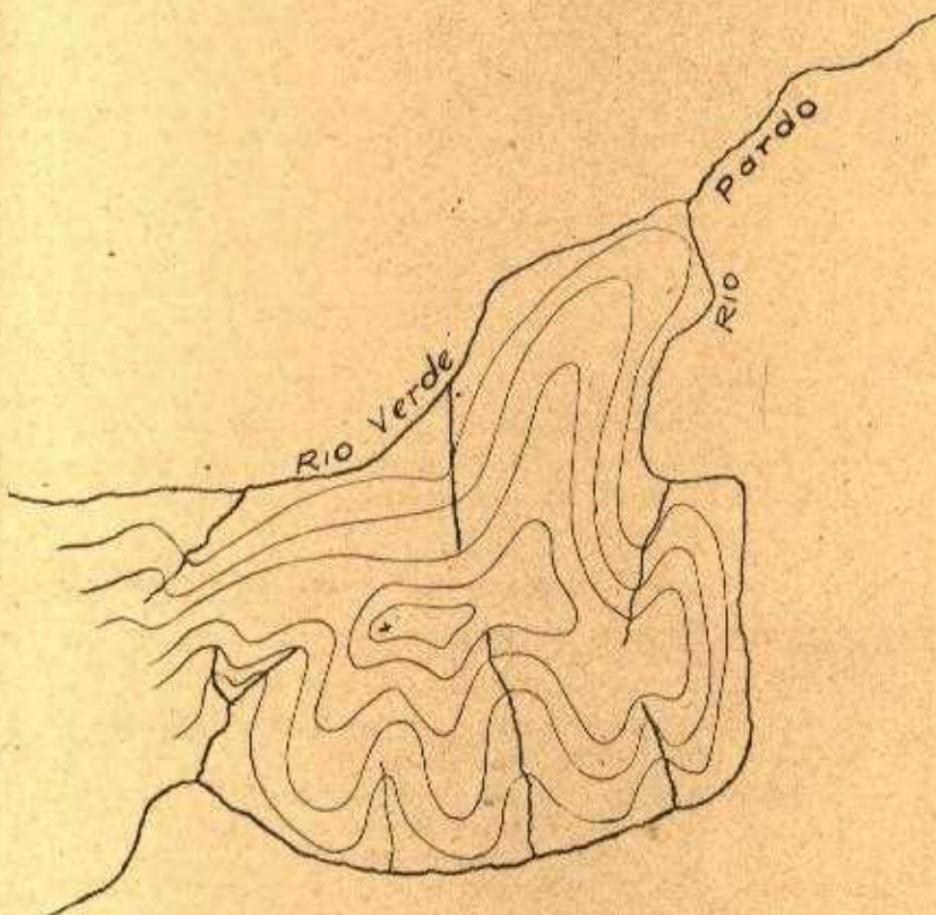
(N. 6)

CONCURSO DE ADMISSÃO À ECENE EM 1956

UMA SOLUÇÃO A PROVA DE TOPOGRAFIA

1 — Utilizando cinco curvas de nível, representar um possível relevo da região situada entre os Rios VERDE e PARDO, indicando o ponto culminante.

Enunciar abaixo, três das leis do modelado aplicadas na solução.



LEIS DO MODELADO

R : — a) Nas sinuosidades de um curso d'água os declives exteriores à curva são quase sempre muito mais fortes que as interiores.

b) Quando uma linha de feste separa dois cursos d'água ela se eleva quando eles se afastam e se baixa quando eles se aproximam.

c) Quando dois talvegues opostos tiverem nascimento de um lado e de outro de uma linha de feste esta geralmente sofre uma depressão formada um colo.

2 — Completar as sentenças abaixo:

a) A declividade de um curso d'água decresce de montante para jusante.

Justificar sucintamente.

R: — Porque o rio tendo maior volume d'água a jusante, a erosão far-se-á sentir mais à proporção que ele se aproxima do nível-base, quando o declive na vizinhança da foz.

b) Uma confluência é assinalada geralmente por uma inflexão do curso d'água principalmente do afluente.

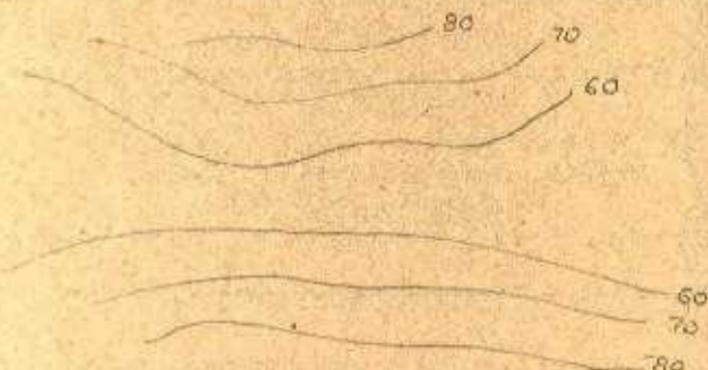
c) O ângulo formado pelas direções de dois cursos d'água no ponto de sua confluência é geralmente inferior a 90°.

3 — Representar, por curvas de nível de cotas arbitrárias, as seguintes formas do terreno:

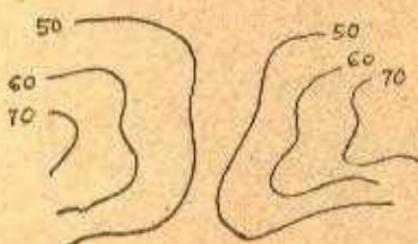
a) Desfiladeiro.



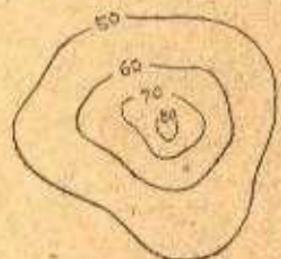
b) Corredor.



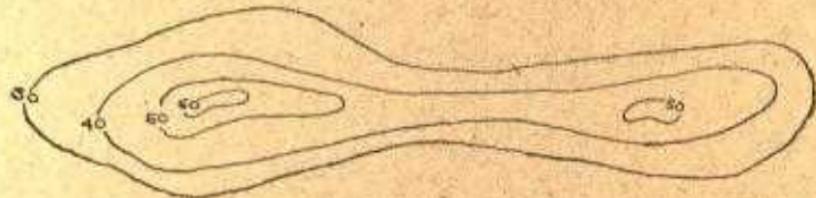
c) Garganta.



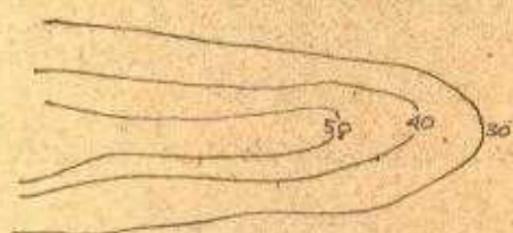
d) Mamelão.



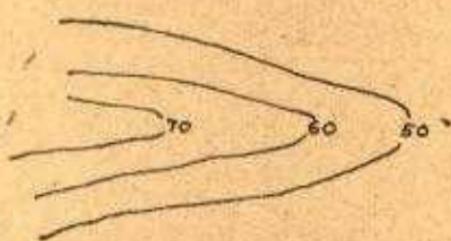
e) Esporão.



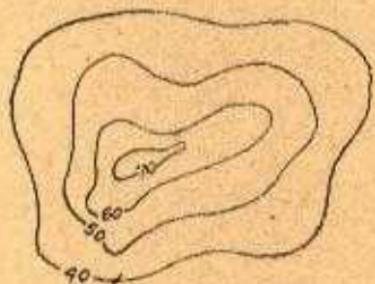
f) Garupa.



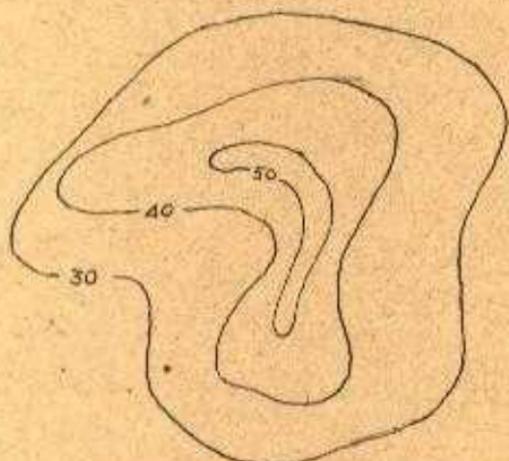
g) Espigão.



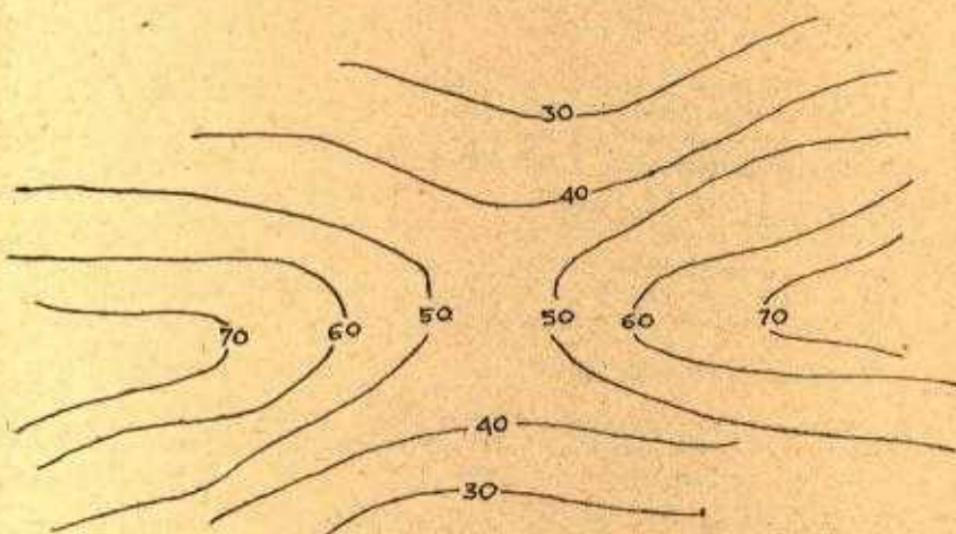
h) Elevação de encostas N e E suaves e W e S ingremes.



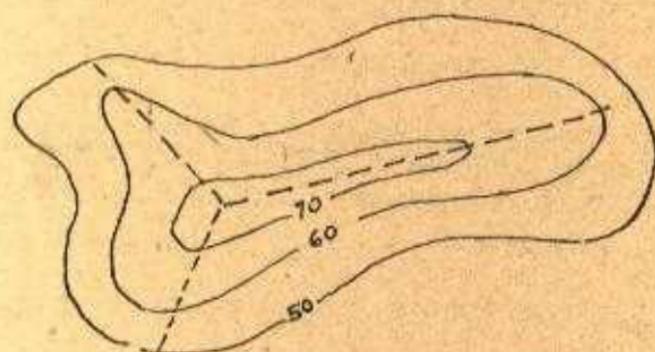
i) Elevação com uma profunda ravina nas encostas SW.



j) Colo



1) Nô de Cristas.



4 — No calco anexo, fazer o esqueleteamento da cota 138 representada nas quadriculas 76—77—78/98—99—00, da carta dada.

Analisar, sinteticamente, o seu modelado no espaço abaixo :

R : — a) *Cristas* — Uma principal na direção L — W, acumeada no 1º terço; duas secundárias, uma para NNW e outra para SSW, além de outras de importância menor;

b) *Ravinas* — Várias partindo do ponto culminante, sendo as mais importantes a do N, a de SW.

c) *Vertentes* — As vertentes N e W sensivelmente mais adoçadas que as de S e SE.

5 — No calco anexo, fazer o esqueleteamento do terreno representado nas quadriculas 66—67—68/03—04—05, da carta dada.

6 — Completar os espaços abaixo :

a) Na escala de 1/20.000 :

17 cm correspondem a 3.400 metros ;
 125 mm correspondem a 2.500 metros ;
 19 cm correspondem a 3.800 metros ;
 78 mm correspondem a 1.560 metros.

b) Na escala de 1/25.000 :

15 cm correspondem a 3.750 metros ;
 103 mm correspondem a 2.575 metros ;
 212 mm correspondem a 5.300 metros.

c) Na escala de 1/50.000 :

78 mm correspondem a 3.900 metros ;
 3.952 m correspondem a 79 milímetros ;
 17 cm correspondem a 8.500 metros.

d) A distância de 1.092 metros corresponde :

Na escala de 1/20.000 a 54 milímetros ;
 Na escala de 1/25.000 a 4 centímetros ;
 Na escala de 1/50.000 a 21 milímetros.

7 — Na carta distribuída, determinar pelas melhores estradas, a menor distância entre :

ILDO MENEGUETI (Q 67—68/98—99) — CEMITÉRIO SE VILA PRIMOR (Q 74—75/97—98).

R : — a) Utilizando curvimetro — 7.000 m.

b) Diretamente : 28,5 cm — 7.125 m.

FAZ KROEF (Q 72—73/94—95) — OLARIA (Q 74—75/03—05).

R : — a) 9.100 m.

b) 37 cm — 9.250 m.

PÓRTO DAS TRES PORTAS (Q 72—73/97—98) — EMÍLIO ALVES (Q 76—77/96—97).

R : — a) 5.000 m.

b) 20 cm — 5.000 m.

EMÍLIO ALVES — CEMITÉRIO (Q 75—76/02—03).

R : — a) 8.100 m.

b) 32,5 cm — 8.125 m.

8 — Completar o espaço abaixo :

A distância entre dois pontos em uma carta de escala 1/25.000 é representada por 12 cm. Em outra carta de escala 1/75.000 esta mesma distância é representada por 4 cm.

9 — Uma carta registra 13 cm para uma distância que sabemos ser de 9.750 m. Qual a escala dessa carta ?

R : — 1/75.000.

10 — Sabemos que a distância entre dois pontos é de 4.500 m.

Em três cartas cujas escalas desconhecemos, esta distância é representada por 22,5 cm, 180 mm e 1,5 dm. Quais as escalas das cartas? Das três qual é a maior?

R : — a) 1/20.000.

b) 1/25.000.

c) 1/30.000.

Maior a) 1/20.000.

11 — Que é latitude de um ponto?

R : — É o valor em graus do arco do meridiano compreendido entre o equador e o paralelo desse ponto.

12 — Que é longitude de um ponto?

R : — É o valor em graus do arco do equador, compreendido entre o meridiano desse ponto e o meridiano tomado como origem.

13 — Completar os espaços abaixo:

A latitude é contada a partir do Equador, positiva para N e negativa para S.

14 — Quais os processos utilizados na designação dos pontos de coordenadas:

A) (53.20 — 45.30) — Retangulares.

B) PL (036 — 1.500) — Polares.

C) (φ 33°12' — λ 21°39'32") — Geográficas.

15 — Determinar as coordenadas geográficas da ESTAÇÃO DE GUIA-NUBA.

R : — λ 51°08'57".

φ 29°49'20".

16 — Determinar as coordenadas dos seguintes pontos:

a) Hectométricas.

LUIZ GONÇALVES — Q (65—66/99—00) R : — 659 — 998

CAIXA D'ÁGUA — Q (72—73/97—98) 724 — 978

PONTO COTADO 27 — Q (75—76/98—99) 754 — 985

b) Decamétricas.

PONTO COTADO 89 — Q (75—76/01—02) R : — 7 552 — 0 180

CAPELA — TRECHO — (66—68/05—06) 6 700 — 0 535

c) Polares.

PONTO COTADO 68 — Q (67—68/01—02) R : — 322° — 2 375

PÓRTO CARIOLA — Q (71—72/01—02) 5 731" — 2 375

PONTO COTADO 1 — Q (67—68/95—96) 039° — 4 250

894" — 4 250

169° — 2 950

3 008" — 2 950

Tolerância $\mp 1^\circ$
 $\mp 50''$

Chave :

PONTO ORIGEM	DIREÇÃO ORIGEM
ILDO MENEGUETI Q (67—68/98—99)	Ponto Origem — PEDRO MARTINEZ Q (68—69/01—02)

d) Linha Código.

PONTO COTADO 33 — Q (73—74/01—02)	R : — V (F 43 — D 07)
CAIXA D'ÁGUA — Q (72—73/97—98)	V (F 17 — E 27)
PONTILHÃO — Q (76—77/96—97)	V (R 18 — E 04)

Chave :

COR	PONTO ORIGEM	PONTO REFERENCIA
Verde	CAPELA SE EST GUIANUBA	CRUZAMENTOS DE ESTRADAS Q (73—74/00—01)

17 — Identificar os acidentes localizados nos seguintes pontos :

A — (69.30 — 03.50)	R : — VENDA — ARNALDO FER. REIRA — ÁRVORE ISOLADA
B — (74.33 — 05.06)	— MRA — REG S OLARIA
C — (70.70 — 03.28)	— CERCA DE ARAME
D — PL (027 — 2.200)	— CZTO ESTRADAS
E — PL (321 — 2.175)	— MOSTEIRO
F — PL (000 — 2.850)	— CASA ISOLADA — LEOPOL. DO SCHARLAU
G — AZUL (F 15 — E 16)	— AÇUDE OU BARRAGEM
H — AZUL (F 22 — D 24)	— CAPELA
I — AZUL (R 21 — D 6)	— REG EUC SW PONTILHÃO

Chave das coordenadas polares :

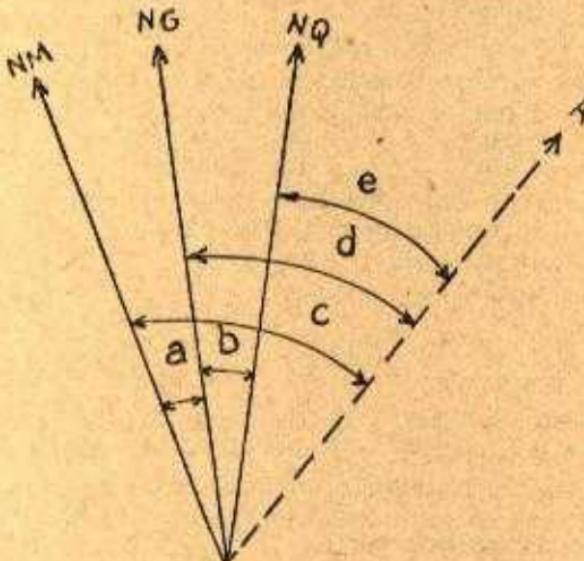
PONTO ORIGEM	DIREÇÃO ORIGEM
PONTO COTADO 40 Q (77—78/94—95)	PONTO ORIGEM — ESTAÇÃO GUIANUBA

Chave da linha código :

CÓR	PONTO ORIGEM	PONTO REFERÊNCIA
AZUL	EST GUIANUBA	PONTO COTADO 40 Q (77—78/94—95)

18 — Completar os espaços em branco :

- a) O ângulo formado por uma direção qualquer e a direção do NM chama-se *azimuth magnético*.
- b) O ângulo formado pelas direções NG e NM chama-se *declinação*.
- c) O ângulo formado pelo meridiano do lugar é uma direção qualquer chama-se *az verdadeiro*.
- d) O lançamento de uma direção é o ângulo formado por esta direção com a direção N-S da carta.
- e) Na figura abaixo, identificar os ângulos :



- R : — (a) Declinação
 (b) Ângulo de convergência
 (c) Az magnético
 (d) Az verdadeiro
 (e) Lançamento

19 — Uma patrulha recebeu ordem para deslocar-se de CAPELA DE SOCORRO — Q (66—67/05—06) para reconhecer os pontos B, C e D, recebendo os seguintes elementos :

A B — Distância : 2.750 metros
 — Azimute verdadeiro : $201^{\circ} 34'$

R : — $201^{\circ} 34'$
 — 1 26

B C — Distância : 2.750 metros
 — Azimute magnético : 155° 41' — 155 41 (—)
 — 7 41
 C, D — Distância : 1.850 metros —
 — Lançamento : 60° 148°
 Declinação : 6° 15' W
 Ângulo de convergência : 1° 26'

Pede-se identificar os pontos reconhecidos :

R : —

- A — CAPELA DE SOCORRO
 B — PONTILHÃO AFL AR DIVISA
 C — TAMANDUA
 D — BIF E PEDRO MARTINEZ

20 — De um observatório localizado no ponto cotado 83—Q (74—75/02—03), foi visado um ponto X, segundo um lançamento de 198°.

Este mesmo ponto X visado de outro observatório localizado no ponto cotado 138—Q (77—78/98—99) é visto segundo o lançamento de 292°.

Identificar o ponto X.

R : — PONTILHÃO AFL AR S. JOAQUIM

21 — Quais os rumos dados pelas seguintes direções de lançamento :

3.780"	— R : —	580" SW 32°
450" —	—	450" NE 25°
5.936" —	—	464" NW 26°

22 — A igreja de SAO LEOPOLDO — Q (75—76/05—06) é vista de CARLOS LOVACK segundo um ângulo de 12".

Qual é a altura da igreja ?

R : — D = 9 cm x 250 = 2.250

$$\frac{F = D \cdot n}{1.000} \quad F = 27 \text{ m}$$

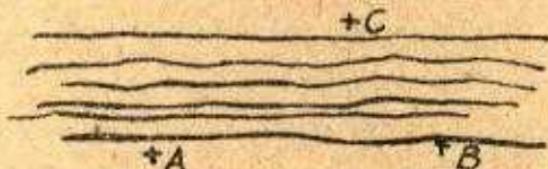
23 — O grupo de casas — Q (71—72/02—03) é visto de um observatório instalado na cota 83 — Q (74—75/02—03) ?

R : — SIM

24 — Traçando no caleo anexo um perfil da direção balizada pelos pontos da pergunta anterior, pede-se :

- Partes vistas e ocultas ;
- Um trecho onde o declive excede de 20% ;
- Um trecho onde o declive seja de 5%.

25 — Determinar a largura do rio abaixo representado esquematicamente, sendo conhecidos os seguintes dados :



R : — 235m

Distância A — B: 350 metros.

Az BA : 270°

R : — Escala $1/5.000$
 $0,047 = 235$ m

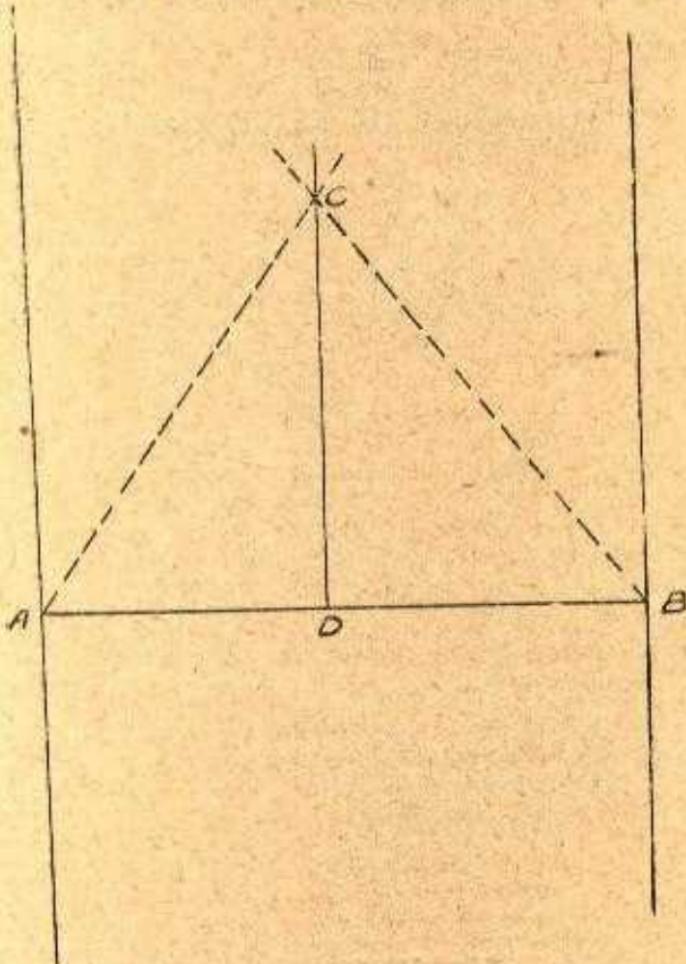
Az AC : 35°

Az BC : 322°

26 — Na figura abaixo :

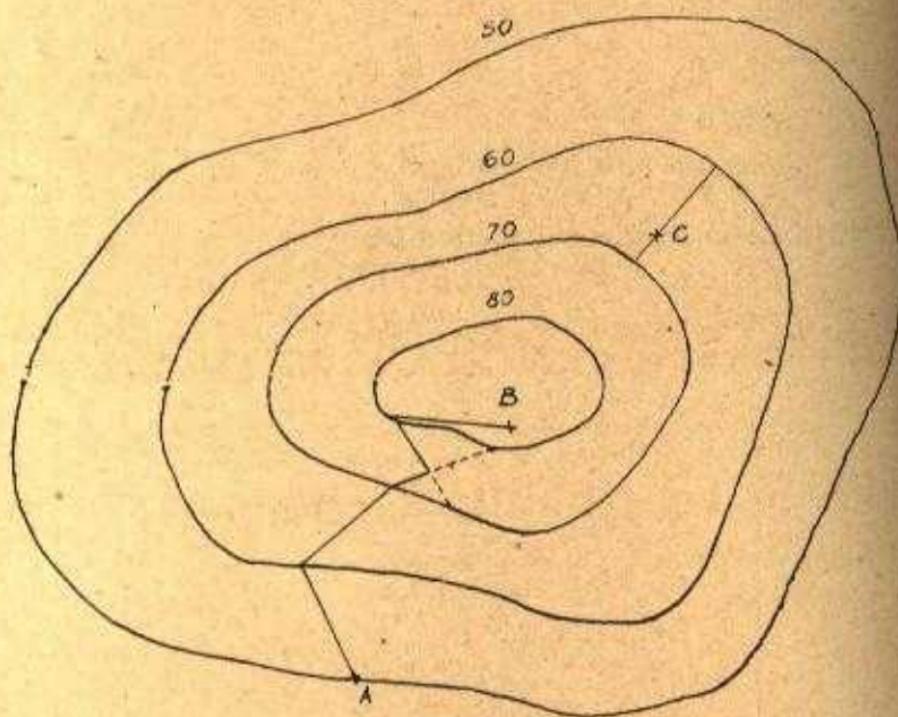
a) Traçar um itinerário que ligue o ponto A ao ponto B, e cujo declive seja de 10% em todo o percurso.

b) Determinar a cota do ponto C.



R : — Cota 67,5.

ESCALA : 1/5.000.



$$R : - 2 \text{ cm} - 100 \text{ m}$$

$$1,5 - 75$$

$$\frac{75}{100} = \frac{x}{10} \quad 7,5$$



RODOVIAS E FERROVIAS NA AMAZÔNIA

Ten-Cel TASSO VILLAR DE AQUINO

Observação: Para melhor compreensão do assunto, acompanha este trabalho um mapa da região, com as rodovias, ferrovias e demais acidentes geográficos a que o mesmo faz referência.

No conjunto Amazônico brasileiro, a atividade humana está na mais estreita dependência dos rios navegáveis. Qualquer que seja o aspecto sob o qual se pretende desenvolvê-las — econômico, político, administrativo, social ou militar — forçoso é se ter sempre presente que as realizações humanas naquele majestosa terra anfíbia estão invariavelmente presas à mais extensa rede fluvial do mundo.

Históricamente, foi o espanhol Francisco de Orellana o primeiro civilizado a se aperceber desta realidade quando, após a travessia dos Andes, chegando à foz do rio Napo, viu-se forçado a aí demorar-se até ter construído o berço com que, com sua gente, desceu o atual Marañon-Solimões-Amazonas, até o Atlântico.

Nessa aventurosa viagem, foi encontrar as pirogas do selvagem, senhor das terras e rios, conduzindo-o às atividades de paz e de guerra.

Duas décadas após, dois outros espanhóis, Pedro de Ursua e Lopo de Aguirre procederam de forma idêntica, sob o mesmo cenário.

Posteriormente, ao chegarem os português, vindos do mar, à porta de entrada do então fabuloso mundo, logo se deram conta, guiados por aquelle senso prático, empreendedor e objetivo, que caracterizou o luso que descobriu, conquistou e colonizou o Brasil, que a Amazônia só seria dominada por água. Dentro dessa idéia se apresentaram as expedições militares para a expulsão do estrangeiro invasor e Pedro Teixeira, pouco menos de um século após o feito de Orellana, subiu pela primeira vez o majestoso rio, comandando uma frota de quarenta e cinco grandes canoas e numerosos ubás, em que foram transportadas cerca de mil e duzentas pessoas, entre as quais grande número de índios neengaias, de Marajó.

A esse feito épico, seguiu-se a expansão em todos os sentidos, empreendida por sertanistas, militares e religiosos, numa ação conjunta, coordenada, orientada e decidida, para a posse definitiva da terra e exploração dos seus recursos. Graças à singular rede líquida, foi a ação desenvolvida com relativa facilidade e rapidez. Não antes, entretanto, de adequadamente equipados os seus realizadores. Com esse objetivo, foram montados estaleiros que trabalharam febrilmente na construção da frota fluvial interior. Belém contou mesmo com um de maiores proporções, onde foram construídos barcos mercantes de alto-mar e até barcos de guerra para a armada portuguesa.

Foram as modestas e lentas embarcações a remo que permitiram o conhecimento da Amazônia a homens de ciência do porte de F. Hasttt, Martius, Spix, que legaram ao mundo capítulos de real valor científico, e a administradores da envergadura de Pereira Caldas, Mendonça Furtado, Lobo D'Alma da, Alexandre Ferreira levar à longínquos pontos da imensa área os frutos de administrações corajosas, objetivas, honestas e progressistas.

Sómente em 1843 entrou, pela primeira vez na Amazônia, a navegação a vapor. Naquele ano, o barco "Guapiassú", da Marinha de Guerra, subiu o rio Amazonas até Manaus.

Antes, em 1826, um homem de visão, o Conselheiro José Silvestre Rebello, tentou estabelecer uma linha regular entre New York e Manaus. Não teve sucesso porque o então Governador do Pará, Ten-Cel José Felix Pereira Burgos impidiu a entrada do primeiro navio que aportou a Belém com aquele objetivo, sob a estranha alegação de que a navegação a vapor iria acarretar a morte de navegação em canoas e era, dessa forma, desvantajosa para o Império.

Em 1952 foi concedido a Mauá o privilégio de navegação na Amazônia; logo organizada a "Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas" e no ano seguinte inaugurada a linha Belém-Manaus, com

o vapor "Marajó". A esta seguiria a linha do rio Tocantins e, logo depois, a do rio Negro, até Santa Isabel, hoje Tupuruquara.

A desistência, por parte de Mauá, do privilégio concedido, deu lugar à formação de outras companhias de navegação e ao consequente aumento de linhas exploradas.

Prestando uma colaboração eficiente nesse desenvolvimento, a Marinha de Guerra fez explorar os rios Purus e Juruá, como também o Negro, este último em cuidadosa exploração de detalhes, para localizar, no seu curso, as pedras que representavam perigo à navegação.

Por volta de 1870, estavam regularmente navegados os rios Amazonas-Solimões, Madeira, Tocantins, Negro, Purus e Juruá.

Em 1874 surgiu a "The Amazon Stearn Navigation Company", com sede em Londres, em consequência da fusão da "Cia Fluvial" com a Companhia de Mauá, e em 1911 foi por sua vez, a "The Amazon Navigation" era substituída pela "The Amazon River".

A essa época, já contava Manaus com magnífico pôrto e cais flutuante, construído em 1903.

A desvalorização da bofacha provocando a terrível crise econômica que ainda hoje perdura na Amazônia, trouxe sérias dificuldades financeiras para a "Amazon River". Sob esse aspecto, as consequências foram a encampação da Companhia pelo Governo Federal em 1940 e a criação dos "Serviços de Navegação da Amazônia e Administração de Portos do Pará (SNAPP)", estes com a responsabilidade principal de navegação na Amazônia.

As atuais condições de navegabilidade em quase todos os rios Amazônicos estão bem longe de poder ser consideradas razoáveis. O constante solapamento das terras marginais, pela ação das enchentes, provoca a queda de árvores gigantescas no leito dos rios. Essas árvores levadas pela corrente, "à meia-água", ou fixadas no fundo, transformam-se em obstáculos traíçoeiros, maiores que as

pedras, mais facilmente localizáveis.

Em trabalho objetivo, publicado no "Boletim da Associação Comercial do Amazonas", em 1949 — "Notas históricas sobre a Navegação do Amazonas" — O Prof. Agnello Bittencourt apresenta uma relação impressionante de embarcações que socobraram nos rios Solimões, Madeira, Purus, Acre, Juruá, Tarauacá, Envira, em consequência de choques com "tronqueiras" e pedras. Nessa relação, estão na dianteira, com larga margem os rios Purus e Alto Juruá, particularmente o primeiro.

Muito há que realizar, portanto, na Amazônia, para o aproveitamento racional e total do inestimável tesouro, de mais de 20.000 km. de rios navegáveis, de forma que eles permitam, em condições realmente econômicas, a circulação de riqueza e, dessa forma, assegurem o desenvolvimento da região. Há que ser feito o levantamento hidrográfico dos rios, o balizamento, de canais de navegação, a desobstrução constante desses canais, o reaparelhamento dos portos, a modernização da frota fluvial, com utilização de embarcações adequadas, e a substituição das máquinas a vapor pelas de óleo Diesel, bem como a formação de pessoal técnico especializado na navegação dos rios Amazônicos e a montagem de estaleiros para a construção de embarcações especiais para os rios da região. A "Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia" (SPVEA), vem, com autoridade e seriedade, cuidando desse magno problema. Sua solução definitiva, se tudo continuar como foi iniciado, será questão de tempo. Já existe, funcionando em Belém, a "Escola de Marinha Mercante do Pará", onde se preparam Segundos Pilotos, Terceiros Maquinistas-Motoristas e Comissários regionais para a bacia fluvial da Amazônia e o litoral entre o Cabo Orange e a embocadura do rio Parnaíba. Graças, ainda, à SPVEA, está sendo montada uma rede de Parques de Tanques de óleo Diesel e de gasolina de aviação, cobrindo

as cidades de Belém, Macapá, Santarém, Parintins, Itacoatiara, Manaus, Tefé, Caracarai, Cruzeiro do Sul, Boca do Acre, Rio Branco (Acre), P. Velho, G. Mirim, para o abastecimento de navios e aviões.

E, também, graças ao apoio financeiro da SPVEA que os SNAPP estão renovando a sua frota e se aparelhando para mantê-las em boas condições de funcionamento, dentro das novas idéias. Da mais alta importância é o papel que está reservado aos SNAPP na evolução econômica, social e demográfica da Amazônia. É condição fundamental que os seus dirigentes se capacitem disto, bem como do caráter pioneiro das suas linhas de navegação, que deverão estender-se a todos os pontos técnicamente possíveis.

O Barão de Mauá tomou para sua Companhia esse encargo, com muito menos obrigação de fazê-lo que os SNAPP, que são uma organização do Estado, substancialmente financiada para isto.

Não se justifica, em relação aos SNAPP, a preocupação de lucros imediatos e a recusa a navegar nos chamados "antieconômicos", quando, obviamente, a prosperidade das regiões banhadas por esses rios está na dependência de navegação regular e adequada dos mesmos.

Estão neste caso as regiões à margem dos rios Japurá e Içá, e mesmo do rio Negro, onde, nesta última, a interrupção prolongada de navegação está provocando a decadência acelerada de cidades então prósperas.

A navegação para os altos rios precisa ser urgentemente encarada pelos SNAPP, com embarcações mistas apropriadas, que permitam a circulação da produção regional, a troca de produtos e o transporte de passageiros, em condições satisfatórias de conforto e de tempo, como, também, o transporte de animais.

Os luxuosos paquetes de passageiros dos SNAPP, que navegam entre Belém, Manaus, Iquitos (Peru) e P. Velho justificam-se, por certo, mas deverão ser complementados com os navios mistos, muito

mais úteis, muito mais condizentes com as inadiáveis necessidades da região. Estamos convencidos de que, no interesse do desenvolvimento da Amazônia, estes últimos deveriam ter muito mais alta prioridade.

A Amazônia aguarda também a valiosa ajuda da Marinha de Guerra, para o seu mais rápido desenvolvimento e sua segurança contra a cobiça estrangeira. É difícil, se não impossível, conceber-se a prosperidade e a segurança militar do Brasil Amazônico sem a participação efetiva da Marinha de Guerra.

A flotilha fluvial da Amazônia, com base em Manaus ou Itacoatiara, equipada com vasos de guerra apropriados ao emprêgo nos rios da região é um imperativo nacional.

O apoio financeiro para esta urgente necessidade poderá, certamente, ser obtido junto à SPVEA, pois, da mesma forma que em relação às Unidades de Fronteira do Exército, a prosperidade sócio-econômica da região depende grandemente da presença, permanente e adequada, de Marinha conduzindo a bandeira do Brasil nos seus barcos de Guerra, aos mais longínquos rios fronteiriços, em vigilante patrulhamento construtivo.

Também a FAB, que vem desempenhando na Amazonia, como no Brasil, elevada missão pioneira, não poderá deixar de ter, com base em Manaus, um elemento avançado, equipado para o vôo no Oeste Amazônico.

A navegação aérea suplementa, de maneira admirável, a navegação fluvial na Amazônia; de tal forma que a imensa área está praticamente coberta de pistas, em terra ou nos rios, onde o avião pousa regularmente. Na esteira da FAB, vão as empresas particulares, com benefícios cada vez maiores para a Amazônia.

Há poucos dias, em palestra com um companheiro da FAB, soubemos que se cogita da instalação de uma série de pequenos campos de pouso nas proximidades da fronteira com as Guianas, entre os rios Jary e Nhamundá, limites do

Pará com o território do Amapá e o Estado do Amazonas. É medida de alto alcance nacional, que virá contribuir para integrar na comunidade brasileira uma vasta região, cheia de possibilidades, (exploradas atualmente por elementos estrangeiros procedentes das Guianas) inteiramente desligada do Brasil, em razão da falta de vias de demasiadamente encachoeirados, comunicação, por isso que os rios, não permitem a navegação, e rodovias não existem.

O Brigadeiro Alves Cabral salienta, com autoridade, a importância da navegação aérea na Amazônia, e mostra o papel que estará reservado ao helicóptero pesado, capaz de transportar grande tonelagem de carga útil, em artigo que publicou na revista "Amazônia em Guarda", intitulado "Transporte Aéreo na Amazônia".

De qualquer forma, entretanto, o sistema de transportes na Amazônia, pela singular natureza geográfica da região, como pelas distâncias ciclópicas a atender, terá de fundamentar-se na rede fluvial.

Entrosando-se no sistema, as rodovias e ferrovias desempenharão sempre um papel complementar, qual seja o de possibilitar a circulação nas regiões que os rios não atinjam, ou o façam em condições de navegabilidade deficiente, bem assim o de estabelecer ligação entre rios navegáveis, encurtando distâncias, em benefício da economia e da administração regionais.

Desempenham esse papel as rodovias que, na Zona Bragantina, ligam Belém ao litoral e buscam também atingir o Maranhão, percorrendo uma região de grande densidade demográfica e de valor econômico crescente, pelo desenvolvimento da atividade agrícola, principalmente. Totalizam essas rodovias cerca de 1.200 kms.

Da mesma forma, a BR 15, Macapá-Oiapoque, ligando o rio Amazonas ao rio Oiapoque, é estrada de alto alcance econômico, além de político. Seu traçado compreende cerca de 650 km, dos quais 350 km, até Calçoene, já trafegáveis, através de imensa e futuros regiões.

carente de ligação terrestre, sobre tudo pelas más condições regionais da costa Atlântica para a navegação e ancoradouro.

— Está prevista a construção da rodovia que ligará Obidos, à margem do rio Amazonas, à fronteira da Guiana Holandesa. Essa estrada correrá pelo divisor dos rios Erepecurú ou Cuminá e Curuá, quase em 1 linha reta, e atingirá os "Campos Gerais", na fronteira, após atravessar os "Campos Gerais de Ariramba", a cerca de 300 km de Obidos.

É estrada de interesse econômico, pois possibilitará o desenvolvimento da pecuária na mancha favorável de campo, além de conduzir à região, ao que tudo indica, rica em recursos minerais. Facilitará ainda a instalação de Unidades do Exército nessa fronteira, inteiramente desguarnecida.

— Apresenta condições idênticas toda a extensa área fronteiriça que se estende entre os rios Jary e Nhamundá, exigindo, por consequência, rodovias nas condições da já prevista para partir de Obidos, em busca da fronteira. Serão rodovias paralelas, sobre os divisores dos rios encachoeirados, cujas nascentes estão no Maciço Guianês; todas partindo de localidades à margem do Amazonas, isto é, Almerim, Prainha ou Monte Alegre, Alenquer, Faro. Sobre cada uma delas, a instalação de uma unidade de fronteira resolverá a solução de continuidade no sistema de vigilância e patrulhamento que atualmente se verifica nessa vasta área ao norte do rio Amazonas.

Favorecidas pela topografia e pela imensa área coberta de campos naturais, essas estradas paralelas irão se interligando. Dessa forma poderá ser prevista, para o futuro, a ligação Macapá-Manaus, via terrestre, o que representará a integração completa no conjunto brasileiro de imensa área de valor econômico inestimável e atualmente, deste conjunto, praticamente desligada.

— A AM-1, que ligará Manaus a Itacoatiara, embora dobrando a via fluvial, se justifica plenamente,

porque irá favorecer a formação de núcleos coloniais ao longo da estrada, através de uma região de favoráveis condições para o desenvolvimento da agricultura. Manaus passará a dispor de uma zona de produção para o seu abastecimento, semelhante a Belém, com a zona Bragantina.

— A BR-17 ligará Manaus a Boa Vista, Capital do Território de Rio Branco, passando por Caracaraí, onde a navegação do rio Branco é interrompida pelas cachoeiras do Bem-querer. Essa rodovia suprirá as deficiências de navegação do rio Branco, que é um rio de pouca profundidade mesmo na época de cheias e que, na vazante, interrompe a navegação em Caracaraí. Foi há muito tempo já, iniciada a construção da rodovia desde Manaus, mas os trabalhos se vêm caracterizando pela morosidade. Rio Branco está atualmente ligado a Caracaraí por uma estrada carroçável de 150 km. É de todo imprescindível que seja ativado pelo menos este último trecho, de matas densas até o rio Mucajahy, e daí por diante constituído de campos, de forma a evitar que, na estiagem, a ligação com a Capital do Território se faça apenas pelo ar.

De Boa Vista, já em plena região dos Campos Gerais do Rio Branco, a BR-17 prolongar-se-á em busca da fronteira com a Guiana Inglesa, seguindo o vale do rio Tacutu e, em direção divergente, buscará o marco 8, na fronteira da Venezuela.

Possibilitará, dessa forma, o comércio regular com a Guiana e com a Venezuela, hoje em pleno domínio do contrabando; atingirá importante região de recursos minerais e facilitará a instalação de unidades de fronteira, garantidoras da nossa soberania e dos nossos legítimos interesses nos confins Amazônicos. Como procuramos mostrar em trabalhos anteriores, a natureza do terreno, as condições e as necessidades locais do Território de Rio Branco, tornam a Caçaria armada indicada para equipar a fronteira nessa região.

— A BR-29 ligará Cruzeiro do Sul-Sena Madureira-Rio Branco (Acre)-P. Velho, encurtando distâncias verdadeiramente fantásticas se percorridas pela via fluvial. Essa rodovia trará grandes vantagens econômicas e administrativas para o Território do Acre, inclusive libertando a sua Capital do isolamento a que fica condenada durante os meses de maior estiagem, quando o rio Acre não oferece condições de navegabilidade.

— A rodovia Humaitá-Lábrea, incluída no Plano Rodoviário Nacional como BR-93, ligará os rios Madeira e Purus, de grande futuro econômico, atravessando, nos seus 200 km de percurso, os Campos Gerais de Pussiary.

Representa, portanto, a BR-93, fator decisivo para o desenvolvimento da pecuária na única região de campos da imensa planície terciária da Amazônia.

Como se vê, no setor rodoviário interno da Amazônia, a não ser na região Leste, onde constituem uma realidade as rodovias que partem de Belém através da Zona Bragantina, e em grande parte a que de Macapá busca o rio Oiapoque, tudo o mais é previsão.

A abertura de rodovias deverá ser seguida de medidas práticas positivas de preservação da floresta Amazônica. Poderá parecer exagero o pensar, com tamanha antecedência, em defender da destruição a mais pujante e continua cobertura vegetal do mundo. Entretanto, é preciso que não nos esqueçamos de que, se em toda parte, as matas desempenham papel importante na proteção do solo e na preservação das suas propriedades, na Amazônia essa importância atinge as raías do absoluto. Não desprezemos, por outro lado, a impressionante capacidade do homem para destruir. Temos aqui no Brasil os mais eloquentes exemplos dessa qualidade negativa na desparição, em poucas gerações, das matas do nordeste e do leste, provocando os graves problemas econômicos e sociais que ainda hoje desafiam a capacidade dos nossos administradores. No Norte do Pa-

raná, as florestas estão desaparecendo sob a ação dos caçadores de fortuna rápida e fácil. Dentro de poucos anos estaremos sentindo os efeitos dessa atividade destruidora. Mesmo na Amazônia, a Zona Bragantina constitui um atestado e um grito de alerta. Da mesma forma, os Campos Gerais do Rio Branco, que, na opinião de alguns estudiosos, documentam a existência de uma civilização pré-colombiana, naquela região.

O povoamento, como é óbvio é o buscado, seguirá de perto a abertura racional de rodovias mas, se não forem tomadas eficientes medidas acauteladoras, particularmente na imensa planície terciária do "rio-mar", dentro de algumas gerações teremos a cár verde esperança da Amazônia substituída pelo cinza característico do deserto, cár de desolação e morte.

Proteger, desde já, a floresta Amazônica da destruição injustificada constitui, sob o ponto de vista econômico, social e militar, medida de Segurança Nacional.

Além da rede rodoviária interna as rodovias de ligação Norte-Sul representam um gigantesco esforço de continuidade do Brasil, tirando o aspecto de Arquipélago econômico e militar que o país apresenta nestes dias.

As estradas previstas assegurariam eficaz ligação permanente da Amazônia com os centros vitais econômicos, administrativos e políticos do país, livrando a região da perigosa servidão atual, de ligação com o restante do país apenas marítima e aérea.

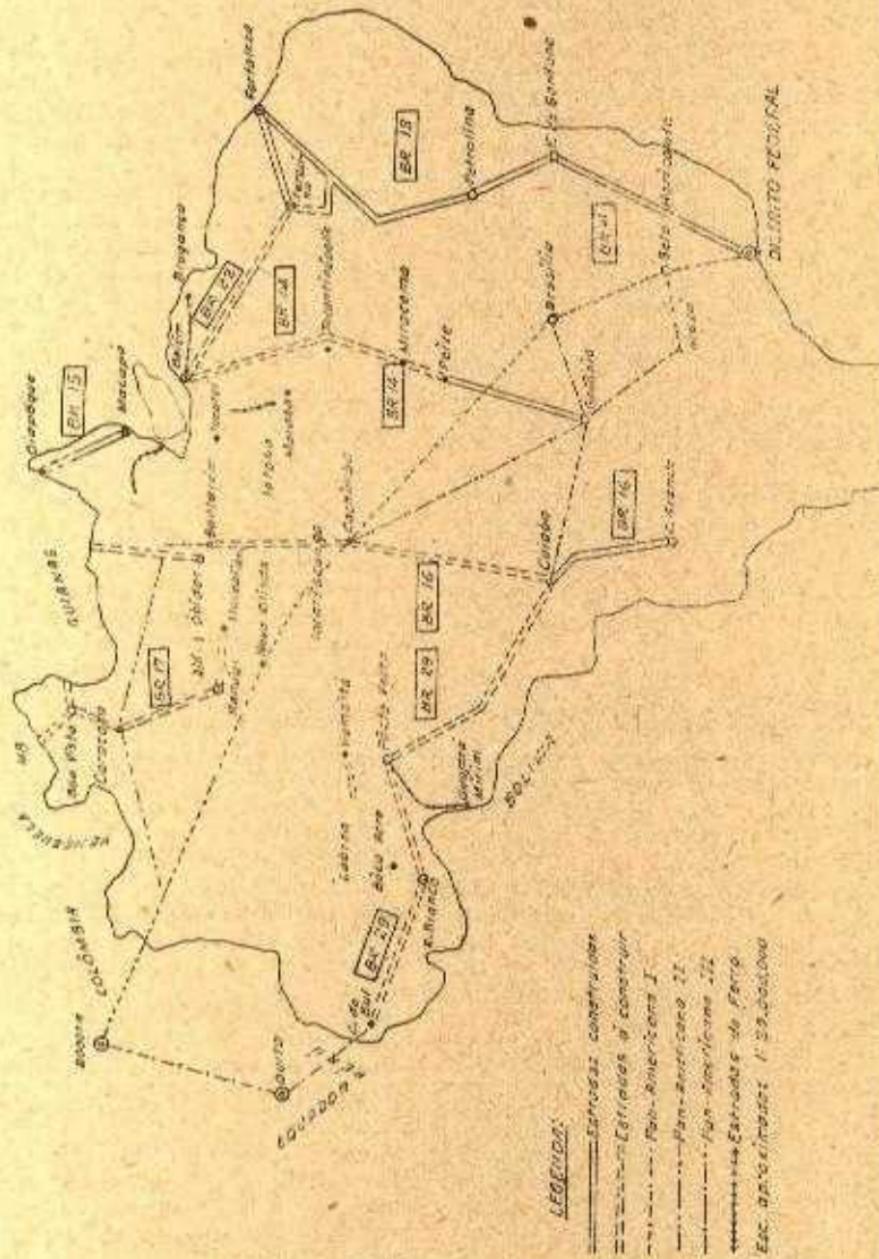
Têm essa finalidade:

- a BR-29, que ligará P. Velho a Cuiabá, através da BR-16 a Campo Grande e, desta cidade a São Paulo, pela Noroeste do Brasil;

- a BR-16, que ligará Santarém a Cuiabá;

- a BR-14, que assegurará a ligação Belém-Goiânia;

- o sistema BR-22 — BR-52 — BR-13 — BR-4, ligando Belém ao Rio de Janeiro, por Terezina, Petrolina, Feira de Santana;



— a ligação Belém-Goiânia, através do sistema misto.

Esta última ligação prevista, se bem que encerre os inconvenientes das baldeações exigidas pelas repetidas mudanças de meio de transporte, parece o mais viável no momento. Ela se processará através do rio Tocantins até Tucuruí, daí a Jatobá, pelos trilhos da "Estrada de Ferro Tocantins"; de Jatobá a Tocantinópolis (Goiás) sobre rodovia, num percurso de cerca de 350 km; de Tocantinópolis novamente pelo rio Tocantins até Miracema do Norte; daí mais uma vez em rodovia até Goiânia. Até Peixe, no rio Tocantins, já está construído este último trecho. O DNER prossegue nos trabalhos e tem recebido recursos para a sua conclusão.

— Será através da Amazônia que a Pan-Americana atingirá o Rio de Janeiro. Sobre o seu traçado, no Brasil, técnicos e estudiosos têm emitido opiniões e sugerido soluções. Entre estes podem ser citados os estudos dos Engenheiros Jerônimo Monteiro Filho e Pedro Coutinho e do Ten-Cel José Codeceira Lopes.

O primeiro preconiza o Traçado, no Brasil, pelo divisor dos rios Japurá e Negro até Manaus e daí, em linha praticamente reta, ao Rio de Janeiro, passando por Nova Olinda, Jacareacanga, Cachimbo, Brasília, Belo Horizonte. O Engenheiro Pedro Coutinho vê o traçado pelo norte do rio Solimões-Amazônia, sobre região elevada, passando por caracaraí, pela região dos "Campos Gerais", descendo em linha reta para o Sul, por Santarém até Cachimbo, coincidindo com a BR-16 neste trecho e daí atingindo o Rio de Janeiro, por Goiânia.

Finalmente, o Ten-Cel Codeceira Lopes opina pela ligação Bogotá-Quito e que a Pan-Americana percorra a Amazônia por Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, P. Velho, para atingir Cuiabá, Goiânia, Brasília e Rio de Janeiro.

É esta, na nossa opinião, a solução mais indicada. Ela aproveita totalmente a BR-29, do Plano Rodoviário Nacional; percorre, na

Amazônia, uma região de cabeceras e de altos rios, mais indicada para rodovias, por exigir poucas e relativamente, modestas obras de arte e, principalmente, não abre uma via de acesso perigosa em nossa despovoada Amazônia, como as duas anteriores, particularmente a solução proposta pelo Engenheiro Monteiro Filho.

Sob o ponto de Segurança Nacional, é a que convém ao Brasil.

— Quanto às ferrovias, a Amazônia conta com quatro apenas. Todas de pequeno percurso, isoladas entre si, mas entrosadas no sistema de transportes da região.

São elas:

- a E F Bragança, com 292 km, ligando Belém a Bragança, através da Zona Bragantina;
- a E F Tocantins, contornando parte do curso encachoeirado do rio Tocantins, entre Tucuruí e Jatobá, num percurso de 200 km;
- a E F Madeira-Mamoré, assegurando a continuidade de transporte no rio Madeira, no trecho interrompido pelas suas 17 cachoeiras e corredeiras, com 366 km;
- a recentíssima E F do Amapá, que é a estrada do manganês, ligando o porto do Território à Serra do Navio, em um percurso de 180 km.

Dessas estradas, a única que realmente se justifica nos dias atuais é a ferrovia do Amapá, construída com a finalidade específica de transporte de manganês para os barcos cargueiros que transportam o minério para o exterior.

As demais seriam vantajosamente substituídas por rodovias, particularmente a E F Tocantins, cuja manutenção, em condições razoáveis, criaria dificuldades cada vez maiores. É o que evidencia, alias, o abandono da idéia de levar os trilhos da "Tocantins" até Marabá. Dessa forma, Jatobá, ponta dos trilhos da E F Tocantins, ligar-se-á a Marabá por rodovia.

A E F Tocantins poderá, para o futuro, ser substituída por rodovia, com real vantagens de caráter econômico. Essa substituição trará

a eliminação do elo ferroviário no sistema misto de ligação Belém-Goiânia.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — AGNELLO BITTENCOURT — Notas históricas sobre a Navegação do Amazonas
- 2 — ARTHUR CEZAR F. REIS — "Amazônia — Um espaço Tropical"
- 3 — PAUL L. COINTE — O Estado do Pará
- 4 — Brigadeiro ALVES CABRAL — Transporte Aéreo na Amazônia
- 5 — Plano Rodoviário Nacional — 1951
- 6 — SPVEA — Primeiro Plano Quinquenal (I e II Volumes)
- 7 — M. PACHECO CARVALHO — Plano Racional de Recuperação e Colonização da Amazônia ("Rodovia" — Jan 52)
- 8 — "Rodovia" — Junho de 1952 — Rodovia Humaitá-Lábrea
- 9 — PEDRO COUTINHO — A Estrada Pan-Americana e o Brasil ("Diário de Notícias" — 29 Jul 56)
- 10 — JERONYMO MONTEIRO FILHO — Obedece sobretudo a Imperativos Políticos a Rodovia Pan-Americana ("Diário de Notícias" — 5 Agô 56)
- 11 — Ten-Cel JOSE CODECEIRA LOPES — Projetos de Alternativa da Estrada Pan-Americana ("Diário de Notícias")
- 12 — Anexo à Lei n. 2.975, de 22 Nov 56.

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGÚ

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÓRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE

IMPORTAÇÃO DE METAIS NÃO FERROSOS

Da Revista "Desenvolvimento & Conjuntura"
— Julho de 1957

Dificilmente encontraremos em nossa lista de importações um item que, ao mesmo tempo, represente despesa cambial de expressão e tenha sido tão pouco cogitado em estudos e comentários sobre assuntos econômicos no Brasil. Essa omissão ocorre, entretanto, em relação aos metais não ferrosos, e é tanto mais lamentável quando sabemos que o consumo de matérias-primas desse tipo assume posição de destaque no processo de industrialização.

No Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Económico, dado pela Comissão Económica para a América Latina aqui no Rio de Janeiro, em outubro/dezembro do ano passado, foi salientada a importância do consumo de metais não ferrosos na industrialização de nosso país. O problema cambial daí decorrente mereceu então apreciação incisiva, que concluiu por considerar a dependência total em que se encontra o Brasil, de importações de metais não ferrosos, um fator negativo no seu desenvolvimento industrial, não obstante o ritmo por este alcançado nos últimos anos.

Pode-se dizer também que, no decênio 1947/56, foi insignificante a participação da indústria nacional no suprimento do seu próprio consumo de metais não ferrosos, que depende em grande parte das importações. Vários motivos podem ser apontados como determinantes dessa circunstância, estranhável de qualquer modo, num período em que a política orientada no sentido de substituir importações foi praticada de modo amplo, mercê da tendência natural de nossa estrutura econômica e da proteção efetiva da

produção interna que decorre principal e precisamente do sistema cambial vigente.

A razão essencial do retardamento da produção interna desse tipo de matéria-prima está por certo na fraqueza das jazidas dos minerais não ferrosos, exceção da bauxita, de existência agora conhecida no Brasil. Quando dizemos fraqueza das jazidas referimo-nos às existências de minério comprovadas e indiscutíveis, pois há controvérsia em torno de consideráveis reservas nacionais de cobre, chumbo, zinco, cassiterita e níquel, sem que, contudo, tenha saído o problema do terreno das conjecturas, muito embora em alguns casos seja a perspectiva otimista e mais aceitável. Em face do incipiente trabalho de pesquisas minerais no Brasil, somos dos que acreditam na existência de maiores reservas.

É admissível pensar que essa seria a razão principal do retardamento da industrialização dos metais não ferrosos no Brasil até porque o único mineral desse grupo de grande existência comprovada — a bauxita — já foi industrializado, por sinal em escala apreciável, em nosso país. Longe de nós, no entanto, desprezar outros fatores que impediram ou retardaram (caso da bauxita inclusive) a industrialização dos metais não ferrosos. Entre outros que comentaremos mais adiante, no capítulo das importações propriamente dito, podemos citar a atuação dos grandes grupos internacionais no sentido de não perder o controle dos mercados consumidores de tais produtos, ou seja, dos metais não ferrosos já transformados.

POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

Em primeiro lugar, cumpre destacar que as importações de metais não ferrosos são tradicionalmente, em sua quase totalidade, representadas por produtos industrializados ou, como se costuma dizer, transformados — assim conhecidos porque sua industrialização, em geral, se caracteriza por processos simples e de dispêndio relativamente modesto. Dessa forma, os itens de importação de cobre, chumbo, alumínio, zinco, estanho e níquel, referem-se principalmente aos produtos de fundição. Raramente, encontram-se itens de produtos brutos ou minérios, de valor bem mais baixo, confrontados com o correspondente ao daqueles.

Em consequência, temos aqui a primeira grande deficiência da política, ou da falta de política relativa ao consumo de metais não ferrosos no Brasil. Isso porque, além de representar esse item das importações nacionais um valor expressivo na despesa cambial do país, sua produção substitutiva seria de resultado econômico incontestável, uma vez que são muito sensíveis as diferenças de preços dos produtos brutos e transformados, ao mesmo tempo que, como já referimos, a sua industrialização requereria processos simples, que quase sempre exigem investimentos relativamente pequenos. E são essas, sem dúvida, condições fundamentais para o sucesso da produção substitutiva de importações.

Aliás, a política de substituição de importações de minerais, além de um sentido econômico, tem também um objetivo político de segurança nacional. Nos Estados Unidos, essa orientação constitui uma preocupação constante do seu Governo. Naquele país, as leis fiscais chegam ao ponto de taxar fortemente as importações do próprio minério bruto, onerando dessa forma o custo de sua produção, com o objetivo precípua de incentivar a prospecção interna. Tal é o caso do minério de manganês, da xelita e da mica.

O custo de uma instalação transformadora de minerais não ferrosos seria facilmente amortizado. Em certos casos esse custo seria menor que a economia de divisas resultantes da diferença entre o

IMPORTAÇÃO DE METAIS NÃO FERROSOS COBRE E ESTANHO - PREÇOS MÉDIOS (US\$ / tonelada)

PRODUTOS	1955
COBRE em lingotes, linguidos e pees, em barras e vergalhões, angulos, chanfrões, placas e lâminas, tiras e arcos, em pó fino próprio para pigmentos, trabalhado n.e.	90
Minérios de COBRE n.e.	30
ESTANHO em lingotes, linguidos e pees, barras, vergalhões, angulos, perfis e semelhantes, tiras, arcos e o fino próprio para pigmentos metálicos....	2.320
Minérios de estanho - Casiterita -	1.700

Fonte: S.E.E.F. do Ministério da Fazenda.

II - IMPORTAÇÃO DO BRASIL POR PRINCIPAIS ITENS 1947 - 1956 (US\$ 1 000 000)

ANOS	PETRÓLEO E DERIVADOS	IRICO EM GRÃO	METAIS NÃO FERROSSOS	OUTROS
1947	77,9	56,5	17,1	1.066,1
1948	114,1	61,2	16,4	929,3
1949	113,1	103,7	29,9	856,3
1950	138,0	108,3	28,5	810,2
1951	204,1	129,3	59,6	1.590,1
1952	245,5	129,7	46,2	1.564,5
1953	237,2	125,8	57,9	1.490,7
1954	259,2	125,8	57,9	1.490,7
1955	255,8	142,1	30,6	878,1
1956	279,6	108,6	46,0	799,7

Fonte: S.E.E.F. do Ministério da Fazenda.

valor de importação do mineral transformado e bruto, no período de um ano apenas.

Proporção semelhante poderia ser aplicada para a industrialização de qualquer outro mineral não ferroso. Em nenhum caso veríamos desmentida essa possibilidade favorável de substituir as importações dos produtos já industrializados.

FATORES QUE DESESTIMULARAM A SUBSTITUIÇÃO

Entretanto, se os fatores apontados são economicamente favoráveis, existem outros estruturais e institucionais, próprios da economia desses produtos, que impediram ou atrasaram a sua industrialização no Brasil. Assim, por exemplo, é decisiva a pequena posse da jazidas economicamente aproveitáveis que já foram descobertas no país. Esse aspecto adquire maior relevo quando nos lembramos de que a indústria nacional se desenvolveu com base na utilização facilitada de matérias-primas nacionais e importadas e outros fatores favoráveis de produção e comércio. Aliás, esta é uma tendência natural e necessária nos países subdesenvolvidos sem tradição industrial e, consequentemente, sem poder de concorrência com os industrializados. Por esse motivo, o sistema cambial protecionista, vigorante até 1953, sem programação industrial adequada, gerou graves contradições, como ocorre em relação aos metais não ferrosos. O câmbio favorecido para a importação dessas matérias-primas elaboradas possibilitou a criação de numerosas indústrias manufatureiras, a maioria de grande essencialidade no processo de desenvolvimento, mas foi também um fator de desestímulo à exploração de jazidas e à industrialização de minérios no país.

Há, ainda, um outro fator de desestímulo à pesquisa e à industrialização de minérios não ferrosos no Brasil. Trata-se da falta de regulamentação do art. 153, § 1º, da Constituição que, protegendo os direitos de propriedade da terra, dá

preferência ao superficiário na exploração mineral. Desse modo a pesquisa de novas jazidas fica condicionada a entendimentos complicados e demorados, agravados quando a região de possível existência do mineral, o que amiúde acontece, pertence a mais de um proprietário. Esse dispositivo constitucional, ainda não regulado, de certo modo se choca com o espírito do art. 4º do Código de Minas que, ao contrário, obriga o proprietário a colaborar com o interessado na prospecção.

Por outro lado, qualquer tentativa de industrialização dessas matérias-primas minerais, encontra impedimento poderoso na estrutura da produção e do comércio internacional. De um lado, há a natural contradição entre os nossos propósitos e os dos países subdesenvolvidos exportadores de minerais, que orientam sua política no sentido de exportar o mineral industrializado. Esse fato, aliás, deriva de outro mais complexo, consistente no controle da maioria das minas produtoras e da exportação desses países, por grupos internacionais poderosos. É por tal motivo que nossa importação de minerais já transformados procede em grande parte de países industrializados.

Em consequência do controle exercido sobre as minas dos países subdesenvolvidos, os grupos internacionais importam o minério bruto, ou concentrado, e o industrializam para o seu consumo e para exportar. Torna-se, portanto, extremamente difícil romper o "status quo" já tradicional, pois o controle é exercido por variadas maneiras, desde a própria administração das minas por funcionários da empresa estrangeira proprietária ou concessionária, até às cláusulas contratuais que instituem o sistema da chamada "mina cativa".

ELEVADAS AS DESPESAS CAMBIAIS

Acreditamos que ao problema das importações de metais não ferrosos tem faltado a atenção devida, pelo menos por parte das autoridades responsáveis pela política eco-

III - PRODUÇÃO DE ALGUNS BÁGO VEREADORES NO BRASIL

DISCRIMINAÇÃO	1952		1953		1954		1955		1956	
	1000 t	Cr\$ 1000								
METALIS:										
Alumínio.....	1,2	27.008	1,5	27.157	1,7	41.323	18,2	607.232
Chumbo.....	2,9	24.617	2,7	40.159	3,7	34.623
Estanho.....	0,1	5.000	0,5	6.675	1,9	205.388	1,2	266.694
MINÉRIOS:										
Bauxita.....	14,3	1.529	18,8	2.511	27,6	5.059	45,1	8.652
de Chumbo (galema)	14,8	41.894	39,0	105.930	52,8	142.146
de Cobre.....	2,0	19.406
de Níquel (garnierita).....	3,2	6	34,6	5.101

Fonte: S.E.P., do Ministério da Agricultura.

IV - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CORRÉ EM LINGOTES, LINGUARDOS E PÃES,
EM BARRAS E VERGALHÕES, ÂNGULOS CANTONEIRAS, PLACAS E LÂMINAS, TIRES E ARCOS,
EM PAU FINO PRÓPRIO PARA PIGMENTOS, TRABALHADO N.E., SEGUNDO PAÍSES DE ORIGEM
1947 - 1956

Fonte: S.E.R.F. do Ministério da Fazenda.

nómica do nosso país. Na falta de uma política substitutiva de metais não ferrosos, o valor das importações alcançou níveis elevados, em parte consequente ao rápido aumento de consumo desses produtos, mas também pela ausência de cotas de mineral bruto, de preço baixo, nessas importações.

No último decénio as importações brasileiras de metais não ferrosos alcançaram um valor global de US\$ 373,4 milhões, representando, portanto, 19% das importações de petróleo e derivados e 32% da de trigo em grão, produtos esses considerados como grandes oneradores do balanço de pagamentos, e dos quais o governo e a própria opinião pública dedicam maior atenção, com vistas ao desenvolvimento de suas produções substitutivas.

Examinando ano a ano essas importações verificamos a substancial elevação das quantidades adquiridas, que revelam praticamente a evolução do consumo brasileiro. Observa-se também que as importações, quando alcançam valor elevado em um determinado ano, registram queda no ano seguinte. Isso se deve ao característico dos metais não ferrosos de permitirem uma estocagem prolongada, ou seja, à imperecibilidade desses produtos. É um dos motivos de o comércio dos metais não ferrosos apresentar-se em geral calmo, ao contrário do que ocorre com o de outros produtos, sobretudo os agrícolas, cujo grau de perecibilidade cria um clima propício ao "nervosismo" do mercado e às especulações de bolsa.

V - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE METAIS NÃO FERROSOS
CHUMBO EM BARRAS, LINGOTES, FÄRS, PASTAS, VERGAIROES, VERJUNDHAS,
LENÇOL E LÂMINAS OU PLACAS
1947 - 1956

ANOS	ALEM- A DIA- OCIA- DENIAL	CANADÁ	ESTADOS UNIDOS	GRÂ- BRETA- NHA	LUTZ- LAVIA	BOLÍ- VIA	ESPA- ÑA	UNIÃO BRASILEI- RA -LUXEM- BURGO -URUGUA -Y	OUTROS PAÍSES	TOTAL
QUANTIDADES (toneladas)										
1947.....	-	2 619	2 283	1	-	-	-	130	5 229	13 257
1948.....	-	1 037	998	17	-	-	-	586	2 174	4 972
1949.....	-	1 168	1 105	575	-	-	-	7 515	5 251	15 715
1950.....	-	654	2 669	38	100	-	-	218	16 245	19 924
1951.....	1	3 764	5 802	130	-	-	-	2 587	10 751	23 010
1952.....	5	1 843	2 751	199	400	-	-	1 870	3 090	10 158
1953.....	4 365	1 020	650	30	260	-	1 136	863	12 530	21 236
1954.....	3 317	2 813	1 252	3	953	1 015	5 913	-	12 309	27 587
1955.....	173	-	7	26	814	3 014	5 808	808	2 994	13 595
1956.....	282	16	164	160	1 061	1 175	4 595	1 250	1 682	10 363
VALOR (US\$ 1 000)										
1947.....	-	1 171	812	-	-	-	-	46	2 052	4 081
1948.....	-	460	442	16	-	-	-	214	904	2 185
1949.....	-	557	553	284	-	-	-	2 991	2 237	6 622
1950.....	-	179	868	17	27	-	-	3 404	1 412	5 907
1951.....	-	1 829	2 694	83	-	-	-	1 261	4 726	10 593
1952.....	2	933	1 411	122	150	-	-	770	1 364	4 762
1953.....	1 512	346	250	19	96	-	1 436	314	3 651	7 624
1954.....	856	818	444	2	376	388	2 398	-	4 587	9 870
1955.....	98	-	3	22	379	1 255	2 407	272	1 197	5 629
1956.....	142	7	59	56	499	588	2 197	435	771	4 724

Fonte: S.E.E.P. do Ministério da Fazenda.

A despesa cambial com a importação de metais não ferrosos cresceu rapidamente nos dez anos examinados neste trabalho, principalmente de 1950 a 1951. Nesse último ano verificou-se uma importação maciça, em decorrência de atitude deliberada do governo. As autoridades responsáveis pelo comércio exterior acreditaram, conforme foi comprovado posteriormente, que o conflito da Coreia iria degenerar numa conflagração de âmbito mundial. Com essa convicção, elaboraram um plano de compras para estocagem, plano esse que veio a se chamar de "risco calculado".

O nível do valor das importações em 1951 (US\$ 59,6 milhões) não foi igualado nos anos seguintes. Nos dois últimos, verificou-se um declínio substancial em relação àquele ano.

Dos metais não ferrosos examinados, o cobre destaca-se como o de maior participação na despesa cambial do item geral (metais não ferrosos) — cerca de 20 % do total. Seguem-se, pelo mesmo critério, chumbo, alumínio, zinco e estanho e níquel, este último com valor absoluto e percentagem de participação bem inferior aos demais.

COBRE

Representando cerca de 20 % dos totais das importações de metais não ferrosos, o dispêndio com aquisição de cobre transformado alcança por vezes níveis elevados (US\$ 30,1 milhões em 1954), mesmo em confronto com itens destacados da despesa cambial brasileira. Os Estados Unidos são os principais fornecedores, aparecendo a seguir o Chile, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, União Belgo-Luxemburguesa e Canadá.

No Brasil, como em todos os países industrializados ou em fase de grande expansão industrial, a procura de cobre tem sido intensa. Nos Estados Unidos, segundo dados da CEPAL, no período de quatro décenios, a procura de cobre cresceu 100 % mais que a produção industrial em seu conjunto. No Brasil, ainda segundo a mesma fonte, admitindo-se que a produção indus-

trial cresça de 20 % no período de 1954 e 1962, poderia haver um aumento do consumo de cobre de fundição de cerca de 100 %, alcançando aproximadamente 60.000 toneladas em um ano.

A industrialização do cobre em nosso país apresenta perspectivas satisfatórias uma vez que dispomos de duas jazidas exploráveis, pelo menos, na opinião da maioria dos especialistas no assunto — no Rio Grande do Sul e na Bahia. Por outro lado já dispomos de indústrias de laminiação como a de Pireli de São Paulo e outra que se inicia para produção em grande escala à base de minério nacional — Pignatari, também em São Paulo.

Além disso, as condições do mercado internacional são favoráveis. O preço, oscilando em torno de 30 centavos de dólar por libra peso, é considerado razoável. Outro fator de relevo é o declínio da produção nos Estados Unidos, o maior produtor mundial, enquanto aumenta muito lentamente fora desse país. E por fim o crescente desmentido da competição entre o cobre e o alumínio, parece gratificar mais uma vez a viabilidade da criação de uma grande indústria de cobre no Brasil.

CHUMBO

O chumbo, a exemplo do cobre, também oferece condições satisfatórias para o seu desenvolvimento industrial no Brasil, inclusive no que concerne à conjuntura do produto no mercado internacional. As reservas mundiais de chumbo têm crescido lentamente, ao mesmo tempo que a procura aumenta com intensidade, sobretudo em consequência do desenvolvimento da indústria de automóveis e o uso cada vez maior da gasolina com alta octanagem.

Por outro lado já existe uma produção relativamente expressiva da Plumbum do Brasil S.A. na localidade de Ribeira, Estado de São Paulo, que explora jazida de sua propriedade situada nesse município.

Também na Estado da Bahia, em Macaúbas, vem sendo explorada outra jazida de características

VI - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE METAIS NÃO FERROSOS
ALUMÍNIO EM BARRAS, LINGOTES, LIQUIDADOS, PÁSS, VERCALHÓES,
VERGUINEAS E LÂMINAS OU PLACAS.
1947 - 1956

ANOS	ALEM- A- RHA OCT- DENTAL	CANADÁ	ESTADOS UNIDOS	JAPÃO	GRÄ- BRETA- NHA	FRANÇA	IUGOS- LÁVIA	UNIÃO BELGO- LUXEM- BURGO- SA	OUTROS PAÍSES	TOTAL
Q U A N T I D A D E (toneladas)										
947.....	2	2 408	2 492	-	232	1	-	1	601	5 755
948.....	2	4 594	1 950	-	145	-	-	-	185	6 774
949.....	-	5 843	772	-	1 879	82	-	207	362	9 145
950.....	-	4 776	169	48	1 965	1 261	-	314	1 277	9 810
951.....	381	7 569	1 757	361	1 473	575	-	151	2 390	14 657
952.....	610	5 025	807	54	1 566	1 035	-	45	423	9 606
953.....	1 549	2 196	320	986	-	3 420	-	-	1 096	10 652
954.....	2 496	4 559	387	2 377	10	1 121	63	-	4 436	15 155
955.....	2	1 528	-	1 900	1	715	709	47	1 693	6 557
956.....	-	1 806	177	1 320	189	650	4 759	33	4 064	13 058
V A L O R (US\$ 1.000)										
947.....	-	872	1 110	-	144	11	-	1	156	2 594
948.....	1	1 757	899	-	54	-	-	-	175	2 888
949.....	2	2 271	904	-	1 423	50	-	106	209	4 363
950.....	-	1 773	101	24	1 150	165	-	563	258	3 412
951.....	517	3 705	1 369	308	1 035	135	-	129	2 367	9 565
952.....	1 089	2 502	810	50	1 310	756	-	52	534	7 103
953.....	1 274	1 367	581	613	-	2 093	-	-	80	6 022
954.....	1 959	2 214	215	1 643	6	781	46	-	2 788	9 682
955.....	22	817	-	1 173	-	121	641	28	1 218	4 299
956.....	24	1 091	147	1 050	119	471	207	70	1 222	10 274

Fonete: S.E.S.I.P. do Ministério da Fazenda.

favoráveis quanto à qualidade e quantidade, produzindo-se e vendendo minério para a indústria de São Paulo.

Talvez seja esse fato, aliás pouco conhecido, que explica o declínio consecutivo das importações de chumbo nos dois últimos anos — US\$ 5,6 e 4,7 milhões — em confronto com US\$ 10,6 e 9,9 milhões em 1951 e 1954, verificando-se a mesma redução nas quantidades importadas. O chumbo é o único metal não ferroso que registra, seguidamente, diminuição de importações nos dois anos citados.

A procedência das importações de chumbo, obedece à mesma tendência registrada nos outros metais não ferrosos, destacando-se entre os principais fornecedores do Brasil, a União Belgo-Luxembur-

guesa, Estados Unidos, Canadá e nos últimos anos, a Espanha.

ALUMÍNIO

O problema do alumínio no que diz respeito à produção substitutiva no Brasil, teve a sua solução auspiciosamente encaminhada com a montagem, no Estado de São Paulo, de uma fábrica com capacidade anual de produção da ordem de 10.000 toneladas. Essa quantidade, com exceção talvez de alguns tipos, poderá satisfazer o atual consumo do país, pois é em torno desse nível a importação média anual. Por outro lado, a procura mundial cresce extraordinariamente. Com a solução industrial já encontrada e com grandes reservas de minério de boa qualidade — bauxita, em

Poços de Caldas e Ouro Preto no Estado de Minas Gerais, as perspectivas no Brasil são, portanto, as mais favoráveis. Acresce que a indústria citada tem como objetivo uma produção anual de 50.000 t que deverá atender o aumento do consumo nacional nos anos próximos, possibilitando mesmo a exportação, se persistirem as condições favoráveis do mercado internacional. Os responsáveis por esse empreendimento tiveram que produzir energia elétrica, inclusive hidrelétrica, para satisfazer as necessidades da indústria, pois, como é sabido, o processo de transformação da bauxita implica em grande consumo de energia desse tipo.

Outra tentativa foi feita no norte do país por uma empresa estran-

geira, mas não teve êxito, segundo algumas fontes, porque a existência de bauxita em grande escala na região não foi comprovada e, segundo outras, porque os empreendedores pretendiam usar energia da Cia. Hidrelétrica do São Francisco e sentiram que iriam sofrer forte oposição por parte dos consumidores nordestinos.

Não obstante, essa perspectiva promissora para a indústria do alumínio, as estatísticas brasileiras, até 1956, ainda revelaram, em relação a essa matéria-prima, os característicos tradicionais das importações de metais não ferrosos. A pequena produção iniciada em Ouro Preto, durante a guerra, não chega a pesar no suprimento do mercado. Depois de um declínio de US\$ 9,7 mi-

VII IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE METAIS NÃO FERROSOS
ZINCO EM BARRAS LINGOTAS, LINGUADOS, VERGAÇÕES E EM LÂMINAS OU PLACAS
1947 - 1956

ANOS	ALEMANHA OCIDENTAL	CANADÁ	ESTADOS UNIDOS	JAPÃO	GRÄ-BRÉTANHA	LUDÓVIA	POLO-MIA	UNIÃO BELGOLUXEMBURGO- PORTUGAL	OUTROS PAÍSES	TOTAL	QUANTIDADE (toneladas)	
1947	-	110	733	-	33	-	-	121	2 317	2 317		
1948	-	327	3 151	-	16	-	-	1 371	152	5 020		
1949	-	292	4 610	-	31	-	42	4 942	448	10 560		
1950	-	124	3 492	-	362	-	20	5 963	599	10 560		
1951	33	493	8 305	-	30	-	-	2 711	1 211	12 783		
1952	7	708	7 145	-	22	-	-	1 949	600	12 132		
1953	3 667	695	4 264	178	86	-	-	455	3 694	13 039		
1954	3 105	740	8 635	880	-	234	63	1 621	8 187	21 965		
1955	1 605	123	556	1 574	21	704	2 720	4 413	2 654	14 370		
1956	3	20	222	7 717	59	576	4 221	5 832	863	19 513		
VALOR (US\$ 1 000)												
1947	-	31	236	-	13	-	-	35	630	915		
1948	-	130	1 025	-	8	-	-	489	58	1 110		
1949	-	126	1 757	-	18	-	18	1 614	154	3 087		
1950	-	57	1 090	-	130	-	6	1 865	138	3 286		
1951 ..	31	439	6 053	-	20	-	-	1 544	849	8 955		
1952 ..	6	502	4 833	-	19	-	-	844	406	6 513		
1953 ..	1 206	275	1 584	85	32	-	-	126	1 179	4 287		
1954 ..	1 695	233	2 296	350	-	103	22	24	2 548	6 671		
1955 ..	528	40	162	586	8	325	1 207	1 248	944	5 048		
1956 ..	3	8	80	3 153	23	222	1 963	1 921	306	7 673		

Ponte: S.E.E.F. do Ministério da Fazenda.

VIII - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE ESTAIRO EM LISTAS, LIQUIDADOS, TÃES,
SARRAS, VERGAGÕES, ÂNGULOS, PERFIS E SEMI-MANHES, TIJAS E ARCOES,
PÓ FINO PRÓPRIO PARA PIGMENTOS METÁLICOS
1947-1956

ANOS	ALEMANHA OCIDENTAL	CANADA	ESTADOS UNIDOS	GRÂ-BRÉTANHA	PORTUGAL	DINAMARCA	MALASIA	UNIÃO BELGA-LUXEMBURGO-URUGUAIA	OUTROS PAÍSES	TOTAL.
Q U A N T I D A D E (toneladas)										
1947.....	-	294	312	-	-	-	71	193	874	
1948.....	-	283	410	23	-	-	11	539	1 268	
1949.....	19	1	6	196	-	-	19	735	952	
1950.....		15	1	317	-	8	-	11	1 224	1 577
1951.....	-	29	50	478	-	7	495	53	3 062	3 184
1952.....	0	-	32	130	-	4	875	10	193	1 291
1953.....	25	-	-	-	-	2	243	-	154	655
1954.....	-	-	39	3	-	35	142	-	127	340
1955.....	0	-	1	1	-	17	-	7	14	70
1956.....	-	1	4	10	37	71	295	21	30	430
V A L O R (US\$ 1 000)										
1947.....	-	9	566	541	-	-	142	381	1 639	
1948.....	-	3	577	899	49	-	29	1 291	2 797	
1949.....	25	5	10	477	-	-	1	902	2 134	
1950.....	-	35	7	610	-	18	-	2 215	2 983	
1951.....	-	1 501	204	1 529	-	22	1 511	60	3 363	17 830
1952.....	1	-	127	403	-	2	2 361	29	619	3 541
1953.....	65	-	-	-	-	5	553	-	347	971
1954.....	-	-	79	5	-	62	295	-	270	731
1955.....	0	-	7	2	-	103	-	19	73	153
1956.....	-	2	10	27	56	179	515	31	86	971

Fonte: S.E.E.P. do Ministério da Fazenda.

lhões em 1954 para US\$ 4,3 milhões em 1955, as importações aumentaram em 1956 para US\$ 10,3 milhões, procedentes em cerca de 40 % da Iugoslávia. Embora a produção esteja sendo iniciada e, portanto, não exerçam influência direta nas aquisições do ano anterior, a perspectiva era de tal forma favorável que deveria, pelo menos, contribuir para que o aumento das importações não fosse tão elevado.

ZINCO

Do item metais não ferrosos, cujas importações comentamos nesse trabalho, o zinco apresenta movimentação destacada. O desenvolvimento da indústria nacional que emprega esse metal, a partir de 1947, fez com que sua importação se elevasse rapidamente. Entre-

tanto, nos últimos anos manteve-se equilibrada, conservando também aquela tendência generalizada dos metais não ferrosos de intercalar um ano de importações fortes com outro de importações fracas. Esse característico, como explicamos anteriormente, se deve à possibilidade de estocagem desses produtos por períodos prolongados.

Observa-se também do nosso Quadro que o preço médio de importação de zinco sofreu elevação relativamente pequena no último decênio, se temos em conta os níveis alcançados por outros produtos, mesmo matérias-primas minerais, no mercado internacional. A sua industrialização em grande escala no Brasil tem sido retardada não só pela inexistência da produção nacional do minério, mas também pelo comportamento dos preços do

metal. Ajuda há bem pouco a conjuntura mundial do zinco apresentava-se satisfatória para os mercados importadores do produto de fundição, com uma oferta relativamente abundante e a preços baixos.

Registre-se, também, que só há poucos meses foi confirmada, em primeiro reconhecimento, a existência de uma jazida em Minas Gerais, com grande reserva de minério de boa qualidade.

No caso do zinco os Estados Unidos dividem com a União Belgo-Luxemburguesa a primazia dos fornecimentos ao Brasil. Também nesse caso podemos observar que as importações aumentaram expressivamente nos anos de 1951/1952, em consequência do plano de estoqueamento por temor de que o conflito da Coréia degenerasse numa conflagração mundial, plano denominado então de "risco calculado". Observa-se, contudo, que as importações aumentadas com maior intensidade foram as procedentes dos Estados Unidos, enquanto eram reduzidas as da União Belgo-Luxemburguesa. Nos dois últimos anos esse país passou a ser outra vez o principal fornecedor do mercado brasileiro.

ESTANHO

A conjuntura do estanho é outra, entre os metais não ferrosos, que apresenta aspectos favoráveis. Existe no Brasil numa fábrica que produz o metal — a Companhia Estanífera Brasileira, no Estado do Rio de Janeiro — utilizando em parte minério nacional de São João Del'Rei, em Minas Gerais, e importado da Bolívia ou da Iugoslávia.

IX - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE METAIS NÃO FERROSOS
NIQUEL EM LINGOTES, LINGUADOS, PÃES, BARRAS, VERGALHÕES, ÂNCULOS, PERFIS,
PLACAS E LAMINADOS, ANODO PARA GALVANOPLASTIA, FORJADOS OU NÃO
1947-1956.

ANOS	ALEMÂ- NHA OCI- DENTAL	CANADÁ	GRÂ- BRETA- NHA	SUECIA	NORUE- GA	ESTADOS UNIDOS	FRANÇA	NOLANDA	OUTROS PAÍSES	TOTAL	QUANTIDADE (toneladas)	
											V A L O R (US\$ 1.000)	
1947.....	-	32	20	-	4	170	-	-	-	226	62	
1948.....	-	2	5	-	-	54	1	-	-	151	151	
1949.....	-	12	12	-	-	126	-	-	78	210	210	
1950.....	-	-	22	10	-	100	-	-	-	233	233	
1951.....	9	2	85	11	-	84	32	9	1	185	185	
1952.....	7	-	24	7	1	146	-	-	-	113	113	
1953.....	1	1	-	-	1	108	1	-	97	307	307	
1954.....	9	13	-	6	-	181	1	-	17	196	196	
1955.....	3	10	1	1	-	154	-	-	-	257	257	
1956.....	-	13	2	2	-	250	-	-	-	219	86	
											125	
											879	
											567	
											437	

Fonte: S.E.E.P. do Ministério da Fazenda.

Entretanto, a reserva nacional conhecida é muito pequena e a cassiterita de São João Del'Rei apresenta certa dificuldade para transformação em metal de estanho. Talvez por isso é que os criadores da indústria estanífera no Brasil não a tenham organizado em bases mais amplas. Não obstante, a modéstia da indústria de transformação consumindo em boa parte cassiterita importada, a estatística das aquisições brasileiras do metal no exterior revela um declínio expressivo, tanto de quantidade como de valor, isso apesar do crescimento do consumo nacional de estanho em face do desenvolvimento da produção nacional de fôlha de flandres.

Do nível excepcional de 3.184 toneladas em 1951 (risco calculado) e de 1.577 e 1.241 em 1950 e 1952, as importações caíram nos quatro anos seguintes a uma média anual de aproximadamente 400 toneladas. Os valores dessas importações oscilaram mais ou menos na mesma proporção, US\$ 10,8 milhões em 1951, US\$ 3,0 e US\$ 3,5 milhões em 1950 e 1952, registrando uma média anual pouco superior a US\$ 700 mil no quadriénio de 1953/56.

A estatística da procedência das importações brasileiras de estanho causa estranheza porque não figura entre os principais países exportadores a Bolívia, nosso vizinho e um dos maiores produtores mundiais da cassiterita. Esse fato revela a falta de indústria de transformação na Bolívia, cujas minas são controladas por grupos estrangeiros poderosos. Por esse motivo, os tradicionais países maiores fornecedores de estanho metálico ao Brasil foram a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Nos últimos cinco anos a Malásia passou a ser o maior exportador.

NIQUEL

Do grupo principal de metais não ferrosos, o níquel é o que requer menor dispêndio de divisas, revelando um consumo nacional reduzido. No nosso Quadro observamos que o pequeno aumento verificado no valor das importações deve-se exclusivamente à elevação do preço

do produto, uma vez que as quantidades praticamente não variaram de 1947 (226 toneladas) para 1956 (287 toneladas). A pequena importação e a estagnação verificada deve-se, principalmente, ao fato de não ter sido desenvolvida em escala apreciável no Brasil, a indústria de aços especiais. Dêsse modo o nosso consumo de níquel é representado, sobretudo, pela importação de objetos de elaboração industrial avançada e não de barras e lingotes.

A despesa cambial com a importação de níquel, no decênio 1947/56 não ultrapassou ao equivalente a meio milhão de dólares anuais. A quase totalidade das importações são contra o pagamento em moeda conversível e procedentes geralmente, em cerca de 90 %, dos Estados Unidos, exceção apenas de 1956, quando foi bastante diversificada.

A existência de minério de níquel no Brasil revela aspectos de interesse. Existe uma jazida de grandes reservas em Niquelândia, Goiás, e outra pequena em Liberdade, Minas. A jazida de Goiás, contudo, é de exploração complexa, decorrente da composição natural do minério, aliado que o níquel está ao cobalto e ao cobre. O minério requer processo relativamente custoso para sua transformação. Por outro lado, foi considerado por alguns técnicos que a localização da jazida criaria problemas de transporte de difícil solução.

Por esse motivo, no momento não existem propósitos de exploração em grande escala. Não obstante, durante a guerra um grupo internacional entrou em entendimentos com industriais brasileiros para a exploração da jazida de Niquelândia, mas, depois de muita publicidade sobre o assunto, o grupo estrangeiro desistiu do empreendimento. Acredita-se que essa desistência seja devida ao fato de que o grupo não estava realmente interessado na exploração da jazida, mas simplesmente em aumentar seu poder de barganha para negociar um acordo internacional que foi realizado pouco antes daquela desistência.

VOÇÊ SABIA...

*** Que o Brasil ocupa lugar de pouco relevo, entre os países que usam a irrigação para superar a deficiência das chuvas. Com área de 890.340 ha irrigados, o país se coloca, nesse setor, abaixo do Paquistão, Índia, Egito, Peru, Chile, México e outras nações de extensão territorial muito menor. Todavia, já se verifica apreciável interesse pelos processos de irrigação, sobretudo no Estado de São Paulo. E regiões das margens do Rio São Francisco, que até bem pouco tempo nada produziam, estão hoje enviando para o Sul do país alguns produtos (sobretudo cebola) — o que só se tornou possível pelo emprêgo da irrigação bem orientada.

Há dois processos de irrigação: por infiltração e por aspersão. No primeiro, abrem-se canais ao nível do solo, não devendo o terreno ser completamente plano, para evitar encharcamento. Quando os declives do terreno são muito fortes, deve-se usar tabuleiros, o que requer assistência de técnicos competentes. O segundo processo é o da aspersão, também conhecido como o da "chuva artificial".

(Da Revista Esso Agrícola)

*** Que a Petrobrás já possui 25 navios de cabotagem e longo curso para o transporte de petróleo e derivados, tendo ainda 7 supertanques em construção?

*** Que 80% da gasolina consumida no Brasil foi produzida por refinarias nacionais, sendo que 55% saíram de Mataripe e Cubatão, duas unidades industriais da Petrobrás?

*** Que a Petrobrás construiu em Cubatão, ao lado da Refinaria Presidente Bernardes, uma fábrica para a produção diária de 340 toneladas de adubos nitrogenados, eliminando assim a importação de similares?

*** Que também em Cubatão a Petrobrás possui em funcionamento uma fábrica de asfalto com capacidade para produzir 116 mil toneladas anuais, tornando desnecessária a importação daquele produto?

*** Que, em 1956, a Petrobrás conseguiu elevar para 311 milhões de barris a reserva recuperável de petróleo na Bahia?

*** Que, no campo de Le Duc, no Canadá ora produzindo 50.000 barris diáários, foram perfurados 133 poços pioneiros secos, antes de ser descoberto o petróleo?

(Da "Petrobrás").

O GOVERNO PARAGUAIO E SUAS RELAÇÕES COM O BRASIL DE 1822 A 1864

Gen SILVEIRA DE MELLO

Ainda França no governo. Em 1822, mandou França ocupar o território de Misiones. Através dele entrou em relações com as autoridades militares do Rio Grande e se correspondeu com o general Lecor, na Cisplatina.

Após nossa independência, e, atendendo, por certo, a esses primeiros entendimentos, D. Pedro I, em 1824, designa para representante consular e agente político do Brasil no Paraguai o sargento-mor Antônio Manuel Corrêa da Câmara, nomeando-o também, simultaneamente, comandante do Forte de Coimbra e da fronteira sul-mato-grossense (1). Corrêa da Câmara, todavia, não chegou a assumir o comando do Forte, nem por ali passou. Sua entrada no Paraguai deu-se por Itapúa, via São Luís, no Rio Grande, por onde veio da Corte (2). De Itapúa passou a Assunção e ali esteve três meses em boa convivência com o ditador e pessoas gradas daquela capital. Decorrido esse tempo, regressou ao Rio de Janeiro pelo mesmo itinerário, a fim de dar contas ao Gabinete de suas gestões no Paraguai. Em 1826, foi dispensado do comando do Forte (3), que não exerceu, e foi reenviado ao Paraguai por nosso Encarregado de Negócios, tendo sido

o primeiro representante diplomático estrangeiro acreditado na nova república. Todavia, nesta nova investidura não conseguiu chegar a Assunção. Três meses esperou em São Luis a autorização de França para entrar no Paraguai. Transportando, porém, o rio Paraná e chegando a Itapúa, teve de instalar ali a Legação, porque França o reteve nesse povoado quase dois anos no propósito de que o Império cumprisse primeiro os compromissos assumidos por Câmara, de indenização dos danos praticados pelos guaicurus nas fazendas paraguaias e de remessa do armamento pedido pelo ditador. Aliás, o armamento só não chegou a Assunção porque o navio que o transportava ficou em Montevideu, impedido de prosseguir por haver estalado a guerra com a Argentina. Finalmente, cansado de esperar, Corrêa da Câmara adoece e pede ao Gabinete para regressar ao Brasil. Antes, porém, de receber esta faculdade, o ditador lhe envia os passaportes. Corrêa da Câmara retira-se então para o Rio Grande, levando consigo todo o pessoal e também o arquivo da Legação (4).

No que diz respeito às relações entreidas pelas autoridades mato-grossenses com o ditador paraguaio,

(1) Aviso de 4-6-824 do M. da G.

(2) Não cheguei a saber por que Câmara teve essa dupla nomeação. Poderia, como andara vários anos em expedições militares pela Ásia e pela Europa e gozava da confiança do Imperador, a designação para o Forte de Coimbra teria o intuito de fazê-lo ali estacionar, como observador político do que se passasse no Paraguai, caso não fosse admitido por França como cônsul do Brasil.

(3) Decreto de 19-4-826.

(4) Aviso do Ministro de Estrangeiros de 24-8-828.

o presidente da Província, Estêvão Ribeiro de Rezende, em ofício de 21-2-839, presta os seguintes esclarecimentos ao Ministro de Estrangeiros: Em 1825 e 26 o comércio fluvial e as relações de amizade se mantiveram de parte a parte, mas os guaicurus, invadindo e depredando fazendas no território paraguaio, causaram a interrupção daquelas relações de boa-vizinhança (5). Os presidentes da Província determinavam com freqüência aos comandantes da fronteira que impedissem aquelas incursões, bem como a aquisição de armas e munições por parte dos índios. Era, porém, impraticável, naqueles tempos, obstar tais correrias predatórias, porque elas faziam parte dos costumes e do espírito belicoso dos guaicurus. Quando não eram dirigidas contra os paraguaios, seus inimigos, voltavam-se contra outras tribos, e assim procederam outrora contra os próprios português. Informa ainda aquél presidente:

"Posteriormente as boas relações ainda continuaram até ao ano de 1828 em que se retirou daquela República o Conselheiro Manuel Corrêa da Câmara, nosso Encarregado de Negócios, e de então em diante ou fosse por que a retirada da Legação Imperial, aliás exigida pela dignidade do Império, induzisse algumas suspeitas no espírito do ditador Frância, ou porque o seu sistema exclusivo o resolvesse, cessou até hoje por esta Província toda a comunicação para a capital de Assunção".

Nada obstante, o Ministro determinou ao presidente Rezende (6) que não alterasse a boa inteligência que devia existir entre a Província e o governo paraguaio. A vista disso, aquél presidente resolveu enviar a Assunção o capitão-tenente Augusto Leverger, inspetor do Arsenal de Marinha de Cuiabá, no desempenho de uma

missão de amizade junto ao governo de Frância. Leverger partiu dali a 20-2-839, mas não pôde passar de Olimpo, porque o comandante desse forte lho impedi, e recusou-se também a receber a correspondência que ele conduzia para o governo paraguaio.

Ainda no ano seguinte, o novo presidente José da Silva Guimarães insistiu no envio de Leverger ao Paraguai, mas, como da primeira vez, foi-lhe embargado o passo no Forte Olimpo, onde lhe notificaram a morte de Frância, ocorrida a 20 de setembro de 1840.

Ditadura de Carlos Antônio López. A morte de Frância trouxe ao cenário político a figura de Carlos Antônio López. Era advogado, como Frância, e, como este, já passava dos 50. Não cursara academia, como aquél, mas era homem perspicaz e inteligente.

Desaparecido Frância, constitui-se uma junta militar e depois outra, para imprimir direção nos negócios públicos e conter o tumulto que se ia formando com a acefalia do governo. Carlos López interveio ou foi chamado a intervir nesses acontecimentos e o nomearam secretário de uma e outra junta. A seguir, quando o Congresso resolveu eleger dois cônsules, coube a Carlos López a função do segundo, e, logo depois, de primeiro cônsul. Em 1844 o Congresso conferiu-lhe o mandato de presidente da República por dez anos. Reeletivo em 1854 por mais dez anos, conseguiu perpetuar-se no governo com poderes ilimitados até a morte, que se deu em 1862. Tão senhor se julgou do poder, que se arrogou o direito de transferi-lo em testamento ao filho mais velho.

Sem embargo da forma autárquica que caracterizou o governo de Carlos López, ele era chefe de família e possuía qualidades de estadista, ao contrário de Frância que era solteirão e retraído, de sorte que aquél tirou o Paraguai do isolamento e promoveu realizações

(5) Ver também CAPDVILLE, Hist. do Paraguay, 350.

(6) Aviso de 26-7-839.

de grande interesse para a economia e a segurança da nação. Reabriu a navegação e o comércio do Paraguai, construiu obras de defesas no Chaco contra os índios rebeldes, melhorou as do norte, na linha do Apa, deu impulso à instrução pública, que estava esmorecida, instalou uma fundição de ferro e um arsenal em Ibicuí e um estaleiro em Assunção.

Entrementes, à vista das tentativas do governo de Mato Grosso em entreter relações com o Paraguai, o Governo Imperial resolveu enviar Leverger aquele país na qualidade de Consul-Geral (7). Todavia, Leverger foi mais uma vez impedido de passar do Forte Olímpo, porque o comandante deste, ali chegado recentemente, alegou que o ofício de apresentação era dirigido nominalmente ao seu antecessor (8), e, ainda mais, "que as ordens do governo da República proibiam toda e qualquer comunicação verbal ou escrita, e que o governo Imperial sabia que Olímpo não era caminho".

Afinal, em outubro de 1843, o presidente Zeferino teve informação de que o comandante do Olímpo recebera amistosamente a visita de um sargento da guarnição de Coimbra e declarara a este que o governo paraguaio desejava entrar em relações com o Império. A vista dessa auspiciosa notícia, Leverger empreende sua quarta tentativa de entrar no Paraguai.

Desta feita lograram êxito favorável os seus esforços (9). Conseguiu bom acolhimento dos comandantes paraguaios na fronteira e chegou a Assunção a 27 de novembro. Apresentou-se aos dois Consules e ali se demorou nove dias. Na despedida, conversou demoradamente com o 1º Cônsl, Carlos López, e consultou-o se podia infor-

mar, a quem o enviou, que seria do agrado do governo paraguaio estabelecer relações diplomáticas com o Gabinete Imperial, ao que lhe foi respondido afirmativamente.

Foi, provavelmente, em consequência do acolhimento cordial que Leverger recebeu no Paraguai e da resposta que lhe deu López, quanto à abertura de relações com o Império, que o Gabinete do Rio resolveu adiantar-se ao reconhecimento da independência paraguaia e a despachar para lá o seu representante diplomático na pessoa do conselheiro J. A. Pimenta Bueno. Este ilustre brasileiro, chegado a Assunção, pronunciou a 14-9-844 a sciene declaração do reconhecimento do Império à independência da república vizinha.

Pimenta Bueno, a seguir, assinou com Carlos López o primeiro Tratado entre os dois países, que foi o de 7-10-844, de Aliança, Comércio, Navegação, Extradicação e Limites. López apressou-se em celebrar esse acordo porque precisava do apoio e do auxílio do Brasil contra Rosas, que ameaçava a autonomia do Paraguai. Em 1850, em vista das atitudes de Rosas contra o Paraguai, celebra López com o Brasil o Tratado de Aliança Defensiva (25-12-1850) e, a seu pedido, recebe do Império, no ano seguinte, oficiais instrutores e material de guerra para o exército paraguaio (10). De tal interesse era este tratado para o Paraguai que em nada lhe perturbou as *demarches* o grave incidente ocorrido por esse tempo em Fecho-dos-Morros, conhecido por *incidente do Fão de Açúcar*, de que já tratei em artigo especial, nesta revista.

A questão de limites era de palpável interesse para os dois governos. Não menos importante representava para o Brasil a livre

(7) Ofício de 14-9-841, do presidente Guimarães. Arq. Hist. do Itamaraty.

(8) Idem, idem, idem, de 29-11-841.

(9) Ofício de 30-5-842, de Leverger ao Ministro de Estrangeiros, Arq. Hist. do Itamaraty.

(10) Esses oficiais eram o Cap Hemenegildo Portocarrero e o 1º Ten Vítegran Cabrita, ambos de artilharia, afora os oficiais da Marinha que seguiram logo depois.

navegação do rio Paraguai. Da solução pacífica dessas duas questões dependiam as boas relações e a boa-vizinhança entre o Império e a república guarani. A fixação das fronteiras poria termo ao velho pleito colonial que tantas indisposições causara entre autoridades portuguêsas e castelhanas. A livre navegação do rio Paraguai importava para Mato Grosso, como saída para o oceano, o mesmo que o Paraná-inferior representava para a nação paraguaia.

Carlos López não quis participar da guerra contra Rosas, alegando que sua aliança com o Brasil era puramente defensiva. No entanto, tirou proveito da derrota e queda do tirano bonaerense, visto que o Brasil conseguiu, de parte da Argentina, a declaração da livre navegação do rio Paraná e do Prata, de interesse vital para o Paraguai. Tendo, pois, alcançado sua livre saída para o oceano, Carlos López, como já era do pensamento de Frância, negou-se a negociar com o Brasil o condomínio da navegação do rio Paraguai, sem primeiro ficar solucionada a questão de fronteiras. Carlos López insistiu pelo rio Branco, por limite setentrional do Paraguai. Compreende-se essa exigência paraguaia. Ela vinha dos tempos de Azara. Achando-se o Forte Olimpo quase fronteiro à foz do rio Branco, o governo paraguaio julgava da maior importância que a soberania do Paraguai se estendesse a ambas as margens do grande rio, até aquela altura.

Já vimos noutros pontos que o Brasil não poderia concordar com essa exigência, como não concordaria Portugal no seu tempo, pois o direito do Brasil fundava-se nos antigos tratados. Não havia ocupação real dessa região, nem por uma nem por outra nação, mas o Brasil exercia nela a sua vigilância armada, como se verá depois, e a nação guaicuru, incorporada já à nação brasileira, ali habitava há

mais de um século, e nela exercia suas atividades.

É inegável que Carlos López foi hábil na sua exigência em considerar inseparável a livre navegação do rio Paraguai da discriminação das fronteiras, ou melhor, em só admitir o Brasil à livre navegação do rio Paraguai se o Brasil abrisse mão do território ao sul do Rio Branco (11).

Como o nosso representante diplomático no Paraguai insistisse que a livre navegação do rio Paraná e do Prata importava na do rio Paraguai, e que o espírito do Tratado de 1850 era pelo condomínio da navegação deste rio, comum aos dois países, diante dessas razões e da firmeza do nosso ministro em Assunção, F. J. Pereira Leal, em sustentá-la, Carlos López indispõe-se com ele, desfeiteia-o, acusa-o de semear a intriga com o seu governo, e, sem mais nem menos, manda entregar-lhe os passaportes.

Antes mesmo que chegasse ao Gabinete Imperial a notícia do desabamento de Carlos López com Pereira Leal, já Límpio de Abreu, Ministro de Estrangeiros, manifestava a sua indignação pelas dificuldades que o governo de Assunção opunha à navegação de navios brasileiros pelo rio Paraguai, e assim se exprimia àquele ministro, em Aviso R. de 17-4-853 :

"O que se tem passado deve ter convencido a V. Mee. de que o Presidente López tem um caráter extremamente manhoso e perfido, e aproveita com muita habilidade as vantagens de sua posição isolada pela qual nada tem que perder, não tendo navegação, indústria e comércio, e sendo muito difícil e dispendioso a qualquer nação a não ser a Argentina dar-lhe uma lição.

Se V. Mee. tiver de retirar-se da conformidade das suas Instruções, deverá vir habilitado para informar o Go-

(11) "Con el Brasil entabla el gobernante paraguayo una inteligente y astuta lucha diplomática, a guisa de combate dilatorio." ARTURO BRAY, Hombres y Epocas del Paraguay.

vérno circunstancialmente sobre as dificuldades que poderá encontrar o mesmo Governo para fazer subir pelo Paraguai alguns vapores de guerra e sobre os meios que tem o Presidente López para opor-se ou para destruir-lhos".

Aquela ocorrência causou surpresa e indignação na Corte. O Imperador, governante moderado, conturbou-se. Limpo de Abreu, exalta-se, e, ante a resistência de López à passagem dos navios brasileiros pelo rio Paraguai, consoante o que conviera no artigo 3º do Tratado de 1850, manifesta-o a Leverger, presidente do Mato Grosso, em Aviso R, de 26-8-853:

"É preciso, portanto, mudar de política com o Presidente do Paraguai, ameaçá-lo e incomodá-lo, e fazer por todos os meios ao nosso alcance efectivo o nosso direito".

No mesmo documento o Ministro determina a Leverger que trate de preparar meios de ocupar fortemente Fecho-dos-Morros, e que concentre a tropa e o material em Albuquerque, Coimbra e Miranda e disponha tudo nesses pontos para ocupar aquela posição, tão logo receba ordem para tal. Limpo de Abreu chegou a perder a serenidade e a aconselhar Leverger a induzir os guaireurus a transporem o Apa e a hostilizarem as guardas e os estabelecimentos paraguaios da margem sul. Até essa insinuação aos índios cavaleiros, tão contrária às recomendações tradicionais do Gabinete Imperial e dos antigos capitães-generais, até esse expediente escuso e deselegante foi lembrado pelo Ministro do Império, com o qual, certamente, não teria concor-

dado Leverger. Tal foi o ponto nevrálgico a que chegou no Rio de Janeiro a indisposição contra López. O Gabinete pensou, até, nos primeiros momentos, em mandar uma expedição terrestre, partindo do Rio Grande em conjugação com uma esquadra Paraguai acima, para forçar López a oferecer desagravo ao tratamento grosseiro que dispensara ao representante do Império e a constrangê-lo a proceder, com relação à navegação do rio, em conformidade com o espírito dos tratados anteriores.

Que expressavam essas negociações anteriores? Pelo art. 12 do Tratado de 7-10-844, ficava assegurado ao Brasil e ao Paraguai "a navegação dos rios Paraná e Paraguai em toda a extensão dos dois Estados e domínios." Este ajuste, porém, por outros motivos, não foi ratificado pelo Imperador. O Tratado de 25-12-850, ratificado por ambos os governos, obrigava-os, pelo art. 3º, "a auxiliar-se reciprocamente a fim de que a navegação do rio Paraná até o Rio da Prata fique livre para os súditos de ambas as nações". Ora, este desiderato do Paraguai foi-lhe concedido pela Confederação Argentina pelo Tratado de 15-7-852. Era, pois, de justiça, em vista das boas disposições manifestadas por López nas negociações do Tratado de 7-10-844, como pelo espírito do de 25-12-850, e, ainda, pelos bons ofícios do Brasil junto ao governo argentino, no sentido de que ajustasse com o Paraguai a livre navegação, para ambos os países, dos rios Paraguai e Paraná até o Prata, era de todo justo que o Brasil insistisse para que López lhe reconhecesse o direito à navegação do rio Paraguai (11-a).

(11-a) Ainda a respeito do malôgo da missão Pedro Teixeira, o conselheiro Paranhos, depois de passado esse episódio, assim confidenciou com o nosso ministro J. M. do Amaral, em Montevideu, considerando impraticável a remessa de tropas por terra para Mato Grosso: "E de recuar, não obstante a evidência do nosso direito e os termos amigáveis com que reclamamos que nô-lo seja reconhecido, que o governo do Paraguai persista em proibir-nos o livre trânsito pelas águas do rio daquele nome.

Nesta hipótese V. Exa. compreende que devemos recorrer aos meios materiais para compelir o governo do Paraguai ao reconhecimento da obrigação

Serenados os ânimos, mas sem perder de vista a injúria, o Imperador resolveu enviar ao Paraguai nova missão diplomática, esta, porém, escorada na força. Teria sido má a idéia? Seria boa? As intimidações armadas estavam em uso, nesse tempo, das nações fortes contra as fracas. Se a idéia foi boa, ela foi péssimamente executada, como veremos. O plenipotenciário designado foi um militar, o chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira. Partiu ele para o Paraguai no comando de uma esquadra de 12 navios de guerra, que também conduzia um batalhão do Exército. Ao chegar a Três Bocas, a 20 de fevereiro de 1855, foi-lhe mandado avisar por López que deixasse a esquadra fora das águas paraguaias e subisse, se o quisesse, com um único navio. "Curvou-se Ferreira a essa exigência difícil de qualificar, e, tendo o Amazonas, que o transportava, encalhado antes de chegar a Assunção, trocou-se, entre o plenipotenciário brasileiro e o governo paraguaio, uma correspondência singular. Permitiu, finalmente, López a subida de navios menores para safar o Amazonas. A atitude de Pedro Ferreira foi muito censurada na época, acusando alguns o governo, outros, o chefe da esquadra. Em todo o caso essa missão foi um desastre, e o ministério o reconheceu recusando ratificar as convenções que Ferreira celebrara com López, pela razão de terem sido assinadas antes de se

conceder a livre navegação do rio Paraguai." (12)

O general Tasso Fragoso assim resume o malôgro dessa missão diplomática: "Ainda que pese ao patriotismo brasileiro, cumpre confessar ter sido um desastre a missão de Pedro de Oliveira. Não quisemos, e a meu ver com razão, recorrer a medida de violência. Mas então por que nos apresentamos na boca do rio Paraguai com aquela ostentação de força?" (13)

Esse incidente só ficou bem para o nacionalismo paraguaio. De minha parte e da do leitor poderíamos indagar: qual o governo, cioso dos seus brios, que não procederia como López?

Cecilio Baez tece a esse respeito o seguinte comentário: "Parece que la mente del gabinete de San Cristóbal, al enviar al Paraguay una poderosa esquadra, fué impresionar al ánimo de López y arrancarle el arreglo de límites en los términos en que deseaba. Las instrucciones oficiales del comisionado fueron terminantes, dice Pereira Pinto; pero la verdad es que el agente imperial obró con tanta pusilanimidad ante la arrogancia de López que en lugar de entrar à banderas desplegadas en aguas paraguayas, dejó su esquadra en las Tres Bocas á una intromisión del presidente, llegó á la Asunción como por favor en uno solo barco, y salió de ella como corrido." (14)

que contraiu pelo art. 3º do Tratado de 25-12-1850, ou pelo menos para levar à Província de Mato Grosso alguns reforços navais e bélicos".

Paranhos acrescenta, a seguir, que o envio de uma expedição naval e outra terrestre "estava resolvida no ânimo do Governo Imperial antes que houvesse tido pensado na necessidade em que nos colocou o malôgro da missão do senhor Pedro Teixeira. No entanto, precisamos garantir o alto Paraguai e a fronteira terrestre de modo que possamos impedir que os paraguaios vão além do Iguaçu e do Apa e de modo que possamos oportunamente ocupar e fortificar o Fecho-dos-Morros, que é o ponto da cobiça do Paraguai" (Aviso de 12-7-1855).

(12) P. GALANTI, "História do Brasil", 2ª edição, n. 311. A respeito, elá o que o JORNAL DO COMÉRCIO, do Rio de Janeiro, inseriu no seu n. 152, de 3-6-1855: "O governo imperial resolveu não ratificar os ajustes celebrados pelo Sr. chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira com o plenipotenciário do Paraguai.

O projeto do tratado de limites oferecido pelo governo imperial não foi aceito pelo governo do Paraguai, que, não apresentando um contraprojeto, limitou-se a insistir para que o plenipotenciário brasileiro entrasse numa discussão preliminar sobre a definição do uti possidetis.

O Sr. chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira é exonerado do comando da divisão naval estacionada no Rio da Prata, e chamado à Corte para dar conta do seu procedimento na negociação dos referidos ajustes".

(13) "História da Guerra da Tríplice Aliança...", I, 87.

(14) "Resumen de la Hist. del Paraguay", pag. 100.

Por outro lado, chegou o tempo de dizerem-se as coisas com verdade e sem subterfúgios. O Gabinete Imperial decidira agir com energia. Fê-lo com o propósito de "obter satisfação da ofensa feita ao Império na pessoa do seu representante" (15) e "impresionar al animo de López" e compeli-lo "a arregalar" com o Brasil as questões de navegação e limites. Aliás, essa era a política compulsiva exercida pelas nações fortes. Haja vista a Questão Christi com o Brasil e ainda muito mais tarde o bombardeio de Caracas para cobrança de dívidas do governo venezuelano.

Se outras dúvidas pode haver a esse respeito basta que se recorde que ao tempo da partida de Pedro de Oliveira, do Rio de Janeiro, em 10-12-1854, o Ministro da Marinha determinou a Leverger, presidente de Mato Grosso, que fizesse seguir para o Forte de Coimbra e fronteira do Apa toda a força disponível em Cuiabá e outros pontos, recomendando-lhe que a colocasse sob as "ordens de oficial que lhe merecesse plena e absoluta confiança em tão melindrosa emergência" (16). Leverger, compreendendo a gravidade do caso, ele mesmo quis tomar a si aquela delicada comissão e, partindo de Cuiabá a 1 de fevereiro de 1855, chegou ao Forte de Coimbra a 14. Instalou ali a sede do governo e do comando das armas, e ali permaneceu até 15 de novembro de 856.

Não há negar que a força matogrossense ficou articulada e mais ou menos sincronizada com a de Pedro de Oliveira. Basta considerar que, quando a esquadra deste chegou a Três Bócas, Leverger, já fazia uma semana, estava com seu P.C. no Forte de Coimbra.

Representou o governador paraguaio nas convenções assinadas por

Pedro Ferreira a 27-4-855, outro militar, o general Francisco Solano López, ministro da guerra. Tais convenções, todavia, não passaram de fichas de consolação para o plenipotenciário brasileiro (16-a).

Carlos López, porém, era homem manhoso e sagaz. Apresou-se em enviar, a seguir, ao Rio de Janeiro, a pedido do Gabinete Imperial, o seu ministro José Berges para negociar diretamente com o governo brasileiro os assuntos pendentes. Era uma maneira inteligente de afastar as indisposições do Brasil e acenar-lhe mais uma vez para a liquidação do pleito de navegação, em troca dos limites territoriais de que o Paraguai fazia cavalo de batalha. Não querendo Berges aceitar a solução de fronteira que lhe propusera o Visconde de Rio Branco do Iguatemi ao Apa, celebrou ainda assim com o plenipotenciário imperial, em 6-4-856, duas convenções, a de amizade, comércio e navegação e a de dilação por seis anos do ajuste de limites.

Acomodou-se, pois, o Império neste ponto. A questão de fronteira, embora de vital importância, podia ser adiada. Quem perdeu, porém, com essa dilação foi o próprio Paraguai, porque já então, depois disso, o Brasil não se veria obrigado ao que propusera antes, de aceitar a fronteira pelo Iguatemi. A dilação, portanto, só se tornou desvantajosa para o país vizinho, visto que, no encontro de contas após a guerra, teve êle de ficar para trás da linha Sete Quedas-rio Apa, isto é, com o que em rigor ocupava antes da guerra.

O que mais urgia ao Brasil era a abertura da rota fluvial pelo rio Paraguai, para desafogo da província de Mato Grosso. Eis por que o Gabinete Imperial resolvera alargar suas concessões ao país vizinho.

(15) VISC. DO RIO BRANCO, discurso no Senado em julho de 862.

(16) VISC. DE TAUNAY, "Augusto Leverger", pág. 97.

(16-a) Conta-se que Carlos López concordou em que, como medida de apaziguamento, mandaria prestar homenagem pública à bandeira do Império, com as salvas do estilo. No dia combinado, mandou postar a bandeira paraguaia à direita da brasileira e procedeu-se ao ceremonial. A um familiar que lhe perguntou, depois, por que condescendera com aquela homenagem ao Brasil, respondeu ironicamente: nada fizera de mais; os canhões paraguaios salvaram o pavilhão paraguaio e o buque brasileiro salvou o seu.

Iria ao ponto de abrir mãos dos direitos do Brasil às terras ao sul do Iguatemi, na bacia do rio Paraná, no propósito de vencer a relutância do governo de Carlos López à livre passagem dos navios brasileiros pelo rio Paraguai. O Gabinete Imperial, na suposição de que o presidente López voltasse às boas, chegou a recomendar ao governador de Mato Grosso que tivesse por fronteira do Império ao sul da Província, a linha dos rios Iguatemi e Apa, ligados por suas cabeceiras (16-b).

Não atinou Carlos López em aproveitar-se desse convite à condescendência, oferecido pelo gabinete de S. Cristóvão, para firmar desde logo o acordo definitivo de limites por aqueles dois rios. Esta solução, que favorecia altamente o Paraguai e que ele de modo algum deveria ter recusado naquele momento, esta solução, no entanto, podia ser adiada pelo Brasil, sem grave inconveniente. O que não se lhe podia adiar — e até exigia urgência — era a navegação do rio Paraguai. O governo de López cedeu, de fato, quanto à navegação do rio, mas, em seguida, ou porque se arpendesse de havê-lo feito, ou porque quisesse criar novo impasse para forçar o Império a mais um recuo este agora para a linha do rio Branco; o certo é que o governo paraguaio regulamentou com tais exigências a navegação comercial para o Mato Grosso, que ela se tornou humilhante para o Império e, a bem dizer, impraticável. Para remover mais esse obstáculo criado pelo espírito tendencioso de López, o governo imperial resolveu mandar ao Paraguai o nosso ministro na Confederação Argentina José Maria do Amaral em missão especial para reclamar do governo paraguaio a caducidade das restrições impostas injustamente ao trânsito dos navios brasileiros pelo rio Paraguai, inclusive em águas comuns, tal como no trecho Apa-Olimpo.

Amaral, porém, não conseguiu de mover o governo paraguaio de sua obstinação. Chegou, até, a travar com Carlos López um diálogo bastante azedo, de que faz relato o general Mello Rêgo (17), após o qual Amaral pediu seus passaportes.

Foi então que o governo imperial, num supremo esforço, decidiu enviar a Assunção o Visconde do Rio Branco para tratar com Carlos López da remoção daqueles obstáculos à navegação brasileira.

O diplomata brasileiro encontrou-se ali com o plenipotenciário paraguaio Solano López, e, das conversações havidas, resultou não sómente a revogação daqueles gravames regulamentares, mas ainda a franquia do rio Paraguai a todas as nações (Protocolo Especial de 12-2-858).

A Argentina, como vimos, já havia reconhecido esse direito nos trechos do rio Paraná e do Prata, que lhe eram próprios. O Paraguai passou, por seu lado, a abrir, por aquél ato, a livre navegação do seu rio. Nada obstante, o Brasil, e isto lhe foi reprochado por muitos, só oito anos mais tarde se decidiu a franquear o Amazonas ao comércio mundial.

Antes, porém, dessas ocorrências, Carlos López mandara seu filho, Francisco Solano López, por embalizador do Paraguai, a várias nações da Europa. Em 1853, contando então 27 anos, por lá perlustrava. Era general desde os 18, e aos 20 comandara em Corrientes o exército paraguaio contra Rosas, sans coup férir. Quando regressou da Europa em 1853 o pai fê-lo ministro da Guerra, e, neste posto, Solano López deu início, com materiais, navios de guerra, técnicos e conhecimentos que trouxe do velho mundo, à série de realizações pertinentes à preparação militar do Paraguai.

(16-b) Avisos de Paranhos a Leverger, de 20-4-856 e 26-4-856 e Ofício deste àquele de 3-1-857. Arq. Hist. do Itamaraty.

(17) "O Forte de Coimbra" Rev. I.H., LXVII, 2^a, 197.

Carlos López veio a falecer a 9-1862. Eis como um historiador paraguaio insuspeito conceitua o governo do primeiro López:

"No puede desconocerse que los actos de la administración de López dieron por resultado el desarrollo de la riqueza del país. En efecto, la marcha progresiva del comercio, el aumento creciente de la exportación, el establecimiento de un notable astillero y de una fundición de hierro; la apertura de nuevos caminos; la canalización de ríos; la construcción de edificios públicos, de muelles y de una vía férrea son hechos tangibles que derramaron el bienestar de toda la República.

Pero al lado de esos adelantos materiales, descuela la falta completa de aquel progreso moral que dá al pueblo conciencia de seus derechos y deberes.

El régimen político de López fué inspirado por aquel fatal sistema que coloca la voluntad de un hombre en lugar de la del pueblo y de las prescripciones de la ley.

Así la ciega obediencia siguió encadenando el pensamiento; la libertad no fué sino una vana palabra; la justicia el capricho de un hombre, y el sistema representativo una forma ridícula que solo sirvió para sancionar el despotismo" (18).

Francisco Solano López (1862-70). A morte de Carlos López deixou o Paraguai em nova crise de governo. Solano López, atônico, no seu caráter de ministro da guerra, convocou o congresso e deu-lhe a conhecer a disposição testamentária do pai, pela qual nomeava vice-presidente até aição do novo chefe de governo. Um mês depois, López convoca no-

vamente o congresso e é eleito Presidente.

Nada havia de estranho nesta escolha. Solano López, de fato, se havia imposto à confiança do povo. Estivera na Europa, onde assinara vários tratados de amizade e comércio. Comandara o exército paraguaio em 1845 em Corrientes, servira de mediador em 1859 entre os dois partidos conflagrados na Argentina, com agrado de ambos, e exercia as funções de ministro da guerra.

Todavia, diz insuspeito historiador paraguaio, cujo compêndio foi adotado em todos os estabelecimentos do país, que a esperança de "una nueva era de prosperidad, basada en las ideas fecundas del trabajo y de una sabia libertad", cedo se desvanecera e pusera à mostra que o novo governante não corresponderia à confiança do povo paraguaio,

pues los primeros actos de Solano López fueron de persecución hacia algunos miembros del congresso que expusieron la opinión de que el gobierno no devía ser hereditário (19).

Certamente Solano López tinha muitos problemas importantes a resolver. No quadro nacional estava a reclamar providências imediatas o surto econômico e educacional do Paraguai. Nas relações externas não eram menos importantes o incremento das relações comerciais com os demais povos e o arregio de limites com as nações vizinhas, base da tranquilidade política da nação.

López, no entanto, da viagem que empreendeu pelas cortes da Europa, voltou com a idéia de fazer do Paraguai uma nação forte e um grande Estado. Não se conformava com o isolamento e a pequenez de sua pátria, e, menos ainda, com a sombra que lhe faziam a Argentina e o Império. Fazer do Paraguai uma

(18) TERAN Y GAMBA, Compêndio de História del Paraguay, 16^a edição, 118.

(19) TERAN Y GAMBA, ob. cit., 120.

potência militar seria o primeiro passo para torná-lo respeitado. Pariria daí para engrandecê-lo, alargando-lhe as fronteiras até ao mar. Para atingir o primeiro objetivo é que metera mãos àquela obra cíclonica, ainda como ministro da Guerra. Feito presidente, prosseguiu aceleradamente e com tenacidade na execução do seu plano de preparação militar do Paraguai. Nesse sentido, deu incremento às oficinas bélicas de Ibicui, ao estaleiro naval de Assunção, à formação da marinha de guerra, e organizou o campo de instrução de Cerro León, onde, só ali, 30.000 jovens do país recebiam adestramento militar.

Fundado na força, imaginava Solano López estender a fronteira norte do Paraguai até o rio Branco e o Ivinheima, consoante o sonho de Azara. Ao sul, valendo-se das dissidências e dificuldades internas do Uruguai e da Argentina, avançaria até ao mar, incorporando a Mesopotâmia argentina, a Banda Oriental e o sul do Rio Grande.

Grandioso plano! Nada obstante, poderia tê-lo realizado em parte, se houvesse agido com habilidade e circunspeção. De fato, algo poderia ter conseguido desse plano, se a ambição e a vaidade não lhe houvessem transtornado o espírito. O Brasil e a Argentina, cada um por seu lado, e até um contra o outro, se haviam batido longo tempo pela incorporação do Uruguai. Como nem um nem outro lograsse esse desiderado, tiveram de ceder à fórmula egoística: Nem para mim, nem para ti. Daí nasceu a independência do Uruguai. Todavia, vizinho da Argentina e do Brasil, e nêle vinculados grandes interesses brasileiros e argentinos, a política do Império e a de Buenos Aires continuaram a estender até o pequeno país as suas antenas de influência. Os dois partidos uruguaios tiravam proveito dessa situação, como beldade que explora a competição de dois namorados ciumentos. Brasileiros e argentinos ali residentes filiavam-se a esses dois partidos; os argentinos ao

blanco, e os brasileiros ao partido colorado, de tal sorte que, quando dominava um partido, os interesses do outro ficavam em desfavor. Sofriam então, e eram até espoliados de cada vez, os aderentes argentinos ou brasileiros, conforme o caso.

Ora, em 1864, estava no poder o partido blanco, chefiado por Aguirre, que exercia a esse tempo, a presidência do Uruguai. Os estancieiros brasileiros ali estabelecidos prestavam adesão e ajuda ao caudilho colorado Venâncio Flores, e, como era do costume, viam-se maltratados e esbulhados pela polícia do governo blanco. O Brasil reclamou contra essas violências e, não tendo obtido a satisfação desejada, aceitou a aliança do partido colorado que estava em armas contra Aguirre, e interveio militarmente no Uruguai. Embora a opinião pública argentina estivesse pelo Uruguai e contra a intervenção do Império, Mitre, todavia, preferiu garantir a vitória de Flores, de quem era amigo. Aguirre não encontrando o apoio do governo argentino, recorreu a Solano López. O ministro Uruguai em Assunção, Vasquez Sagastume, encarregou-se de exaltar o poder militar do Paraguai e a vaidade de López. Insinuou-lhe que o Brasil nutria propósitos imperialistas, e que ele, López, fiado na simpatia do povo argentino e na adesão de Urquiza, poderia encabeçar a reação contra o Império.

López achava-se melindrado com a recusa do Império à mediação que oferecera para solucionar a questão no Uruguai, e divisava, também, na intervenção do Brasil, um perigo para o próprio Paraguai.

"En ese momento el Uruguay se dirigió al Paraguay en demanda de auxilio. López vió al alcance de la mano la grande oportunidad la que durante años aguardaba. No pudo menos de imaginarse convertido en abanderado de la América española contra la portuguesa, llevando a término la empresa

memorable de restablecer las viejas fronteras, si no las de Tordesillas precisamente, por lo menos las de los Tratados posteriores. Todas las Provincias del Plata deberian congregar-se en torno suyo así lo creia — para meter en cintura al Brasil, el perturbador eterno. Solicito de la Argentina derecho de tránsito por la provincia de Corrientes para darle su merecido a Flores, el insolente intruso, en nombre del orden. Una vez en el Uruguay, avanzaria, intrépido, sobre el Brasil.

El Presidente Mitre vió las cosas de modo distinto. Vió la tentativa de inmiscuirse en las grandes cuestiones políticas por parte de un pequeño Estado regido despóticamente y vió para si mismo la oportunidad de presentarse al fren-

te de un regular ejército en la frontera del Paraguay y reintegrar el país a la antigua jurisdicción bonaerense a que correspondia" (20).

López não procurou meias medidas. Atirou-se às hostilidades. Começou, como primeiro ato de beligerância e sem prévia declaração de guerra, por capturar o navio mercante brasileiro, Marquês de Olinda, que passava por Assunção com destino a Mato Grosso, e a enclausurá-lo os tripulantes e passageiros. Entre estes estava o coronel Carneiro de Campos, recém-nomeado governador da Província. Ato continuo, mandou atacar o Mato Grosso, e, para dar a mão ao partido blanco no Uruguai, invadiu Corrientes e o sudoeste do Rio Grande. Com essa atitude tresloucada, incorreu no desagrado da Argentina e provocou o desencadear da guerra da Tríplice Aliança.

(20) ERNST SAMKABER, "SUDAMÉRICA", 643.

CONTRIBUIÇÃO PARA UM ESTUDO DE :

FUNDAMENTOS E DIRETRIZES PARA UMA REFORMA DE ENSINO NO BRASIL

Dr. JOSE DE ALMEIDA RIOS
Do Ministério da Educação e Cultura

ENSINO PRIMÁRIO

1) A Escola Primária deverá ser uma antecâmara social que habilite a criança a familiarizar-se com o meio social em que irá viver.

A Escola Primária no Brasil acha-se enquadrada no meio social em que funciona, não tendo até hoje se incorporado e se integrado na comunidade.

2) Deverá ter, o mais possível, uma característica comunal ou distrital.

Assim sendo, tem que despertar interesse da comunidade, procurando chamar a si o meio social em que vive, interessando adultos e sobretudo pais, procurando estabelecer um "mesmo meio" entre família e escola.

3) O fundo financeiro de ensino primário deverá ser administrado pela comunidade ou distrito, sem colaboração político-partidária. Deve ser constituído com a cooperação de várias origens: particulares, comunitárias e distritais, municipais, estaduais, federais e de outras fontes.

O interesse público do ensino fundamental deverá igualar-se aquele da assistência médica. Sómente uma integração ao meio social em que funciona será capaz de despertar e dar consciência de tal verdade.

4) A cooperação financeira federal, que já existe parcialmente,

será seguida de exigências sobre Diretrizes Gerais e fiscalização que não interfiram na independência didática.

Sómente um órgão centralizador e cordenador será capaz de conhecer as características e possibilidades de cada região do país, pelos recursos técnicos e financeiros de que dispõe.

5) Cada Escola Primária será parte de uma constelação dependente de um Núcleo Sócio-Educativo Regional ou Distrital.

Impossível será para uma Escola Primária possuir recursos materiais, técnicos e didáticos, na extensão necessária para eficiência didática-técnica moderna, para aperfeiçoar o corpo docente, para interessar a comunidade e para pesquisas educacionais.

6) Um Núcleo Sócio-Educativo Regional ou Distrital terá as seguintes finalidades:

- a) Educação experimental psicologia;
- b) Aperfeiçoamento do corpo docente regional, com regime de internato;
- c) Atividades vocacionais;
- d) Assistência social — cadastró;
- e) Aparelhamento técnico-didático: desenho, fotografia, cinema, laboratórios, oficinas, impressão, servindo, outrossim, não só para

susas funções de supridora das Escolas Primárias, como para serviços vocacionais e introdução a carreiras técnico-profissionais de grau médio;

f) ligação com o 1º ciclo do ensino de grau médio;

g) serviços de coordenação assistencial da comunidade ou distrito onde o núcleo social — a família — será atingido através do aluno;

h) bandeirantismo e escotismo;

i) coordenação de competições desportivas, artísticas, cívicas e culturais entre as Escolas Primárias de sua jurisdição como da própria comunidade, servindo outrossim como revelações vocacionais;

j) Comissão de Administração do Fundo Escolar Primário;

l) biblioteca e mapoteca — bibliografia.

m) Conselho Educacional e setor de Documentação Pedagógica como fonte de:

- 1) pesquisas pedagógicas e aperfeiçoamento do método de ensino, confronto das experiências brasileiras e estrangeiras e de novas experiências de técnica e de educação;
- 2) ajuda e orientação dos professores em seus estudos, preparação de programas de trabalho do Núcleo, informações e cooperação intelectual e cultural entre professores;
- (3) informação a pais sobre escolas, carreiras e vocações;
- (4) centro de coordenação e de relações técnicas, educacionais e culturais com outros setores congêneres do país e do estrangeiro;
- (5) assessoria técnica, educacional e cultural dos professores.

7) atividades sociais, culturais e intercâmbio entre professores, pais e alunos da comunidade ou distrito;

8) o currículo primário será de 5 anos, obrigatório e gratuito, com as seguintes disciplinas:

- a) matemática e ciências;
- b) história e geografia, especialmente do Brasil;
- c) desenho e trabalhos manuais;
- d) português.

Impõe-se a necessidade de dar em mais larga escala, no sentido horizontal, um preparo básico constando de poucos matérias e um traço de união da Escola Primária com a Escola Média. Os 4 professores da 5ª série primária poderão ser os mesmos do 1º ciclo de ensino médio que terá a duração de 2 anos. Este será também obrigatório e gratuito, constando das mesmas matérias.

9) na 4ª série primária começam os cursos complementares — indústria doméstica, agropecuária, profissionais (costura, culinária, economia doméstica) e profissões manuais várias assim como a simbiose entre a oficina, o trabalho e a escola, em regime alternado.

A causa mais comum de abandono da escola é o fator econômico. Harmonizando-se os dois interesses será possível conseguir melhores resultados, despertando a objetividade e maior afinidade pela escola.

10) na 5ª série primária já os alunos poderão iniciar voluntariamente o estudo de línguas (outras que não o português) e disciplinas para cumprir exigências de escolas e cursos de graus mais elevados a cujas provas de seleção pensam em submeterem-se.

Evidentemente a Escola deverá ter flexibilidade e elasticidade suficientes para não impor programas de cursos de seleção a uma grande maioria que não pretende ou não possui requisitos para serem letreados ou doutores.

11) os professores primários serão classificados nas letras A a D. O acesso será por provas, não necessitando o concorrente pertencer a uma classe imediatamente inferior.

Não seria justo que um professor mais capacitado não pudesse concorrer a postos mais elevados. O Centro Sócio-Educativo habilitará os professores primários para concursos necessários para ascensão na carreira até o grau médio.

ENSINO DE GRAU MÉDIO

1) Não existirá discriminação entre os alunos conforme seus destinos curriculares. Quer aqueles que se orientem no sentido Universitário quer os demais.

Em todo o mundo e especialmente no Brasil adquiriu grande vulto o ensino secundário, na ânsia em que se encontram os estudantes e errôneamente quanto à ascensão social e econômica dos cursos superiores. A atual Escola Secundária procura, através de seus programas, a "impor" uma infinidade de matérias, como se todos estivessem capacitados. Para a futura competição de seleção ao ingressar nas Escolas Superiores, sómente o aluno, e voluntariamente, procurará na própria Escola Média a habilitação necessária conforme as aptidões que julga possuir.

2) A Escola Média terá dois ciclos: o primeiro com a duração de dois anos e o segundo com a mesma duração. O primeiro ciclo constará das mesmas disciplinas obrigatórias e gratuitas do Ensino Primário e mais das disciplinas já iniciadas ou não na 5^a série primária de escolha voluntária do aluno e acordes com as exigências futuras seletivas conforme seus destinos de discente.

A primeira vista parecerá um exagero o estudo obrigatório e gratuito durante 7 anos de matérias fundamentais básicas de cultura humana. O currículo imutável obrigatório do curso primário (matemática e ciências, história e geografia especialmente do Brasil, desenho e trabalhos manuais e português), estender-se-á, também gratuito e obrigatório, no 1º ciclo do Curso Médio.

Sem nuvem de dúvida existirá uma graduação de programas, pro-

porcionalmente, desde a 1^a série até a 2^a série do Curso Médio.

Mesmo nos desvios dos cursos técnico-profissionais, na Escola Primária ainda e mais tarde na Escola do Curso Médio, tal currículo acompanhará o aluno até igualar-se ao final da 2^a série do Curso Médio. Talvez não seja isso possível nos cursos complementares partidos da 4^a série primária.

3) A Escola Média terá logo no inicio flexibilidade e mobilidade para atender a interesses individuais, podendo o aluno matricular-se até em uma disciplina; terá contudo, mais tarde, antes de submeter-se a provas seletivas superiores, de fazer a suplementação ou submeter-se a provas respectivas, provavelmente no Colégio Universitário.

A Escola Média prepara, mas não dá certificado de acesso a Cursos Superiores. Inclusive os Cursos de Suplementação, no total e, em parte, à escolha do aluno, também não podem fornecer certificados de acesso. O Curso Superior é seletivo e sómente por concurso dará matrícula.

4) Ao terminarem o 1º ciclo poderão os alunos ser matriculados nos cursos técnico-profissionais de grau médio. Neste caso o certificado do 1º ciclo de grau médio terá validade.

No Brasil, teremos de formar técnicos em quantidade, ainda não chegamos na época seletiva em tal modalidade de ensino técnico médio. Teremos de fazer uma política de despertar maior interesse pelo ensino técnico-profissional. De uma massa de aproximadamente 700.000 alunos do atual Curso Secundário, sómente 10% ingressam nas Escolas Superiores, anualmente. Sómente 20% dos alunos matriculados terminam o atual curso colegiado (científico-clássico). Essa multidão desesperançada atira-se às mais diversas profissões sem nunca ter aprendido coisa alguma.

5) O 2º ciclo de grau médio terá a duração de 2 anos. Constará de todas as disciplinas exigíveis nas provas de seleção para Cursos

Universitários e outros currículos que poderão melhorar as condições técnicas de trabalho de cada um, sem que se possa servir para seqüência de estudos. Poderá o aluno interessar-se por uma disciplina e mesmo parte da mesma sómente.

Sendo a Escola Média, a verdadeira "escola da vida" terá ela que ir ao encontro dos interesses do indivíduo, quer nas suas aspirações de cultura subjetiva quer naquelas objetivas. Terá o papel de adaptar ou readaptar o indivíduo atendendo a seus interesses, variáveis e maleáveis, de acordo com as contingências que tiver de enfrentar. Deverá ajudá-lo a melhorar suas condições técnico-profissionais de trabalho; dotá-lo intelectualmente dos dotes necessários e adequados à exigência dos cursos seletivos; atender às suas particulares tendências ou vocações antigas ou novas; culturas humanísticas, abstratas ou subjetivas; proporcionar-lhe elementos básicos de um ensino objetivo com introdução a qualquer carreira ou trabalho técnico.

6) Em diversas capitais ou cidades brasileiras seriam criadas "Escolas Profissionais Secundárias" que funcionariam como "Modelo", na região. Tais escolas seriam como diversos "Colégios Pedro II". Seriam "núcleos federais de ensino médio nos Estados". A exemplo dos "Núcleos Sócio-Educativos" já descritos no ensino Primário, possuiriam laboratórios vários, oficinas, etc. que dariam um fundo mais objetivo e profissional aos ensinamentos teóricos. Teriam um currículo suficiente até aos umbrais das Universidades e Escolas Superiores. Seriam "Inspeções Regionais de Ensino", com atribuições fiscalizadoras e orientadoras, com ação sobre os estabelecimentos particulares. Seriam Escolas Médias e também "Colégios Universitários". Seus certificados não teriam valor para ingresso nas Universidades onde sómente o concurso dará ingresso. Verificamos da necessidade de acorrer aos anseios de uma população pobre e elementos aproveitáveis intelectualmente, mas que

não possuem recursos para estudar a matéria básica que dá ingresso nas Universidades. Quantas vocações, quantos talentos, quantos futuros estadistas estarão nas fileiras daqueles que a sorte destituíu de bens materiais? Devem tais elementos serem procurados em quaisquer níveis sociais em que se encontrem. Hoje dificilmente um filho de modesta família poderá arcar com responsabilidade de estudar. A Escola Profissional-Secundária terá internatos para cuja admissão sómente as condições econômicas terão valor. O aluno pobre deverá, se comprovar competência e valor, ter completa assistência para estudar até a carreira técnica superior, inclusive recebendo mensada do Estado. A Escola Profissional-Secundária tornar-se-á o elemento básico para isso no Ensino Médio e Pré-Universitário. Será a Escola do pobre de valor.

7) Será criado o "Colégio Universitário" com a duração de 2 anos de currículo, constituindo um ensino especializado para as Escolas Superiores, conforme suas exigências nas provas de seleção. Seus certificados não desobrigarão o aluno dos concursos de admissão nem lhes darão qualquer privilégio sobre os demais concorrentes. Dado o preço da instalação de um Colégio que requer laboratórios de equipamento caro, cremos que sómente São Paulo e Distrito Federal comportarão, cada qual, uma tal instituição.

Tal estudo. Pré-Universitário de que já dispusemos há pouco tempo deveria constituir motivo de um mais meticoloso exame. Parece-nos deva pertencer à própria Universidade; contudo, o seu caráter de não constituir corpo curricular da própria Escola Superior nos põe em dúvida tal possibilidade. As escolas Profissionais Secundárias preencheriam talvez melhor as mesmas finalidades.

8) Ao finalizar o 2º ciclo da Escola Média o aluno poderia seguir os cursos complementares de técnico de grau médio nas Escolas Superiores, assim como uma suple-

mentação "livre" para cumprir as exigências dos concursos nas Escolas Superiores e estar acordes com suas possibilidades intelectuais. Quem julgar-se em condições de ingressar nos cursos superiores poderá fazê-lo com antecedência, sujeitando-se "relativamente" ao critério de idade.

Para atender ao terrível problema econômico do estudante e ao fator do volume de população jovem improdutiva dos países novos com grande natalidade, é que deverão ser criados os cursos complementares de técnicos profissionais de variados graus — começando, como já vimos acima, na 4^a série primária, 5^a série, 1º ciclo médio, 2º ciclo médio, como é o caso em apreço.

Um médico, um engenheiro, um advogado, etc., não trabalham sózinhos. Exigem os auxiliares técnicos. Acreditamos que nenhuma unidade escolar estará melhor credenciada para isso do que as Escolas Superiores. Só elas deverão possuir laboratórios e oficinas experimentais convenientes para isso. Existem nas carreiras burocráticas cargos técnicos auxiliares; no entanto, em currículos normais, tais cursos não são ministrados. Via de regra, em tais casos, até firmas comerciais encarregam-se de formar "instantaneamente" os mesmos técnicos que normalmente não possuem uma base humanística razoável. Enquadram-se geralmente na categoria de "serventes", como burocratas e que anseiam melhorar condições de vida.

TENDENCIAS EDUCACIONAIS ESCOLARES DO SÉCULO XX

A própria França, onde a estrutura do ensino primava pela seleção, obrigando a um curso acadêmico intenso com currículos pesados de matérias numerosas, já vem se modificando intensamente. A Reforma Langevin inicialmente tendia a tornar o ensino obrigatório até a idade de 18 anos, tomando por base a igualdade de todos perante a Educação. O vulto da

despesa obrigou a um recuo. Sómente 20% da juventude francesa é beneficiada atualmente com o ensino de grau médio. Atualmente estabeleceram que já para o ensino de 2º grau deverá ser feita uma seleção. Por enquanto parece que a escolaridade obrigatória não ultrapassará a idade de 14 anos. Como vimos acima, no Brasil não ultrapassará de 11 a 12 anos quando se começará o primeiro curso complementar. Em alguns casos, porém, atingirá também a 14 anos.

A nova Reforma da França também está acorde com a base humanística profunda e limitada a poucas disciplinas, com os desvios de especialização nos diversos degraus.

O primeiro ciclo, de 11 a 15 anos, seria de "orientação" e o segundo seria de "determinação". Com o que propomos aqui, já haveria um período de determinação na 4^a série primária (cursos complementares), com 11 anos de idade aproximadamente. Como na França, após o primário, os alunos entrariam obrigatoriamente no 1º ciclo médio. As condições específicas brasileiras nos obrigam a quebrar tal regra, dadas as condições econômicas da zona rural, de abandono precoce da escola pelas lides do campo. Assim, achamos que o curso complementar na 4^a série primária irá ao encontro do interesse da conjuntura.

A Reforma Langevin também não estabelece distinção entre ensino técnico e ensino secundário. A formação básica e a formação técnica podem caminhar de mãos dadas. Em nosso caso, o 1º ciclo médio poderá ser feito na Escola Técnico-profissional. Aconselha Langevin, inclusive, a existência de estabelecimentos comuns. Era conveniente evitar a separação da juventude entre futuros técnicos e futuros intelectuais, disse o mesmo autor. "Os estabelecimentos comuns, reunindo sob o mesmo teto todos os ensinos e assegurando, pela identidade do corpo docente, a igualdade de valor, cultura, destruiriam pouco a pouco os preconceitos sociais que se opõem a uma sa-

orientação". Vemos que lá a discriminação tem constituído um problema na educação escolar. A política educacional escolar do Século XX apresenta problemas muito semelhantes em todos os países.

Nós tivemos a mesma orientação de Langevin. Apenas começamos o período de "determinação" mais cedo. Na França distingue-se: a) uma Seção Prática para aptidões manuais (em nosso caso já na 4ª série primária); b) Seção Profissional, aos que além dos estudos teóricos estivessem destinados a preencher "médios quadros de produção" (escolas técnico-profissionais, comerciais, industriais, agrícolas, artísticas, etc.); c) uma Seção Teórica adequada aos jovens com aptidões para estudos intelectuais e "que seriam dirigidos para o bacharelado" e, como se sabe, caminho para o ensino universitário. Seria assim: humanidade clássica, ciência pura e ciência técnica. Na Inglaterra, de acordo com o "Education Act" seria: ensino secundário moderno, ensino secundário técnico e o "grammar school". A expressão inglesa "books and activities" espelha bem o sentido moderno de orientação educacional escolar. A tendência inglesa em considerar uma atividade técnica secundária para todos os alunos, sem ter em vista rigidamente o sentido vocacional, tem o escopo de tornar a vida social do indivíduo mais de acordo com o modo de viver do Século, absolutamente "dentro do ambiente técnico". Todos dirigem carros, lidam com máquinas de escrever, instrumentos de refrigeração, novas modalidades de hidráulica doméstica, etc. Daí decorreu a idéia de "Escola Profissional Secundária".

Na Inglaterra atual o princípio de "educação pelo interesse" domina a orientação educacional. "É um dever da escola, especialmente de nível secundário, estudar os interesses dos alunos para desenvolvê-los e aperfeiçoá-los". Essa é a verdadeira filosofia da educação escolar do Século XX.

Em todas as bases fundamentais aqui descritas procuramos corrigir os erros de educação escolar que uma "ilustração inconsciente importada" têm trazido à Escola do Brasil. O mal que a alienação tem ocasionado ao Brasil até o momento tem sido enorme. Agora existe uma pléiade de estudiosos com ilustração importada consciente e que assimilaram os fatos e feitos que tomam parte na evolução socio-cultural do Brasil, olhando o país com uma evolução altamente dinamizada dentro de seu primeiro Século de ambiente social e de duas décadas incompletas de "auténtica" (também ainda incompleta) assimilação política do povo e especialmente das massas. Como reflexo de um estágio educacional ainda incipiente, muitos inautênticos valores desfrutam cargos de Direção Técnica e são pouco aptos a assumir a responsabilidade de discutir em grupo ou equipe. Criticam os trabalhos sinceros e bem intencionados de forma clandestina, sobretudo com altos dirigentes, também insuficientemente esclarecidos. Assim, pois, segue o Brasil o seu destino de seu primeiro século de desenvolvimento, caminhando empiricamente com "campanhas e comissões". Trata-se evidentemente de um doente afetado de variadas doenças crônicas interessando muitos órgãos, no qual não se aplica um plano geral de tratamento e sim medicação sintomática".

Gostaríamos que qualquer crítica ao presente trabalho fosse feita ao próprio autor e se possível na presença de outros inquisidores. Feitas de outro modo colocariam em posição pouco honrosa e suspeita o seu autor, não esclareceria muita coisa e impediria apenas um possível aproveitamento parcial em benefício do país.

ENSINO SUPERIOR

1) No conceito moderno de Universidade encontramos a impossibilidade de a mesma isolar-se intramuros com seus laboratórios e instalações técnicas. A afluência e o

volume de estudantes, a complexidade da especialização técnica não permitem que ela possa dispor em quantidade e em qualidade de condições para um ensino completo e eficiente neste Século de Técnologia.

No conceito atual a Universidade tem que fazer corpo com o meio social em que funciona, estabelecendo uma rede de absoluta reciprocidade cooperativa com a iniciativa privada e os organismos e Institutos Técnicos oficiais. Tem a Universidade moderna a obrigação de prover de técnicos auxiliares às carreiras técnicas de grau elevado. O médico, o engenheiro, o advogado e o agrônomo, etc., necessitam em suas atividades profissionais de técnicos auxiliares.

As Universidades têm por obrigação de possuir Institutos onde a ciência e a técnica são sempre completadas e providas de elementos outros, especializados e de ramos correlatos, que permitam uma concepção clara dos problemas sob as mais variadas facetas em que se apresentem. São verdadeiros centros de pesquisas e de experimentação encaminhados em "equipe" de variadas especializações afins, funcionando como um todo.

Justamente agora, em pleno Século da Técnologia, Ciência, Técnica e Organização, procuram alguns países menos desenvolvidos caminhar com um século de atraso. Regiões em período retardado de estágio cultural se enquadram em possuir Universidade isolada, independente e autônoma, sem recursos suficientes além daqueles capazes de proporcionar uma ilustração lívresca e um funcionamento burocrático.

No ensino médico, por exemplo, todos anseiam inocentemente por possuir um Hospital de Clínicas. Com isso pensam resolver o problema do aprendizado prático. Ora, a primordial finalidade de um Hospital é tratar o doente com o mais elevado padrão de medicina. Para isso, o hospital é construído dentro de certos princípios básicos. Um deles é o de "circulação interna".

Se dentro da unidade hospitalar, colocarmos em um momento dado todos os alunos que necessitam e têm direito a tomar parte nas atividades práticas, veremos desordenar-se todo o seu funcionamento.

Se porém a Unidade Médica Universitária lançar mão de outros hospitais, mesmo privados, o panorama se apresentará diferente. O mesmo raciocínio poderá ser aplicado no que se referir a laboratórios, usinas, oficinas e a um número imenso de especializações, dentro da técnica.

Dificilmente, hoje, uma Universidade poderá dispor de elementos suficientes de aprendizagem técnica dada a quantidade de especializações retidas por grandes empresas. A cooperação, a simbiose, o pensamento científico coordenado e consciente e o intercâmbio devem integrar a filosofia da Universidade moderna, levando-a a fazer corpo com a sociedade em que funciona.

Tem a Universidade a obrigação de funcionar com a qualidade, o rigorismo, a exatidão e o essencial fundamento científico; enquanto que as empresas adaptam tais qualidades aos seus designios econômicos. Os alunos "necessitarão" de tal intuição prática. A escala de trabalho rigorosamente científico difere daquela econômica.

2) Decorrendo de tudo isso, a Universidade, ou alguma de suas unidades de ensino, deveria inclinar-se a uma especialização adequada e sincrônica ao fundamento das atividades sociais mais relevantes do meio onde funciona. Dentro de um país tão vasto como o nosso, seria uma favorável divisão de tarefas com grandes vantagens sobre o global.

3) A unidade escolar superior deverá constituir um curso seletivo em essência. Evidentemente tal rigor seletivo "tem que ser proporcional ao estágio cultural do meio onde funciona". Por um artifício seletivo regional podem certos elementos de escol serem transferidos para outras unidades de maior rigor seletivo.

4) A Escola Superior deve possuir cinco escalonamentos de ensino: a) ensino básico; b) ensino fundamental; c) especialização; d) pós-graduação; e) cursos de complementação da Escola Média, onde seriam formados os auxiliares técnicos dos técnicos de grau superior.

5) Uma Unidade Escolar Superior deveria iniciar-se com pretensões modestas. Cuidaria apenas do ensino básico e dos cursos complementares da Escola Média. Mais tarde, quando suas condições técnicas e didáticas o permitirem, solicitariam licença para completar-se.

6) No final do curso básico haveria um longo período, talvez de seis meses, para as provas seletivas ao curso fundamental. A tal concurso seletivo poderiam concorrer todos os alunos que pertencessem à constelação Universitária e mesmo aqueles de outras Universidades ou a Unidades ainda em estágio evolutivo. As provas de seleção seriam de apuração global de conhecimentos e não sujeitas a sorteio de pontos e sim a programas.

7) O aluno em período de "ensino básico" só poderia entrar em contato com "o ensino fundamental" através de disciplinas de "introdução do estudo de tal ou qual ramo!"

8) A metade das lotações das Escolas Superiores seriam inteiramente gratuitas e destinadas tão somente a uma seleção intelectual como a condições econômicas. Um sistema de mesadas, alojamentos e alimentação ampararia com segurança a tais discentes.

9) Os alunos em determinado número que mais se distinguissem e desprovidos de recursos, poderiam solicitar na Unidade Escolar Própria, prévias provas de seleção no fim do curso básico. O Governo custearia a viagem e estada para concorrerem, em Unidades mais evoluídas ou conceituadas, nas provas do "curso básico".

Com isso iria a Escola Seletiva buscar os valores de parcas possibilidades econômicas, em quaisquer camadas sociais e em qualquer região do país.

10) Evidentemente as Unidades Escolares teriam uma série escalonada de especializações técnicas para as quais seria variável o período de ensino básico. Citaremos como exemplo disso a medicina. O exemplo contrário encontrariamos na engenharia.

* * *

A educação escolar constitui uma cadeia que não deve ser quebrada. Assim sendo, este ensaio não poderá ser considerado isoladamente. Só acompanhando o que se acha escrito sobre os ensinos primário e médio, será possível estabelecer um juízo exato de nosso intuito dentro da conjuntura nacional brasileira. Em nossas considerações tivemos em mira os seguintes fundamentos:

A) A escola primária é o período de convívio social e de boa estrutura humanística. Não podemos dar um panorama social ao aluno sem que sincronizemos o mesmo com a família. Evitamos assim, os choques e desenganos. É a escola primária um veículo educacional e o adulto necessita mais que a criança. As atividades do Núcleo Sócio-Educativo procuram despertar o interesse pela Escola e os Cursos Complementares seriam uma tentativa de evitar o abandono precoce da Escola, por motivos econômicos.

Haveria, também, através da Comissão de Administração do Fundo Financeiro, uma possibilidade de convencer à sociedade que ela tem que colaborar com o Governo na solução do problema do ensino. Por outro lado seria um Centro de pesquisas educacionais nas diversas e heterogêneas regiões do país. Não faltaria a Assistência Social e seu serviço de coordenação que atingiria ao núcleo social — a família — através do aluno. Tornava-se assim a Escola Primária um veículo de educação comunal.

B) A Escola Média procuraria eliminar a discriminação de carreiras acadêmicas e carreiras técnicas profissionais. Seria a verdadeira Escola da Vida. Teria flexibilidade

e mobilidade suficientes para ir ao encontro do interesse do aluno e não o sujeitaria à rigidez de programas e currículos desnecessários à sua vocação, à sua possibilidade e à sua capacidade. Daria profundidade a um ensino básico, sempre um mesmo currículo durante anos, passível de iniciar-se no primário e seguir até aos umbrais universitários. O 1º ciclo médio é o primário com mais profundidade. Os cursos complementares que dali partem, podendo transpor a Escola Superior procurariam atender a condições demográficas brasileiras (população jovem volumosa e improdutiva) e a condições econômicas, permitindo um curso superior livre de preocupações financeiras e encargos governamentais. Eliminaria a multidão de desengajados que ao iniciarem uma função produtiva o farão com conhecimento técnico-profissional, diminuindo a extraordinária marginalidade dos que trabalham. Atenderia aos que já estão trabalhando e que procuram melhorar suas condições de trabalho. Associaria o ensino objetivo dos laboratórios e oficinas ao ensino teórico, despertando vocações (determinação), fazendo introdução a cursos especializados e complementares (Escolas Profissionais Secundárias).

Atenderia nas orientações educacionais e didáticas a regiões menos evoluídas do país. Pela objetividade prenderia o aluno à escola, dando-lhe oportunidade de ensaiar o raciocínio próprio e de "efetuar" alguma coisa concreta, além da simples cultura livresca. Daria oportunidade aos mais capazes de chegar mais rápido aos umbrais universitários, sem necessidade de preencher anos de estudos.

UNIVERSIDADES — ESCOLAS SUPERIORES

Ninguém desconhece hoje a importância de certos Centros de Pesquisas de Empresas particulares e de Institutos Oficiais não universitários. A Universidade nunca

pode conseguir tais recursos que existem porque têm uma cobertura econômica forte. A pesquisa e o aperfeiçoamento constituem justamente o sustentáculo de sua juventude econômica. Poderá a Universidade "viver" desprezando tais elementos de ensino quando justamente os seus alunos serão os futuros técnicos de tais empresas? Por tal motivo, mesmo que as Universidades e suas Unidades pendassem instinctivamente para as especializações fundamentais da sociedade em que se encontra instalada, seria uma alternativa favorável.

A Escola Superior é seletiva. Existe uma política brasileira de se fundar Escolas Superiores por todo o país. Não apresentam requisitos mínimos técnico-didáticos para funcionarem. Vamos remediar o mal estabelecendo um estágio que permita evolução. Por outro lado, a possibilidade de um aluno de recursos limitados cursar três a quatro anos de curso superior junto de seu domicílio e ter possibilidade de concorrer para o curso fundamental em um grande centro, levando como credencial apenas as suas possibilidades intelectuais, parece-nos constituir um ato de justiça. Procurar os valores onde quer que eles se encontrem. Nenhuma família de poucos recursos, por maior valor que apresente o seu membro aluno, pode suportar o seu custe-o em uma grande cidade. Assim, acorre o Governo possibilitando os maiores valores para as maiores possibilidades. Fornecendo um curso complementar de técnico auxiliar a um seu futuro provável aluno, ainda no curso médio, concorre a Escola Superior para prover o país de técnicos, alivia o impacto econômico e concorre para solucionar o problema de população jovem e improdutiva. Dificilmente em país evoluído algum aluno de curso superior deixa de exercer alguma profissão produtiva. Vamos dar-lhe uma de técnico auxiliar adequada à sua futura carreira técnica de grau superior. Assim,

terá menos ansiedade de conquistar o diploma com rapidez, podendo entregar-se à profundidade de estudos.

Vemos, assim, que as considerações aqui explanadas procuraram focalizar os aspectos e problemas

tremendos da educação escolar do Século XX, estabelecer a sua própria filosofia e, corrigindo os fatores negativos da escola brasileira, dar-lhe a incumbência de diminuir o impacto social que a conjuntura brasileira nos impõe.

CONSUMO ANUAL DE LENHA NO BRASIL

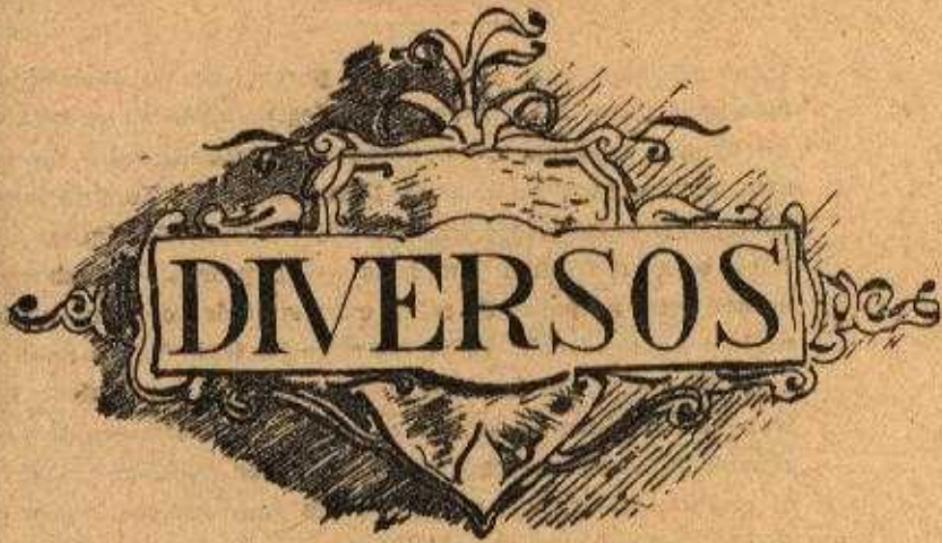
Eleva-se a 90.000.000 m³ o consumo anual brasileiro de lenha. Uma estrada de ferro não eletrificada pode gastar, por ano, perto de 3.000.000 m³; cada usina siderúrgica desnuda em média 1.000 a 2.000 alqueires de mata por ano; e não existem dados que possam dar idéia do desgaste provocado pela chamada "agricultura de índio", isto é, desmate com fogo para criação de gado ou para plantio de milho, feijão e café. Tudo isso contribui para a devastação das nossas matas, com toda a série de consequências danosas que daí pode resultar.

Antes de mais nada, a extinção das florestas destrói o equilíbrio da natureza. Regiões sem árvores estão sujeitas a sécas inclemtes, que se alternam com chuvas torrenciais. No primeiro caso, vidas são destruídas, o gado morre de sede e os homens têm de fugir da terra, em procura de outras regiões. Por seu turno, as chuvas torrenciais provocam a erosão (enxurrada) dos solos, destruindo todos os elementos que mantêm a fertilidade da terra. Após a erosão, a terra fica pobre, não prestando mais para a cultura, a não ser depois de compensada a falta de seus minerais, com adubos, que às vezes necessitam ser importados. Para evitar que o Brasil se

transforme num deserto imenso, algumas medidas foram equacionadas e estão sendo postas em prática. Uma dessas medidas é a substituição da lenha, como fonte de energia, por outros meios mais compatíveis com os métodos modernos de vida. Daí o interesse que todos têm em fazer progredir o país, pelo aproveitamento do seu potencial hidrelétrico, pelo uso de produtos de petróleo, pela instalação futura de reatores atômicos. Em segundo lugar, trata-se de replantar — e nessa tarefa têm trabalhado em conjunto a repartição governamental especializada (Serviço Florestal) e os particulares cujas máquinas consomem lenha.

Em Minas Gerais, onde o Serviço Florestal atua mais vigorosamente, foram plantadas, por força de contrato daquele órgão com firmas particulares, mais de 3 milhões de mudas de essências, número ainda pequeno se comparado com os 100 milhões de árvores derrubadas anualmente naquele Estado. Ao mesmo tempo, funciona ali a Guarda Florestal, para impedir derrubadas criminosas (próximas às nascentes dos rios, por exemplo). Em outros Estados também se trabalha nesse sentido. Mas muito há por fazer. E é preciso que todos colaborem com esta campanha tão importante.

(Da revista "Esso Agrícola")



DIVERSOS

CREDO

Foi em 13 de outubro de 1896 que, respondendo a ataques da Aristides César Spinola Zama, político e orador baiano muito festejado, Rui Barbosa proferiu o célebre discurso de que consta o seu não menos célebre "Credo". É esta página da eloquência nacional que oferecemos a todos os brasileiros, quando se evocam os 50 anos da Conferência de Haia e o triunfo luminoso de Rui :

"Creio na liberdade onipotente, criadora das nações robustas; creio na lei, emanação dela, e seu órgão capital, a primeira das suas necessidades; creio que, neste regime, não há poderes soberanos, e soberano é só o direito interpretado pelos tribunais; creio que a própria soberania popular necessita de limites e que esses limites vêm a ser as suas constituições, por ela mesma criadas, nas suas horas de inspiração jurídica, em garantia contra os seus impulsos de paixão desordenada; creio que a República decai, porque se deixou estragar confiando-se ao regime da força; creio que a federação perecerá, se continuar a não saber acatar e elevar a justiça; porque da justiça nasce a confiança, da confiança a tranquilidade, da tranquilidade o trabalho, do trabalho a produção, da produção o crédito, do crédito a opulência, da opulência a respeitabilidade, a duração, o vigor; creio no go-

vérno do povo pelo povo, creio, porém, que o governo do povo pelo povo tem a base da sua legitimidade na cultura da inteligência nacional pelo desenvolvimento nacional do ensino, para o qual as menores liberalidades do Tesouro constituíram sempre o mais reprodutivo emprégo da riqueza pública; creio na tribuna sem fúrias e na imprensa sem restrições, porque creio no poder da razão e da verdade; creio na moderação e na tolerância, no progresso e na tradição, no respeito e na disciplina, na impotência fatal dos incompetentes. Rejeito as doutrinas de arbitrio: abomino as ditaduras de todo gênero, militares ou científicas, coroadas ou populares; detesto os estados de sitio, as suspensões de garantias, as razões de Estado, as leis de salvação pública; odeio as combinações hipócritas de absolutismo dissimulador sob formas democráticas e republicanas; oponho-me aos governos de ignorância; e quando esta se traduz pela abolição geral das grandes instituições docentes, isto é, pela hostilidade radical à inteligência do país nos focos mais altos da sua cultura, a estúpida selvageria dessa fórmula administrativa impressiona-me como o bramir de um oceano de barbaria ameaçando as fronteiras de nossa nacionalidade”.

ATREVIMENTO

(A PROPOSITO DE CAMOES)

Gen. MANOEL IGNACIO CARNEIRO DA FONTOURA

Quadro de Estado-Maior da Reserva

A satirica, como a épica, tem suas raizes no periodo aqueu da cultura, quando se começa a colher os frutos da vizinhança do mar franco. *Margites*, um poema irreverente atribuído ao "Pai da Poesia", é, ao que consta, a fonte de inspiração dos principes da ironia, no mundo mediterrâneo-atlântico.

O espírito em manifestações originais fica, às vezes, em êxtase, o pensamento em liberdade entregue a uma atividade inconsciente. A introspecção de agudo explorador do mundo psíquico pode, em certo modo, apreciar a experiência e verificar em algumas, aquela que não está no âmbito da ação deliberada, como, por exemplo, expressando o pensamento com objetividade pré-socrática.

Os orientais desde Lao-Tse, contemporâneo de Confúcio, atribuem à metempsicose a explicação de tais fenômenos psíquicos, que são forças latentes na mente humana, localizadas, ao que supõe, no subconsciente.

A mente ao elaborar a idéia executa, entre outras, a manobra chamada comparação, que leva o raciocínio, pela via reflexiva, a estabelecer a relação de semelhança entre objetos, aparentemente de categorias diferentes. A inata faculdade de relacionar, tendo em vista a analogia, pode ser desenvolvida, constituindo a bússola que guia o pensamento no mar talesiano, onde, na ilha da Minerva, o mundo é uno.

Spencer, por exemplo, autodidata como, entre outros, Franklin e Lenine, com base na teoria geológica de Lyell sobre a evolução do globo terrestre concebeu, newtonianamente, um sistema filosófico — o evolucionismo, evidencia a segurança da lógica, segundo maneira correta de operar. Uma preparação intelectual qualquer, no quadro de tarefa específica, exige qualidades pessoais, em regra, comuns: razão e vontade, sobretudo vontade. Já foi estabelecida a respectiva proporção, um mínimo de razão e um máximo (quase totalidade) de vontade. Vontade de aprender porque é só pelo esforço continuado, em labor cotidiano, por si mesmo, como os grandes autodidatas acima referidos, que se logra reunir um saber, tanto quanto possível, encyclopédico.

A partir de determinada altitude de tão árdua escalada do monte Sinai em busca do segredo do equilíbrio mental, ao chamado nível da mistica, a visão panorâmica permite ao observador um horizonte de imensa possibilidade; assim como, no caso de pendor, adquirir, embora em infima parcela, o indizível privilégio de participar da consciência universal. O relâmpago do criptosísmo rousseauiano, não cria de forma alguma, mas tão somente ilumina, no obscuro mundo da metafísica, um ou mais instantes seccionais históricos do trânsito cósmico da realidade, que, como o fluir da água no rio heraclitiano,

se escondem por detrás do ser atual, quiçá virtual, percebido pela sensação, no mundo ostensivo da aparência.

O mal da altitude, nessa conjuntura, é, além de possível conexão errônea, o eterno atrevimento, que, em vista da heterodoxia, conduz, via de regra, o incauto a trilhar área perigosa, em tão arrebatador altiplano...

O panteão dos pensadores que se imolaram no altar da autonomia do intelecto inclui inúmeras figuras, várias de filósofos e algumas de poetas, estes em menor número, mas aquelas em muito maior, uns e outros, em regra, intrépidos, altivos e independentes.

Lá estão se levantando do assento etéreo onde se encontram para o seletº desfile, um a um, em nossa mente. Assinalamos, entre outros :

Em primeiro lugar, Pitágoras, o místico dos números, que emigra para além-mar, levando a cultura para outro país, no Ocidente; a seguir Sócrates, um notável revolucionário com a famosa *máeutica*, condenado à morte por envenenamento; logo depois, Aristofanes, pertencente à geração que participa de ruinosa guerra, torna-se amigo da paz; olha o Horácio, filho de liberto que, no final, se fez cortesão; em seguida Juvenal, também filho de liberto, a firmeza do andar mostra a nobreza do caráter, desterrado para clima inóspito; agora, ao que parece, Hípatia — uma mulher, trucidada por fanáticos, na via pública; Bacon, o célebre Doutor admirável, acusado por sua criptestesia de ter pacto com o diabo, encarcerado o resto da vida; o quase insulano (a Ibéria é peninsula) Camões, o nosso Camões, guerreiro e poeta, encarcerado no Ocidente e deportado no Oriente, muito escrupuloso, o ferimento causado pela lança do mau-ru maluco, em dura guerra não longe do mar, cicatrizou, faz, mais ou menos, uma geração; Bruno, o sistematizador do panteísmo moderno cantado no poema goethiano, queimado vivo; Spínosa, expulso da comunidade por idéias esquisi-

tas, autor de interessante teoria do conhecimento, comportando três graus, o mais elevado aquêle que revela a verdade de golpe, sem ajuda do pensamento; e, por fim, Comte, o fundador da Sociologia, esteve no sanatório, a saúde em grave perigo.

Como é versátil o pensamento, na mente humana!

A transição do espírito do Medieval para o do Moderno não é brusca, mas lenta, abrangendo o lapso de tempo de uma centúria que tem o ponto de partida com Gutenberg. É um período essencialmente revolucionário, cuja ação, multiplicando-se em série, envolve o espírito communal, marcado pela atitude humanista, que, no final, se cristaliza no individualismo, forjador, em parte, da mentalidade moderna. Qual teria sido a causa de tal transformação, levando a superar a crise que se fazia sentir, há tempos? Teria sido a visão panteísta do mundo, expressa na doutrina do monge cusano, o primeiro filósofo moderno? Teriam sido os descobrimentos marítimos, reveladores de novos horizontes de atividade, entre outros, por exemplo, a perspectiva do comércio transoceânico?

Um escritor alemão contemporâneo defende a proposição de que o segredo do Renascimento está na nova concepção da vida, emergida de uma sociedade abalada, a princípio subterrânea e, depois, superficialmente, pelo tufão que assola as duas vertentes alpinas, a atlântica e a mediterrânea, na centúria abrangida, em tese, pela segunda metade do Quattrocento e primeira do Cincocento. Três livros de autores peninsulares são bastante difundidos e exercem profunda influência no espírito da época: o "Manual do Cortesão" de Castiglione, a "Beleza das mulheres" de Frenzuola e "O Príncipe" de Maquiavelo. O primeiro prescreve o comportamento, em sociedade, de um novo-rico; o segundo restaura o ideal grego de beleza feminina; e o terceiro, o mais divulgado, considerado a Bíblia de

Renascimento, é, em verdade, o *vade-mécum* dos príncipes e magnatas, no mundo competitivo dos negócios.

A cadeia de acontecimentos políticos, nessa conjuntura, é acrescida de quatro elos, tais como, a abdicação do imperador, a batalha de Lepanto, a matança de S. Bartolomeu e, por último, a batalha dos Três Reis, os quais iriam influir de maneira transcendental, ocasionando a reviravolta, no quadro da Ibéria.

Camões, que regressa depois de ausência de mais de três lustros, aporta um ano antes da batalha de Lepanto e o Poema sai à luz no ano do golpe sangrento de mais além. O espetro da guerra paira sobre o continente. A preparação psicológica, visando a reforçar o ânimo peninsular, conduziria, fatalmente, à saída de Três Reis, uma batalha, onde seriam jogadas as esperanças de um príncipe legítimo, tocado pelo desejo mórbido de superar o que já fôra feito por outrem. A inspiração da malograda campanha africana está, ao que parece, no fato de Lepanto ter elevado às culminâncias da glória militar imorredoura um príncipe bastardo de gênio que herdara certo talento paterno. A estréla de Três Reis, miragem de nova Farsália, inclusive as características estratégicas, travada no lado africano do mar, teria de ser igual, senão mais intensa, em fulgor, comparada à estréla de Lepanto, a maior batalha naval, no Mediterrâneo, depois da de Actium, há cerca de dezesseis séculos — eis o drama de emulação dinástica, face ao julgamento da história. Lepanto, travada no mar, próximo de terra, e Três Reis, disputada em terra, perto do mar, tem, não obstante, um traço co-

mun: ambas são conduzidas do lado da Cruz por príncipes, em cujas veias corre o sangue do imperador, ex-árbitro da legalidade tradicional, no Mediterrâneo Ocidental e mais além.

Camões anela a ocupar o cargo de cronista oficial, fazendo a seu jeito, e, com aquela vibração de sempre, insinua, em "Os Lusiadas", concluído após à chegada ao Tejo, aquilo que, em seu espírito, se apresenta como imperativo patriótico. O indigitado da benevolência real, a julgar da inclinação manifestada, não está à altura do cometimento, em vista de carecer de aquela *furia sonorosa*. Aliás, tal opinião é, em quadro pungente, confirmada depois de sua morte, quando o poeta constrangido a balidar-se, ao regressar do cativeiro, na solidão do retiro provinciano, toma da *agreste aveia*, revela-se perfeito cantador da vida camponesa, impressionando pela ternura e tristeza.

Por último, visando a apreciar, não mais à luz de interpretação histórico-psicológica, mas na sombra dos bastidores, a disputa em torno do preenchimento do cargo de cronista da malograda expedição militar, o que, em certo modo, reflete o espírito de pugna do Renascimento, transcrevemos a seguir, com a mesma grafia da época, o epígrama que circulara, cuja autoria é atribuída a um desafeto de Camões, pessoa influente do círculo privado do príncipe misógino:

"Dizes que o bom Poeta á de ter
[furia;
Se non á de ter mais és bom Poeta,
Mas se o Poeta á de ter mais que
[furia
Tu non tem mais que *furia* de
[Poeta ""

AMÔRES E AMIZADES DE SIMON BOLÍVAR

Ten-Cel GERARDO LEMOS DO AMARAL

Trezentos anos de colonialismo já pesavam demais sobre os ombros dos filhos da América espanhola. E não lhes faltavam motivos e estímulos para pensarem em sacudir o jugo da metrópole. Os "criollos", filhos de pais europeus, e os "mestizos", de sangue europeu e índio, todos nascidos nas colônias, já sentiam as manifestações da força telúrica. O amor ao solo pátrio — transmitindo-lhes um sentimento de direito sobre sua terra — impelia-os a se rebelarem contra o poderio espanhol, que se tornava cada vez mais opressivo. A mão de ferro dos governantes, os privilégios concedidos aos nobres, o peso dos impostos, as limitações às liberdades pelos poderes de polícia, econômico e religioso, tudo isso calava fundo no espírito das elites autóctones.

As lutas pela liberdade da América do Norte, chefiada por Benjamin Franklin e George Washington, foram logo seguidas pela Revolução Francesa. E as notícias chegadas à América espanhola davam ânimo aos colonos para prosseguirem nas suas conspirações e tentativas isoladas contra o poderio espanhol.

Alexandre Humboldt, o já célebre naturalista que percorreu o Novo Mundo, sentia o que faltava a esses povos: um chefe, um grande homem, cuja presença galvanizasse a opinião de seus compatriotas para deles receber um mandato de chefia indiscutível. Faltava, na América espanhola, um predestinado para a grande missão; quem sentisse o irrecusável designio de libertar

sua terra e fosse ungido pela confiança de seu povo.

Esse homem nasceria em Caracas, capital da Província da Nova Granada. Seria um "criollo": Simon Bolívar, marquês por direito, direito que desprezaria para todo o sempre.

* *

O palco de sua vida seria amplo em todas as dimensões. Não lhe bastariam as planícies do Apure, nem o litoral de Maracaibo. Ele subiria aos píncaros da Cordilheira e aos altiplanos, para neles lutar contra o "godo" e expulsá-lo.

Mas não se cuida aqui de relatar os episódios épicos da vida de um herói sul-americano, de um cidadão do mundo. Não é o político esclarecido, que ditava constituições aos povos que libertava, nem o visionário de uma grande nação, nem o político de gestos teatrais que aqui se procura focalizar.

O que deles se dirá agora são simples esboços para baixos-relevos, sugestões não aceitas para os monumentos em que surgem, recriadas no mármore ou no bronze da História, as passagens magníficas da vida do herói, do general e do político. Aqui, pois, estará apenas o homem, o simples mortal, às voltas com suas amizades e seus amores. E isso porque Simon Bolívar, essa figura extraordinária de herói, político e militar, não fugiu à sua condição humana. Ele amou e foi amado. Deu e recebeu amizades

* *

Simon José Antonio de la Santísima Trinidad de Bolívar y Palacios, ainda um jovem venezuelano de dezessete anos, fazia sucesso na Europa, nos albores de um novo século — o XIX, e de uma nova era — a post-revolucionária. A tez carregada, lembrando a café com leite, denunciava sua origem "criolla". Era de complexão frágil: franzino e doentio. Não se devem omitir circunstâncias que cercaram seus primeiros anos de vida. Vida que lhe foi concedida por um velho de cinqüenta e sete anos e uma jovem de apenas vinte e quatro. A orfandade o atingiu aos dez anos, mas antes já ele passara por vários e dolorosos golpes. Ficando só, foi entregue a quem seria seu mestre e companheiro, Simon Rodriguez, um jovem radical, estudioso e enamorado de Rousseau. A grande fortuna de sua família foi a chave miraculosa que lhe abriu as portas dos mais importantes e atraentes salões da Europa. E dos salões o jovem "criollo", cuja simpatia irradiante não encontrava obstáculos, penetrou na intimidade das alcovas. A rainha Luiza, de Espanha, recebeu-o em seu leito real; e, em Paris, Bolívar conheceu sua parenta pelo lado materno, Fanny Louise de Trobriand de Keredern Aristeguieta, mulher de trinta anos, esposa do conde Dervieu de Villars, coronel e depois general de Napoleão. Os cinqüenta e cinco anos do conde não poderiam competir com o ardoroso sul-americano, na plena exuberância dos seus vinte anos. Que lembranças esse romance deixou em Fanny bem se pode avaliar pela carta que ela, vinte anos mais tarde, escreveu a Bolívar, enviando-lhe um retrato como recordação da felicidade que desfrutaram juntos, num amor ilegítimo, porém inesquecível.

Entre esses dois romances, com a rainha e com a condessa, Bolívar casou-se e enviuvou. Maria Teresa Josefa Antonia Joaquina Rodriguez del Toro foi, talvez, o único amor verdadeiro de Simon

Bolívar. Jurou ele que jamais se casaria de novo e cumpriu a jura. Seu temperamento ardente, porém, não permitiria que ele se afastasse das mulheres, das quais sempre foi muito apreciador, exageradamente, mesmo.

O jovem viúvo, quando em Paris, procurava consolo para suas mágoas na intimidade de sua prima Fanny, e esta, valendo-se de seu parentesco, de sua idade e experiência, era-lhe maternal amante. Recebia, complacente, o amor que à outra, à morta, era destinado. Não tinha o complexo de Rebeca... deixava-se, até, chamar de Teresa!

A vida de Bolívar está pontilhada de mulheres, mas não de amores. Nem mesmo Manuela Saenz, "la Libertadora", chegou a ser amada. Tornou-se-lhe uma necessidade a sua presença, como depois se verá. Ela acalmava-lhe os impetos amorosos, o calor de seu temperamento e, mulher de extraordinária perspicácia, tornou-se sua mais influente conselheira e segura confidente.

Outras, inúmeras, como libélulas, se queimaram na ardência de Bolívar. Passaram por sua vida sem deixar marcas. O historiador minucioso cita-lhes os nomes: Isabel Soublette, cujo irmão, de subalterno chegou a general; Josefina Nuñez, a Pepita, sua amante na campanha da planicie, onde o acompanhou; Anita Lenoit, Bernardina, e tantas outras.

* *

O jovem Bolívar, ficando viúvo, resolve voltar à Europa. Depois de passar por Madrid, onde chorou sua Teresa juntamente com os parentes dela, vai a Paris onde conhece sua prima, Fanny. E é nos salões dela — da condessa de Villars — que Bolívar traça o seu destino, lança os fundamentos de sua vida gloriosa. Travando conhecimento com os altos personagens da época, naquele ambiente misto da revolução popular vitoriosa e já meio desacreditada, e com os remanes-

centes da época do rococó, é apresentado a Madame de Staél, a Madame de Récamier e, entre muitos outros, a Alexandre de Humboldt, cujos conhecimentos da América espanhola eram infinitamente superiores aos dele. Bolívar, não obstante seus estudos, orientados por Simon Rodriguez, serem muito avançados para um jovem de sua idade.

Ouve ele, então, de Humboldt, a frase que calaria fundo em seu espírito e nêle influiria decisivamente: "L'Amérique espagnole est prête à se libérer, mais n'a pas de grand homme pour prendre la tête". Bolívar ouviu e caiu. Só no Monte Sacro, em Roma, e mais tarde, responderia à observação do ilustre naturalista, revelando sua grande luta interior.

Bolívar atravessa, a seguir, uma fase difícil de sua vida. Frequentava casas de jogo, gasta muito no azar das cartas e com mulheres. Sua saúde periclitava, mas a dedicação de Rodriguez salva-o. Viajam para a Itália, percorrendo lugares ligados à vida de Rousseau, o encantamento de Rodriguez. Chegados a Milão dirigem-se ao campo da batalha de Marengo, onde assistem à segunda coroação de Napoleão. Em Roma alugam uma residência e passam a fazer vida social.

Certa tarde, de calor abrasador, os dois amigos, o mestre e o discípulo, sobem ao Monte Sacro. E ali, então, voltado para Roma, solenemente Bolívar discursa. Recorda os fatos e os personagens que hão marcado a história da Cidade Eterna. É veemente e cáustico. Fala como um acusador num tribunal, e perora: "... Este povo (o romano) contribuiu para todas as causas, menos uma: a causa do povo. Produziu Messalinas e Agripinas, historiadores, naturalistas, guerreiros ilustres e proconsules ávidos, sibaritas extremados, virtudes e crimes os mais grosseiros... mas, para a emancipação do espírito humano, para a melhoria do homem e de sua razão, muito pouco, ou nada".

"A civilização importada do Oriente revelou aqui todas as suas faces. Mas o mais importante problema humano: a liberdade, ficou ignorado. Parece-me que este mistério só poderá ser revelado no Novo Mundo."

Depois Bolívar despreza Roma, volta-lhe as costas e ofegante pela emoção, transfigurado, como que febril, encara Simon Rodriguez, e conclui:

"Eu juro perante vós, pelo Deus de meu país e a honra de minha família, que não terei repouso, nem do corpo, nem de espírito, enquanto não quebrar as cadeias que nos ligam à Espanha".

Não se pode aceitar a exatidão dos termos deste discurso, repetido por Simon Rodriguez, em 1850, vinte anos depois da morte de Bolívar, quando, então, seu nome estava definitivamente consagrado pela História. Mas o juramento feito, foi cumprido. Bolívar deu à liberdade de sua terra tudo o que tinha. A pouca saúde que sempre teve, e a talvez maior fortuna da América.

* *

Simon Rodriguez, o apaixonado de Rousseau, é uma das grandes figuras que se projetaram na vida de Bolívar. Esse boêmio erudito, ex-padre, ex-presidiário, ex-revolucionário, poliglota, amante da natureza, era, sem dúvida, um desequilibrado, ou como se diz hoje, um desajustado. A sua instância de vida fez-lo mudar de nome tantas vezes quantas mudou de profissão, e foram várias sem conta. "Homem natural", segundo a teoria rousseauiana, comportava-se, sempre, de maneira estranha. Como mestre de Bolívar influiu profundamente na personalidade de seu discípulo. Admirador de sua obra, talvez por falsa modéstia, declarou, referindo-se a Bolívar: "Consideram-me como tendo sido seu preceptor; talvez tenha sido eu seu discípulo, porque ele sabia por intuição mais do que eu pela meditação e pelo estudo."

Acompanhando Bolívar desde os mais tenros anos, viajando o mundo com ele, repetindo-lhe sempre, com as lições, suas idéias filosóficas, penetrou a fundo no caráter do futuro Libertador. E como era, também, excessivamente devotado às mulheres, há que se concluir não haver aprendido essa conduta com o discípulo, mas lh'a haver ensinado.

Sua forma de viver distancia-o de Bolívar e da América. Deixa-se ficar na Europa como um judeu errante, sem pouso, sem uma ocupação certa, éle que era tão prendado, vivendo de expedientes, gozando de uma liberdade fictícia. Um belo dia, Simon Rodriguez surge, de novo, na Colômbia.

Bolívar estava às voltas com a organização de uma nova república: a Bolivia. Sabendo do regresso do velho amigo, chama-o a Lima, onde deixa ordens para seu mestre assumir o cargo de Diretor e Inspetor Geral da Instrução Pública e do Bem-Estar Social do novo Estado. Aos sessenta anos era Rodriguez o mesmo homem de sempre. Suas idéias avançadas iam chocar-se com a ignorância do povo que desconhecia e em cuja instrução devia influir. Se um entendimento entre mentalidades tão diferentes seria de prever-se muito difícil, nem chegou a se iniciar. A aparição de Rodriguez, completamente nu, numa sala de aula, para justificar seu culto à natureza, encerrou a carreira do nôvel Diretor de Instrução. Era demais o que havia feito! Nem Bolívar poderia suportá-lo, dar-lhe cobertura, apesar de dever-lhe as idéias, que possuia, de liberdade, justiça, grandeza e beleza. Rodriguez, naquele ato, cometera crime imperdoável: ofendera a Sucre, o homem mais respeitado por Bolívar e Protetor da Bolivia. O discípulo passou a ignorar o mestre, cujas cartas jamais respondeu. O mestre, porém, não mudou em relação ao discípulo e amigo. Conservou-se-lhe fiel até mesmo quando, colhido pela vo-

ragem das paixões humanas, Bolívar foi deposto e exilado.

Rodriguez, essa figura estranha e polimorfa, não sairia tão cedo da vida. Sobreveveria a seu discípulo e amigo, cuja personalidade plasmara, transferindo-lhe sentimentos e conhecimentos nos quais Bolívar se escudou para vencer os tumultos de sua existência.

Quando morreu o Libertador, com o corpo e o espírito em ruínas, foi Rodriguez dos poucos que tiveram a coragem de defendê-lo. E o fêz escrevendo um livro: *A Defesa de Simon Bolívar*. Por esse ato de coragem e independência foi convidado a deixar o Peru. Partiu para o Equador. Ensinou e não foi pago. Fêz-se fabricante de velas, repetindo a ocupação a que se dedicara na Europa, mas gastou tudo com as mulheres. Faliu. Montou uma fábrica de pólvora, que foi pelos ares antes de produzir. O velho Simon, conformado, voltou para o Peru. Foi morar perto de Manuela Saenz, que se fixara em Payta, onde vivia de suas recordações, repartindo-as com os raros amigos de Bolívar, ainda, então, sob a execração popular.

Simon Rodriguez viveu o bastante para assistir à reabilitação pública de seu querido amigo, de seu discípulo, do homem que ele plasmara para o mundo. Do homem que venceu um mundo.

Manuela Saenz, la Libertadora.

Essa mulher, filha bastarda de um nobre de Espanha com um jovem, também, de nobre estirpe, nasceu em Quito nos últimos dias de 1797, e nunca se atemorizou com o origem de seus dias. Beleza, encanto, inteligência, audácia e desprezo pelas convenções sociais, fizeram-na amada e temida, mais temida que amada.

Expulsa de um internato, aos quinze anos, poucos anos depois tornava-se uma respeitável dama da alta sociedade de Lima, por

força de seu casamento com o modesto comerciante James Thorne, figura de misterioso passado, mas que se impusera à capital peruana por sua conduta de completo alheamento ao que não fossem seus negócios. Sua mulher, porém, ingressaria nas conspirações pela independência e cumpriria à risca perigosas missões que lhe fossem confiadas. Vencendo a revolução, foi Manuela agraciada com a "Ordem do Sol", a mais cobiçada condecoração daqueles tempos, e ainda hoje.

A 18 de junho de 1822, o Libertador entra em Quito. A recepção fôra preparada cuidadosamente pelos assessores de Bolívar, profundo conhecedor da psicologia do povo. Tudo fôra pre visto para impressionar a massa. A vibração popular correspondeu à sua expectativa. Bolívar percorreu, em triunfo, a capital equatoriana. A noite, houve o baile da vitória, quando Bolívar foi apresentado a Manuela Saenz de Thorne, então em visita à sua cidade natal. Fizeram par constante, escandalizando as damas presentes que não perdoavam Manuela pela audácia de suas attitudes de completo desprezo por tudo e por todos. Já nessa noite dormiram juntos, para inveja e escândalo das mulheres de Quito. Foi o começo de um longo tumultuoso amor, ora interrompido, ora retomado com mais impeto e mais escândalo, até que um dia Manuela se tornou "La Libertadora". Foi a sua consagração! Seu heroísmo elevou-a de concubina à condição indiscutível de primeira dama. Passou ela a fazer parte integrante da vida pública de Bolívar, aparecendo com ele, presidindo reuniões no Palácio, dirigindo o serviço da secretaria, dando audiências em seu lugar.

A mulher que arrostara a saia de um bando sanguinário para salvar a vida de seu amante, e seu ídolo, redimia-se de todos os seus pecados. Nivelara-se a ele os serviços prestados à América.

Não cabe aqui relatar os seus amores, os segredos de alcova, mesmo porque um sentimento mais nobre os unia. Mais forte que a atração carnal, era o amor de ambos à liberdade, o ódio que nutriam ao jugo espanhol. Identificados assim, eles lutariam juntos. Manuela impulsiva, indiscreta conhecedora dos homens, atraía sobre si as iras dos inimigos de Bolívar. Eles, para combater o Libertador, difamavam-na. Ela não os perdoava, pondo à mostra suas más intenções, denunciando os que conspiravam para apear Bolívar do poder. Criava, com sua incontinência verbal, graves casos políticos, mas era sincera. Manuela não compreendia, nem aceitava a dubiez dos políticos.

Manuela amou, mas não foi amada, porque Bolívar só amou à Grã-Colômbia, o seu sonho, a sua vida. Nem mesmo a Teresa teria ele amado. Num adolescente os impulsos do coração assumem o caráter de amor, mas não chegam a consubstanciar o sublime sentimento. Com a morte de Teresa ele não mais se casou. O que se passou no seu íntimo? Quem poderá responder? Bolívar era homem de vontade imperiosa, conquistador e libertador de povos. A conquista de uma mulher era-lhe simples ato de deseja-la. Nunca teve o leito vazio, pois sempre encontrava quem cedesse à força de sua sedução. A vida tormentosa que passou a levar, desde que se dedicou à libertação da América, não lhe ensejaria a oportunidade de constituir um novo lar, lar que, por certo, não teria solidez.

Manuela, antes de ser a Libertadora, e depois disso, soube ser, sempre, a mulher que convinha a Bolívar. Quando recebia seus bilhetes em que se desnudavam seus sentimentos exagerados: "Vem Vem ter comigo. Vem já", ela ia. Satisfazia-lhe os desejos e, após, acalmava-o. Conversavam assuntos sérios, discutiam os problemas da luta em que se empenhavam em prol da

liberdade da América. Quando ele viajava, e se engolfava nas suas preocupações, embrenhando-se cordilheira adentro e acima, nem lhe escrevia. Ela não se magoava; escrevia aos seus ajudantes de campo e dêles recebia notícias do Libertador. Raras, raras, as cartas de Bolívar a Manuela. Mas ela aceitava a situação por conhecer o homem a que se dedicara integralmente, a quem tudo sacrificara.

Bolívar morre, exilado, vítima da sede de poder dos que não puderam vencê-lo. Traido, vilipendiado, martirizado de corpo e espirito, sucumbe o Libertador. Manuela recebe ordens do governo para deixar Bogotá, onde se encontrava. Recusa-se (a sua indomável altivez como que se fortalecera na desgraça), e é encarcerada em Cartagena. Dali foi exilada para Jamaica. Pede permissão para residir no Equador; negam-na. Quando voltam atrás, ela se recusa a aceitar o favor. Já se deslocara para Payta, onde morreria vitimada por uma epidemia de crupe. Naquele porto, quase sem movimento, viveu ela seus últimos anos e lá foi encontrá-la Simon Rodriguez, que, também, encontrou a morte na mesma ocasião, vitimado dias antes de Manuela pela epidemia. Assim se ligaram na morte duas das mais importantes personagens participantes da vida de Simon Bolívar. Ambos tiveram a ventura de sobreviver à reabilitação de seu ídolo. Ela, porém, sentiu a miséria, a covardia dos homens. Reabilitado Bolívar, cumpria riscar o nome de Manuela da História. Ela que lhe salvara a vida; ela que fôra sua amiga, confidente, amante e enfermeira, ela que tudo lhe dera: no sacrifício de seu lar, de sua fortuna e de seu conforto; ela que merecera ser chamada "La Libertadora", devia ser esquecida, seu nome excluído de toda e qualquer referência!

Um dia, a História lhe faria justiça. De nada adiantaria rasgarem os originais das Memórias de

O'Leary. De nada valeria negar a existência de Manuela. Ela seria lembrada sempre que alguém, honestamente, estudasse a vida de Bolívar. Hoje, Manuela é tão inseparável de seu ídolo, como o foi enquanto viveu com ele. Mas não a Manuela amante, e sim a amiga sincera, a confidente, a enfermeira, a secretária, aquela que por sua devoção até o sacrifício se tornou La Libertadora.

* *

Bolívar foi um sol em cuja órbita gravitaram satélites sem conta. O sistema moveu-se todo, pelo bem da América, pela Liberdade do Novo Mundo. Mas, nos inenvassáveis segredos cósmicos ficariam as explicações de mil e uma ocorrências. São choques de satélites, procurando a mutua destruição; outros que se lançam contra o astro-rei e são repelidos pela força de sua majestade intangível e inatingível. Um dia, porém, falham as leis cósmicas e os satélites atritam com o astro-rei, deslocando-o de sua órbita. Não seria o fim do mundo, mas o fim de um sonho. A Grã-Colombia desapareceria na voragem das competições humanas. Só a Liberdade dos povos da América resistiria à revolução cósmica. Foi um fenômeno independente, porque sua eclosão tornara-se incoercível.

* *

Bolívar, temporariamente vencido, sonha, ou dorme. De olhos fechados, vê o desfile infinitável de quantos estiveram ao seu lado, mas nem sempre com ele, a seu favor. Lutadores bravos, selvagens mesmo. Políticos inescrupulosos, sonhando com o poder a qualquer preço. Soldados da fortuna, mercenários de dois mundos. Massas informes, sofredoras e imperturbáveis. O índio semi-civilizado, sorrateiro, sempre pronto a assaltar os despojos humanos das crueldades batalhas.

Tudo são apenas recordações, lembranças que sustentam, em

seus últimos dias, as precárias forças de Simon Bolívar, já semi-inconsciente. É o caso do herói. O Sol da América chega ao nadir.

Onde estará José Palacios, o velho amo, companheiro inseparável? Palacios estava sempre presente e não se fazia notado. Era um misto de mordomo só encontrado nas casas senhoriais, e de "sombra" do Libertador. Quando os seus dois mastins rosnavam o seu desagrado por algum desconhecido é que Palacios se tornava visível, pois só ele apaziguava as feras. Criado de quarto, guarda-costas, zelador da baixela de prata, mensageiro das notas íntimas de Bolívar às suas amantes, José Palacios personificava o devotamento. Quando Bolívar, naquela trágica noite de 25 de setembro de 1828, salvo pela intrépida atitude de Manuela, salta a janela e se esconde sob a ponte de San Augustin, em Bogotá, quem primeiro se lhe juntou foi Palacios. A uma simples indicação do olhar de Manuela, percebera tudo. Adquirira o faro de seus mastins e minutos depois estava, também, como seu patrão, metido a meio corpo dentro do rio nauseabundo, disposto a vender caro a preciosa vida do Libertador.

Bolívar sentira-se, já, então, mortalmente ferido. Compreendeu que chegara o princípio do fim: "Estou mortalmente ferido. Os punhais de meus inimigos retalharam-me o coração". Quando voltara ao palácio, graças à lealdade, à bravura e à decisão do general Urdaneta, sentiu todo o asco e tôda a dor que um homem pode sentir. Asco por tôda aquela legião de indecisos que se pronunciavam em seu favor, como o teriam feito pelos vencidos, se tivessem conseguido ser vencedores. E dor, imensa dor, por ver o sangue derramado. Nas escadarias do palácio corria o sangue das vítimas sacrificadas pela sanguinosa assassina dos revoltosos. Andrés Ibarra enfrentou-os e ficou gravemente ferido; depois chega Manuela, que o socorre e é agre-

dida. Aproxima-se o coronel Ferguson e é morto. As sentinelas foram bárbaramente degoladas. Abortada a baderne, o que fica é um quadro horrível onde tudo é sangue.

A memória de Bolívar surgem outras figuras: o general Miller, o único homem que não temia os "montoneros", e era por eles respeitado; o general Jacinto Lara, de uma franqueza tão rude, como era sincero e dedicado; Sowerby, coronel aos vinte e nove anos, que combatera com Napoleão e sobrevivera à campanha da Rússia, para vir morrer de um lance na batalha de Junin; O'Leary, o bravo irlandês, que mais tarde escreveria suas *Memórias* em 32 volumes; Brussingault, o jovem naturalista francês; o extravagante irlandês Crofton; o Dr. Moore, seu dedicado médico; o jovem sobrinho Fernando Bolívar a quem chamara quando sentira necessidade de uma alma irmã, de alguém do seu sangue. Todos tinham sido seus amigos, como tantos outros, cujas figuras eram apenas sombras que passavam, sem permitir-lhe reconhecê-las.

Mas, uma luminosidade se aproxima e desperta a memória conturbada de Bolívar. Volta-lhe à lembrança, em minúcia, um pequeno incidente ocorrido quando, contrariado pelo desfecho de certos acontecimentos, descia o Orinoco e se aproximava, subindo, uma canoa.

— Quem vai aí? pergunta Bolívar.

— O general Sucre, responde.

— Não há nenhum general Sucre, replica Bolívar, mal-humorado, e manda que atraquem as canoas."

A resposta de Sucre foi digna e cheia de altivez. Só tomara o posto pelos serviços prestados, desde 1810, à causa da Revolução. Julgava merecer-lo, mas não pensara conservá-lo sem o beneplácito do Libertador. Bolívar olhou bem para quem assim lhe falava. Tinha à sua frente um homem

superior, e de uma superioridade moral a que ele, Bolívar, tinha que se render.

Desde então fizeram-se amigos. Ligou-os uma amizade sem paralelo, porque baseada na admiração de Bolívar por Sucre e no respeito deste por aquél. E mais, Sucre foi, talvez, o único homem que deu lições a Bolívar, falando-lhe de igual para igual, com autoridade. O magnetismo exercido por Sucre sobre Bolívar pode ser constatado em mais de uma passagem da vida de ambos. Recordemos mais uma: Voltava Bolívar a Cucuta, vindo de Cartagena, e cavalgava a seu lado O'Leary, o irlandês que mais tarde seria cônsul da Inglaterra em Caracas e biógrafo do Libertador. Sucre vem ao encontro de Bolívar e era um desconhecido para os que cercavam o chefe. A aproximação de Sucre, O'Leary pergunta a Bolívar:

"— Quem é esse mau cavaleiro?

— Esse mau cavaleiro, responde Bolívar, é um dos melhores oficiais do exército. Reúne os conhecimentos profissionais de Soublette, o caráter bondoso de Bucenio, o talento de Santander e a atividade de Salom. Por estranho que pareça, não é conhecido, e ninguém suspeita de suas aptidões. Estou resolvido a pô-lo em relevo, persuadido de que algum dia será meu igual.

Não só O'Leary, como Villanueva, relatam esta passagem onde se engrandecem o espírito e o coração de Bolívar. Sua grandeza moral está aí retratada de corpo inteiro. Em vez de anular o homem em quem reconhecia qualidades para se rivalizar com ele, o que faz? Quer lançá-lo à cena, dar-lhe um papel de primeira grandeza. "Estoy resuelto a sacarle a luz, persuadido de que algún dia me rivalizará". Mais uma vez nos acode à lembrança o complexo de Rebeca. Bolívar não temia a sombra do outro. Antes se expunha a ela, confundindo sua

sombra com a sombra irmã e amiga de Sucre.

No seu leito de morte, que seria de um indigente se não tivesse encontrado a caridosa hospitalidade de Don Joaquin de Mier — um realista e seu adversário político — que o fizera buscar em Santa Marta, levando-o para San Pedro Alexandrino, uma fazenda com engenho de açúcar onde havia a paz necessária ao grande batalhador, Bolívar há-de ter repassado todos os seus grandes momentos de sua vida tumultuosa. Ao fim da existência, na antecâmara da eternidade, tudo se torna mais claro. Os amores voltam com o sabor de aventuras brejeiras. Passam aquelas figuras tôdas que lhe amenizaram a vida, a tôdas sobrepareando Manuela, a "amável louca". Passam os amigos, os sinceros e os interesseiros. A êsses esqueceu, daqueles recorda os extremos de lealdade e dedicação. Sorri porque se aproximam os bravos companheiros de tantas jornadas, os heróis de dois mundos, mercenários de ontem, hoje destemidos e devotados defensores da liberdade do Novo Mundo. Atropelam-se, na sua lembrança, os dias de fastigio, suas entradas triunfais como Libertador, com as misérias, as traições e tudo o mais que sofreu sonhando com a Grã Colômbia. Volta Sucre o homem difícil, porque inconfundível. Suscetível e desinteressado. Iutava como general, preferindo ser soldado. Sempre que se desentendiam, e quantas vezes isso aconteceu!, em pouco se reencontravam, ambos dignos, sem outra preocupação que a de terminar a grande missão que se impuseram.

Bolívar morre; antes, porém, morrerá Sucre tocaido. Ao saber do trágico fim de seu amigo, o Libertador exclama:

"— Derramaram o sangue de Abel!"

Bolívar, na sua generosidade, no seu amor fraternal, quis, talvez, culpar-se da morte do grande amigo, de seu irmão pelo sangue telúrico. A Venezuela os viu nascer, gerou-os em seu seio, mas a Grã-Colômbia foi que os criou, amamentando-os com o leite da liberdade.

Morrera Sucre,
Bolívar morria.

Mas a América, qual novo astro, surgia no horizonte.

Era a Liberdade que nascia do sangue dos heróis imolados à sua causa. Para que tal acontecesse, não apenas um Abel, mas dois foram sacrificados. E a América os venera como seus verdadeiros titãs, aos quais deve o haver se livrado dos grilhões que a prendiam à Espanha.

BIBLIOGRAFIA

- Waldo Frank — *Naissance d'un Monde — Bolivar et ses Peuples*
 Victor W. von Hagen — *A História Amorosa de Manuela e Bolívar*
 Carlos Pereyra — *El General Sucre*
 Bolívar — Sylvio Júlio
 Artigos diversos, em Revistas e Jornais.

NOVA MENTALIDADE

Uma nova mentalidade está imperando, entre alunos e professores da Universidade Rural do Km 47 da rodovia Rio-São Paulo: os futuros agrônomo, orientados por seus mestres (a começar pelo Reitor), resolveram não mais esperar a formatura, para fazer algo de prático em favor da agricultura brasileira. E de liberaram que, ainda no período escolar, iriam atravessar os limites da escola e procurar os agricultores das redondezas, ajudando-os a retirar mais da terra, com menor esforço.

Não se pense que isso é fácil. Os homens que herdaram dos pais a profissão agrícola — e há dezenas de anos lidam com a terra, julgando conhecer todas as suas exigências — não acreditam muito na ciência daqueles jovens imberbes que os procuram para dar conselhos. "Estudante sabe é inventar brincadeiras. Depois de serem doutores (e de obterem prática), sim; poderão dizer o que está certo e o que está errado" — pensam muitos agricultores. E recebem, com natural desconfiança, a visita daqueles jovens.

A idéia das visitas aos agricultores das redondezas foi decorrê-

cia natural da criação de uma "Fazenda-Piloto", em terras da Universidade Rural do Brasil, a qual é administrada pelos próprios alunos. Ali, plantam hortaliças, tentam introduzir novas culturas, criam gado leiteiro, beneficiam arroz.

A produção obtida é consumida por eles próprios e as sobras vendidas por preços acessíveis. Não contentes com isso, resolveram participar mais ativamente da batalha da baixa dos preços.

E planejaram comprar o arroz que os agricultores colhem nas fazendas vizinhas, beneficiá-lo na escola e vendê-lo, pelo preço de custo, nas feiras-livres do local. Indo mais adiante, passaram a orientar os lavradores em como conseguir maior produção.

Tudo isto ainda está sendo feito em pequena escala. Mas é de prever que, nos próximos anos, todo o Município de Itaguaí, no Estado do Rio, venha a se beneficiar com a atuação dos estudantes, podendo dispor de verdura e cereais a preços bastante acessíveis.

(Da Revista "Esso Agrícola".)

BOLETIM COMEMORATIVO DO 68º ANIVERSÁRIO DO 3º RA-75-Cav

OSMAR DE ALMEIDA BRANDÃO
Coronel Comandante

ARTILHEIROS DE BAGÉ:

"Punhado de bravos que mostraram ao mundo que o soldado brasileiro, sempre, em qualquer situação, não tem quem o exceda em honra, abnegação, constância e valor". — (Da Ordem do Dia do Coronel Thompson Flores, referente ao Sítio de Bagé).

Foi nos acordes vibrantes deste hino, na polifonia cívica deste e-logic militar, foi nesta mensagem ungida de pátio pondonor, que a História fixou, comovida, no tumultuante madrugar republicano, a predestinação gloriosa do Regimento que, hoje, o Brasil inteiro reverencia sob a excelsa evocação de "Boi de Botas", ou nas fulgurações aureolares da sublimada legenda: "Pistoleiros do Candal".

Transbordante de galas e plena de usanha, Bagé, nas culminâncias do seu reinado fronteiriço, tanto quanto na opulência das suas tradições imortais, memora, na expressiva efeméride de hoje, as origens e a fundação do 3º Regimento de Artilharia 75 a Cavalo.

E, ao fazê-lo, retrata no painel do Tempo o estoicismo sem iaque e o patriotismo sem peia, tôda a gama admirável de atributos alaudorados que exaltam, consagram, dignificam e celebram o Exército Invicto de Caxias.

Tão estreita é a afinidade entre a heráldica Bagé e o seu legendário Regimento, que, proclamar as glórias do rincão farrapo, vale por decantar as excelências da Unidade impávida.

São sessenta e oito anos de lúminosa existência ao serviço da Pátria livre, una, grande, feliz e respeitada, por cuja sobrevivência o Regimento heróico procurou, e encontrou, nesta Bagé radiante, a seiva mais alentada da disciplina moral, da brasiliade indormida, da bravura serena e do profundo sentido da existência nacional.

Escola de civismo, colmeia de eternais vigílias na preservação de um passado de glórias imperecíveis, o Regimento intrépido fez da Cidade histórica moldura viva das intermitências dos seus lauréis e descobre, em cada um de seus bravos integrantes, o espírito alta-neiro de Ipagé, o redivivo Charrua que, sob comando audaz de Rafael Pinto Bandeira, traçou, em fligranas de luz, o poema épico do Forte de Santa Tecla.

Fiel à vocação histórica da América, de amor à paz, culto à liberdade e devotamento à justiça, além de zélo sem par na "defesa das melhores tradições da cultura humana", o Regimento viril tem uma história que constitui um roteiro faiscante, em cujo rastro lúmioso repontam as virtudes essenciais da brasileira gente.

Há no panteão soberbo dessa festejada Unidade do nosso glorioso Exército, nomes que têm o calor de uma Legenda, nubes tutelares da honra nacional, insignes padroeiros da integridade física e moral da Pátria comum.

Na epopéia ciclópica de Canudos, nos entreveros da jagunçada indômita e fanática, José Salomão

Agostinho da Rocha — brilhante oficial cujo nome aureolado cintila entre os organizadores do Regimento — escreveu, com o próprio sangue, um dos capítulos mais co-moventes da história militar, ao tombar, sem vida, abraçado ao canhão, nascendo, nimbado de luz, para os esplendores da imortalidade.

No alvorecer da República, quando o país estava ameaçado de chafurdar em anarquia, mercê de sucessivos levantes armados, o nosso 3º Regimento de Artilharia 75 a Cavalo recebe o seu batismo de fogo, ao lado da legalidade, e reafirma a sua predestinação gloriosa e a tempeira adamantina de seus soldados.

Em 93, entre rasgos de heroísmo e arroubos indizíveis de renúncia e bravura, o Regimento participa das lutas violentas que abalaram e ensanguentaram o rincão sagrado e, tal qual uma pilastera dos brios e da dignidade cívica da fabulosa "Rainha da Fronteira", resiste, galhardamente, durante quarenta e cinco dias, ao impacto de todas as vicissitudes, inclusive fogo e fome, que a fúria e a impiedade dos sitiantes lhe impunham. Bagé, então, em meio ao cércio histórico, se projeta como bastião da legalidade e da ordem no extremo sul brasileiro e na defesa destes princípios, o Regimento confirma, com denôdo invulgar, a valia dos nossos soldados.

Dêsse episódio rutilante da história do glorioso Regimento, é que emerge, como um rosicler esplendente, o título soberbo de "Pistoleiros do Candal" dado pelo povo aos bravos defensores da Cidade, porque foi nas barrancas do Candal, à frente da veneranda Matriz, que os artilheiros gizaram, com coragem leonina, o verdadeiro espírito das armas nacionais, tão bem encarnado na figura homérica do Coronel Carlos Teles que, para glória maior dos ideais republicanos, os insurretos encontraram à testa da guarnição de Bagé.

O século atual surpreendeu a brava gauchada do Regimento em

vigilância cerrada nos confins da Pátria, ao largo da fronteira, no cumprimento rígido da missão honrosa de resguardar a soberania do solo brasileiro, então, ameaçado de invasão por forças revolucionárias estrangeiras, em fuga.

Participaram, ainda, os bravos de Candal, em 1924, ativamente, da campanha legalista contra os amotinados da terra paulistana. É a destinação triunfante da Tropa eleita que se afirma e confirma, em defesa da ordem, que os corifeus da anarquia não conseguiram empanhar, quando, mais tarde, a traição, a felonía e o fanatismo desenfreado tentaram, em vão, pela revolta, desagregar o Regimento.

O episódio, tão só, serviu para que o rebento indomável de "Boi de Botas" escrevesse uma nova página de sua história fascinante, e erigisse como santo leigo da honra do Regimento a figura admirável do Capitão Alvaro da Cruz Maquez, que, num gesto de estoicismo ímpar, enfrentou o motim e ofereceu sua vida estuante de brasiliade, em holocausto à grandeza da Pátria. E, ao seu lado, na mais sublime evocação do heroísmo anônimo do soldado que se dilui no torvelinho da Tropa, "heroísmo sem nomes próprios" — como diria o historiador ilustre — a sentinela Francelino de Oliveira Pereira tomba no seu posto de honra, crivado de facas, para que o Regimento sobreviva aureolado pelo seu prestígio militar e soberbamente imunizado contra os "germes da indisciplina e desagregação", tudo isso enquanto o bravo Comandante, Capitão Felix de Azambuja Brilhante, oferecia aos seus comandados o mais emocionante exemplo de audaciosa renúncia e de fidelidade irrestrita ao juramento sagrado, que tanto sublima o nosso Exército, "invariavelmente ao serviço da ordem".

Na Revolução de 30, o Regimento desloca-se da sede e vai até a Escola Militar do Realengo, onde acantonou e, no movimento armado de 32, participou vivamente,

entre outros, dos combates de Itaboranga e Taquari, em São Paulo. Em 1942, recebe o seu quinhão na importante tarefa de defesa da Barra do Rio-Grande, o que equivale dizer, da própria soberania pátria no quadrante sul.

Após o Natal de 1944, oferece um punhado de bravos para o Centro de Recompletamento da FEB e lá, nos campos tintos de sangue da velha Europa, os expedicionários do Regimento cobriram-se daquelas glórias imarcáveis que cingiram os soldados do Brasil, na submissão redentora imposta às forças arrogantes do nipo-nazi-fascismo.

Com uma história, assim, fabulosa, escrita ao fragor de lutas épicas, com o sangue generoso da gente altaiva do pampa, pontilhada de lances magistrais tanto quanto aquêles que a poesia divinatória de Homero glorificou nos cantos imortais da Ilíade, o 3º Regimento de Artilharia 75 a Cavalo tem valores positivos para encher de magnificência a guerra e a paz, como diria Ruy "cimos de luz para se medir com as mais altas grandezas".

— "Admiro e louvo o espírito de empreendimento e de colaboração que reina em seu meio e os sentimentos patrióticos que animam seus oficiais e praças, fatores voluntários e dedicados de operosidade, dinamismo e capacidade militar, que constituem o valor desse Corpo de Tropa". Foi assim, na policromia viva desses matizes, que ilustre Cabo de Guerra pinçou suas impressões sobre o Regimento.

Conjunto eclético de Homens, Máquinas e Animais, formando, na diversidade marcante, uma unidade gloriosamente harmônica, o nosso Regimento abriga em seu bôjo a soma de todos os atributos cívicos e morais do soldado brasileiro, "inexcedível pelas suas virtudes militares e incomparável pelos seus feitos de guerra".

O Homem, é daquela témpera adamantina do guasca alteroso, que, na imagem feliz do pensador,

"ostenta o pala como flâmula sólta ao vento", como estandarte de um povo que jamais implorou liberdade de joelhos, porque soube, sempre, conquistá-la de arma na mão.

A Máquina, glorifica-se no ferro eterno dos Krupps imponentes, na potencialidade majestosa dos canhões, que são florões de glória na vida guerreira da Unidade e constituem, afinal, a própria alma do Regimento brioso.

O Animal, é o cavalo, que nas polvadeiras que as suas patas levantam, relembra o tropel libertário dos gigantes maltrapilhos de 35, de Canabarro, de Neto, de Bento Gonçalves e de tantos outros iluminados que lutaram, com deôndo, pelos princípios que hoje servem de embasamento ao ideal democrático dentro do Novo Mundo, e doutrinaram para o porvir: "Povo que não tem virtude, acaba por ser escravo".

O Homem é o gaúcho, a Máquina é o canhão e o Animal é o cavalo.

Gaúcho, Canhão e o Cavalo: Trindade excelsa!

Três companheiros inseparáveis, três amigos leais, três símbolos honrando uma pátria, três legendas glorificando uma raça, três motivos exaltando o Regimento, para grandeza maior do Exército Brasileiro.

Nessa coorte aguerrida de bravos e de predestinados que o Regimento reúne, reflete-se o pendor liberal, o fervor patriótico e a mistica da exaltação nacional, que perpetuaram na lembrança agradecida da Pátria as gerações flamujantes da Inconfidência, da Independência, da Abolição e da República.

Bagé engalanava-se e, com ela, o Rio Grande do Sul e o Brasil, para a celebração emotiva do 68º aniversário do 3º Regimento de Artilharia 75 a Cavalo.

Há na vibração íntima desta memoração sublimada, "o culto votado à Pátria e aos seus dignos servidores", que alguém chamou: Religião cívica.

Aqui, entre as coxilhas verdejantes que a dominam, Bagé entoa o seu *Te Deum Laudamus*, de requintada brasiliade, reafirmando a sua fé nos destinos da Pátria comum.

Para o esplendor maior dessa liturgia, em que o Regimento recebe a unção consagradora da exaltação popular, a terra indômita que "nasceu do tropel dos centauros", evoca o verbo oracular de seu filho glorioso, do tribuno de raça e apostolo de todas as liberdades que foi Gaspar da Silveira Martins, porque no amor à Justiça e ao Direito que tanto deslumbraram o imortal rio-grandense — é que Bagé retempera o seu civismo, para reverenciar o símbolo vivo do poder incoercível das armas nacionais.

Das celebrações festivas do evento memorável, o patriotismo alentado de seus organizadores faço constar a entronização de uma rica tela no Salão Nobre da Unidade, reproduzindo o lance homérico da "Rendição de Santa Tecla".

É a fabulosa epopéia de Rafael Pinto Bandeira, uma das glórias mais altas das armas do Brasil, antecipando no Tempo o "Marco meridional da nacionalidade brasileira" e garantindo ao redivivo guerreiro gaúcho o renome singular de "a maior espada do século XVIII".

É a afirmação estupenda da nossa fatalidade histórica dentro da América livre, democrática, cristã.

É o florão de luz que ilumina as páginas palpitantes da história

militar do Brasil, escrita com a intrepidez insuperável de Vidal de Negreiros, Pinto Bandeira, Andrade Neves, Osório, Caxias, Deodoro, Floriano, Mascarenhas de Moraes e tantos outros Soldados proeminentes, ou com estoicismo dos que lutaram e tombaram animadamente em Tabocas ou Guararapes, no Paraguai ou na Itália, ou onde quer que tenham exigido os brios e a honra da Pátria estremecida.

Na evocação sensitiva de Santa Tecla, o 3º Regimento de Artilharia 75 a Cavalo empresta à celebração da sua data aniversária a pompa indizível da mais requintada brasiliade.

Memorando a figura espartana de Rafael Pinto Bandeira, os "Pistoleiros do Candal" encontram inspiração suprema para o cumprimento do dever sagrado, tanto quanto para a convicção, sempre renovada, de que o Brasil tem um destino glorioso a cumprir.

E se o próprio Deus, nos mistérios insondáveis da sua onipotência tracou este destino nos céus na nossa Pátria, com os fios de luz do Cruzeiro do Sul, não haverá mão humana ou força terrena capaz de quebrar o seu ritmo natural, nem estrangeiro audaz ou patrício desfibrado que ouse substituir por outro qualquer, esse mesmo símbolo de estrelas que rebilha majestoso no coração dos brasileiros e nas dobras do auriverde pendão da nossa terra.

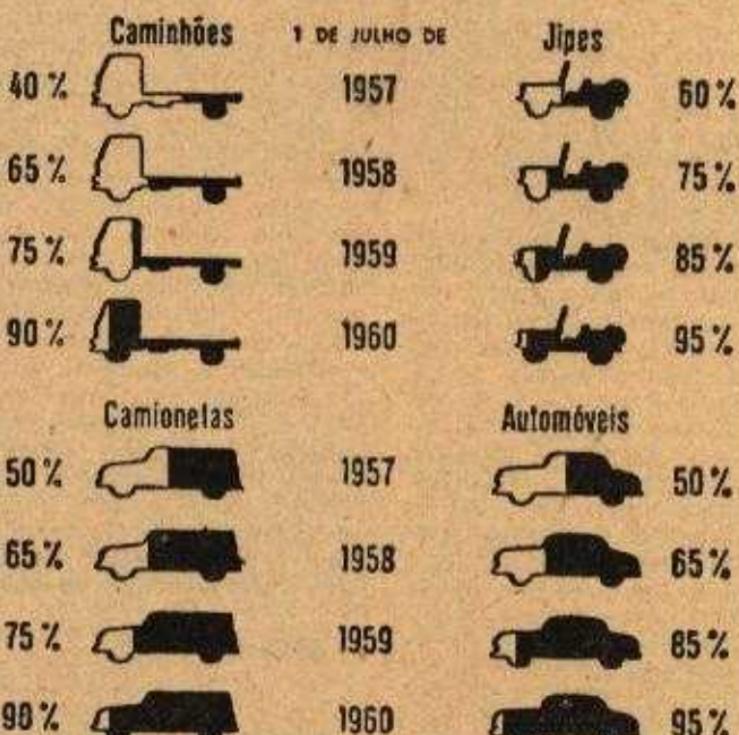
Glória, pois, ao Regimento lendário!

Hosana à terra heróica de Bagé!

BRASILIANAS

ÍNDICES DE PRODUÇÃO NACIONAL DOS DIVERSOS TIPOS DE
VEÍCULOS, DE ACORDO COM OS PLANOS AUTOMOBILÍSTICOS
APROVADOS

● % em péso dos pesos a produzir no Brasil



Bol. da ADESG

• A mineração do nordeste

(Desenvolvimento & Conjuntura
Julho — 957)

Um dos pontos mais fracos em nosso processo de industrialização tem sido a mineração. Na verdade, o crescimento do setor mineral não vem acompanhando o desenvolvimento industrial do país.

Comparada com a produção manufatureira que, de 1939 a 1944, aumentou de 134%, o incremento da mineração no Brasil, em igual período, teria sido de apenas 40%.

O atraso da mineração, além de privar o país de enorme soma de divisas que obteria com uma significativa exportação, sobrecarrega a pauta de importação com subs-

tâncias minerais que facilmente poderiam ser produzidas em diversos Estados. Em 1955 as nossas importações de matérias-primas em bruto e preparadas de origem mineral atingiram Cr\$ 772 milhões e as de metais comuns usados em metalurgia somaram Cr\$ 2,5 bilhões.

Mesmo no Nordeste, particularmente no Rio Grande do Norte, onde a atividade mineira é bastante acentuada, a participação do setor em foco, na renda global, têm sido geralmente reduzida (cerca de 5%).

A percentagem da mineração sobre a renda total nordestina apresentou as seguintes variações: 0,35% em 1950; 0,83% em 1951; 0,58% em 1952; 0,52% em 1953; 0,45% em 1954; 0,45% em 1955.

Vem o Nordeste perdendo a sua participação na renda do setor mineração do país, passando de ... 13,2% em 1950 para 9,9% em 1955.

Destacam-se na mineração nordestina: sal, scheelita, gesso, minério de manganês, cristal de rocha e, mais recentemente, petróleo (Bahia) e fosfato natural.

A produção de sal (21% do valor total da produção mineral do Nordeste em 1955), vem declinando assustadoramente fenômeno que também ocorre nas demais Regiões. Em 1955 o Nordeste produzia menos sal do que em 1947.

A extração de scheelita (minério de tungstênio), vem se desenvolvendo no Rio Grande do Norte, tendo participado em 1953 com cerca de 11% do montante da renda industrial daquele Estado.

Em Olinda, Pernambuco, a exploração de fosfato natural apresenta-se com grandes possibilidades, dadas as condições favoráveis em que se apresenta. Deve ser ressaltado que, só desse fertilizante, adquirimos no exterior, no ano passado, 112 mil toneladas.

Não há até agora nenhum plano geral de fomento da produção extrativa mineral. A disponibilidade de recursos minerais no Nordeste, apesar do pouco conhecimento que se tem da extensão das jazidas

econômica exploráveis, é um patrimônio que poderia ser adequadamente valorizado mediante um programa objetivo de fomento dirigido pelas entidades interessadas, direta ou indiretamente, no desenvolvimento daquela área.

Tais dados provêm do Banco do Nordeste, que considera a Região de forma distinta da classificação do IBGE, isto é, inclusive os Estados do Piauí até a Bahia.

A prioridade de um programa de incentivo à produção extrativa mineral é justificada na Região Nordeste, onde as oscilações da produção agrícola e a atual estrutura de produção são responsáveis pela instabilidade e, até certo ponto, pelo atraso da economia local. É bem verdade que os produtos minerais destinados à exportação poderiam constituir uma exploração tão instável quanto a atual atividade agrícola. No entanto, resta ainda a considerar a possibilidade de um suprimento ao mercado sulino, integrando melhor as duas economias.

O Banco do Nordeste do Brasil é a entidade que possui recursos e a mais indicada para promover aqueles incentivos, escolhendo dentro do quadro da produção mineral quais os itens que maiores possibilidades oferecem à Região e que tenham significação para o mercado interno e externo.

● Reflorestamento

(Esso Agrícola)

O Brasil possui mais de 4,5 milhões de quilômetros quadrados de seu território cobertos de florestas. Desses total, porém, mais de 3,7 milhões se concentram em quatro Estados (Amazonas, Pará, Goiás e Mato Grosso, além dos Territórios), restando menos de um milhão para as 17 unidades das regiões Nordeste, Leste e Sul. Por ai se pode ver quanto é mal distribuída a riqueza florestal brasileira. Acresce que, justamente nas zonas menos favorecidas, reali-

zam-se as maiores derrubadas, ora para o aproveitamento do terreno em lavouras, ora para a transformação da lenha em combustível. O caso do Nordeste é típico: depois de quatro séculos de monocultura canavieira a zona da mata (assim chamada precisamente por suas florestas) é, hoje, vasta região sem árvores. O mesmo está acontecendo na zona canavieira do Estado do Rio. E o Sul — São Paulo e Paraná — sofre situação idêntica, em virtude também de uma riqueza vegetal: o café. Mas o local para onde se voltam mais insistentemente os olhos das autoridades, nesse setor, é o Estado de Minas Gerais, pelo fato de se concentrarem ali as nascentes de alguns dos mais importantes rios brasileiros, como o "rio da unidade nacional", o São Francisco.

● Parque minero-siderúrgico do Estado do Rio

(noticiário)

O Estado do Rio de Janeiro produz aço em lingotes, aço e ferro fundidos, água mineral, cimento Portland comum, dolomita, estanho, ferro gusa, ferro laminado, gesso, ligas de ferro cromo, ligas de ferro silício, mármore e sal. Em 1955 os maiores algarismos referentes a tais produtos assim se apresentavam: ferro laminado, 575.877 toneladas, no valor de Cr\$ 4.496.974.744,00; aço em lingotes, 724.595 toneladas, no valor de Cr\$ 1.811.066.490,00; ferro gusa, 547.925 toneladas, no valor de Cr\$ 1.019.577.848,00; cimento Portland comum, 778.575 toneladas, no valor de Cr\$ 870.202.000,00.

Os demais produtos apresentam índices inferiores. O Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, informa que, em 1955, o volume global dos produtos citados atingiu 2.749.771 toneladas, com o valor correspondente de Cr\$ 8.610.995.407,00.

● Usina Termoelétrica de Capivari

(noticiário)

Após as solenidades no palácio do governo do Estado de Santa Catarina, que assinalaram a subscrição do capital da Sociedade Termoelétrica Capivari — SOTELCA — no montante de 430 milhões de cruzeiros, sendo 160 milhões pelo Estado de Santa Catarina, 130 milhões pelo governo federal, 120 milhões pela Siderúrgica Nacional e 20 milhões pelos mineradores, a reportagem procurou ouvir algumas das autoridades presentes sobre aquélle acontecimento, considerado o mais arrojado desde 1921, quando foi assinado o contrato da Ponte Hercílio Luz, gigante metálico que liga esta ilha ao continente.

O senador Carlos Gomes de Oliveira, um dos presentes às solenidades, declarou que "o ato que há poucos instantes se havia realizado no salão de despachos do governador Lacerda, era o arremate de um dos maiores empreendimentos jamais realizados em Santa Catarina, beneficiando não sómente a economia do Estado, mas de todo o País, em energia e como fonte de progresso. Com energia Santa Catarina marchará para o progresso. Está de parabéns o governador Jorge Lacerda e o povo catarinense".

O general Pinto Veiga, presidente da Comissão Executiva do Plano Nacional do Carvão, por sua vez disse o seguinte: "Ressalto a significação do ato mais uma vez, pois a energia conduz à produtividade". Afirmou ainda que a obrigação de todo o povo brasileiro era a de interessar-se pela energia elétrica, em nosso País. Assinalou, em seguida, que a Usina Termoelétrica de Capivari tivera, desde o início das conversações, o apoio atuante e estimulante do governador Jorge Lacerda.

Mais adiante, disse o general Pinto Veiga que "quando se trata dos interesses de Santa Catarina,

todos os políticos se unem, por mais adversários que sejam e, desse modo, todos prestaram decisiva colaboração". Indagado sobre quando seria inaugurada a Termoelétrica de Capivari, o general, declarando que, "por mim, seria amanhã mesmo", afirmou que a inauguração do empreendimento está prevista para 1960.

● Minérios brasileiros de baixo teor

(noticiário)

Informa-se que a Fundação Armour para Pesquisas está investi-

gando o potencial econômico dos depósitos de minério de ferro de baixo teor do Estado de Minas Gerais. Afirma a Fundação Armour que os chamados minérios brasileiros de baixo teor são de qualidade igual à do minério de alto teor de outras regiões do globo. Os estudos em andamento visam principalmente a viabilidade do transporte desse minério, desde os depósitos, situados a quase 500 quilômetros do litoral.

● Produção brasileira de café — 1956

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Área cultivada (ha) (1)	QUANTIDADE		Valor (Cr\$ 1.000) (2)
		Total (1)	Por hectare (kg)	
Acre	496	210	424	6.806
Amazonas	91	19	208	496
Pará	96	31	325	366
Maranhão	49	16	324	486
Ceará	13.338	4.418	331	133.463
Paraíba	454	341	750	8.312
Pernambuco	40.631	22.405	551	470.382
Alagoas	4.200	1.806	454	51.081
Sergipe	429	105	245	3.179
Bahia	75.781	28.322	374	530.320
Minas Gerais	638.557	230.242	337	5.969.486
Espírito Santo	275.068	117.584	427	2.144.854
Rio de Janeiro	55.485	26.440	477	570.315
São Paulo	1.355.308	476.611	306	16.759.082
Paraná	389.936	117.545	199	3.931.152
Santa Catarina	5.025	2.799	557	70.847
Mato Grosso	9.584	4.883	512	132.826
Goiás	46.012	32.566	710	890.178
BRASIL	3.355.600	1.066.555	318	81.593.308

FONTE: Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura.
NOTAS: 1. Dados provisórios, baseados em algumas regiões do país, nas áreas plantadas e, noutras, em colheitas já realizadas, cujo montante, porém, ainda depende de confirmação. 2. Os dados referentes à quantidade e ao valor correspondem ao café beneficiado. 3. Para o cálculo da produção por hectare foi tomada a expressão da quantidade em kg.

- (1) Considerada apenas a área ocupada com pés em produção.
- (2) Na falta de informações sobre os preços do produtor, nos municípios onde a colheita só é concluída nos últimos meses do ano, o valor, em algumas Unidades da Federação, foi calculado segundo o preço médio verificado no ano anterior.

São Paulo e Minas Gerais, o que pelo simples fato em si implica num esclarecimento praticamente desnecessário, continuam a manter nos quadros estatísticos da cafeicultura brasileira, os maiores índices de área cultivada. Em terceiro e quarto lugares, colocam-se Paraná e o Espírito

Santo, cujo escoamento da produção para o Exterior se processa, respectivamente, através dos portos de Paranaguá e Vitória. Malgrado a presente estatística não assuma caráter definitivo de análise econômica, sente-se, à sua leitura, o declínio da lavoura cafeeira no Estado do Rio, outrora produtor dos mais importantes do país e cujo café, ao lado do açúcar, se escoava em demanda ao Atlântico através do então navegável rio Paraíba. Enquanto isso a Bahia, terra do cacau, beneficiada agora pelo avultar da exploração do petróleo, apresenta uma área, ocupada pela cultura do café, superior em 20.296 hectares à do Estado do Rio.

• Mamona, grande negócio

(noticiário)

Até a primeira conflagração mundial a mamona era empregada apenas para fins medicinais, como óleo de ricino. De cotação lógicamente inexpressiva, ninguém cuidava de cultivá-la intensivamente, o que, em suma, era muito natural.

Acontece que após a chamada guerra do Kaiser (1914-1918), a mamona ganhou projeção. Passou a ter largo empréstimo como óleo lubrificante, de alta qualidade. Pelas excepcionais virtudes que o singularizam no confronto dos demais, o óleo lubrificante de mamona, goza de incontestável prestígio e absoluta preferência, sendo insubstituível, por assim dizer, na aviação, mercê de sua resistência à toda prova, na alta ou baixa temperatura.

Em certa época, a produção brasileira de mamona deixou para trás a Índia, o Oriente Médio e a Rússia Meridional. Hoje, entretanto, após um período de lamentável declínio, vamos recuperando terreno. Mas, ainda estamos longe de sobrepor o impacto de nossa produção em massa no jogo da competição mundial.

É rendosíssima, até impressionante, a cultura da mamona. Um hectare pode produzir até 8.000 quilos da baga de ouro. Ao preço corrente de 9 cruzeiros, teríamos aí a bela cifra de 72.000 cruzeiros, renda bruta por hectare. Sem maior trabalho, pois a planta não

é exigente, nem quanto à qualidade das terras nem no tocante aos cuidados, uma só família, pequena, cultiva 10 hectares, cuja produção afinal oferece em algarismos um tentador resultado. Isso, aliás, é só uma meia verdade, pois sem transporte fácil, os lucros diminuem, sem contar com a grande parcela que fica nas mãos dos intermediários.

No Nordeste e particularmente na Bahia o cultivo de mamona vem sendo feito em larga escala, inclusive mesclada em extensas áreas de palmeiras. Observa-se a associação das duas culturas ao longo das estradas vicinais de Jacobina, de Queimadas e outros municípios baianos, assim como no próprio planalto desse Estado. Em extensos tratos de terra, antigamente ermos como no alto da Serra do Tombador, ao lado do fumo, a mamona tem feito surgir povoados novos e animado a vida regional com um novo fomento.

O fato é tão mais digno de registro, quando se sabe que o nosso homem do campo, no caso, age por iniciativa própria e desajudado de tudo, mesmo da desejável assistência agronómica e financeira.

Seria oportuno, por exemplo, que fosse fornecido aos lavradores, um pouco de sementes da famosa "mamona israelita" que na Palestina, e mesmo em certas regiões do Brasil, está provando ser mais rendosa que a mamona comum, com índice de rendimento de óleo três vezes superior.

Noticiário de Interesse Militar

PRÉMIO DE 50 MIL CRUZEIROS

Concurso para elaboração de um Manual de Hipologia

A Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCCN) institui um Concurso para elaboração de um Manual de Hipologia, com as condições abaixo especificadas:

1. Prêmio — O vencedor receberá um prêmio de cinqüenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00) e mais 50% dos lucros obtidos com a venda de mil (1.000) exemplares, os quais serão impressos pela Diretoria Geral de Remonta e Veterinária.

2. Só poderão concorrer veterinários brasileiros, diplomados por Escolas Superiores de Veterinária.

3. Os originais do Manual devem ser dactilografados em papel tamanho ofício, com espaço duplo, contendo de 300 a 400 páginas.

4. Devem ser enviadas para a sede provisória da CCCCN, na Diretoria-Geral de Remonta e Veterinária — Palácio da Guerra — Praça Duque de Caxias — Rio de Janeiro, DF, assinados com pseudônimo, acompanhados de um envelope lacrado, contendo a identificação do autor.

5. Deverão ser remetidos até o dia 31 de dezembro do corrente procedendo-se o julgamento no período de janeiro a 30 de março de 1958, por uma Comissão designada pelo Presidente da CCCCN.

6. O Manual deverá conter em seu texto os assuntos abaixo dentro do número aproximado de páginas que especifica:

a) DEFINIÇÕES E HISTÓRICO. — Introdução do cavalo no Brasil: pelos português, pelos espanhóis e guaranis, pelos holandeses — 5 páginas.

b) ANATOMIA E FISIOLOGIA. — Locomoção — Grandes atividades — Digestão — Respiração — Circulação — Depuração urinária e cutânea — Inervação — Órgãos dos sentidos — Funções de reprodução — 30 páginas.

c) EXTERIOR. — Regiões exteriores — Cabeça — Tronco — Membros — Taras — Idade — Pelagens — Resenha — Atitudes — Movimentos — Andaduras — Defeitos de andaduras — Aprumos — Proporções — Hipometria — Pé — 80 páginas.

d) CRIAÇÃO. — Escolha do local, pastagens, escolha da raça, escolha dos reprodutores — Métodos de reprodução — Instinto genésico — Monta — Inseminação artificial — Fecundação — Gestação — Parturição — Aborto — Aleitamento — Desmama — Recria — Amansamento e adestramento — 80 páginas.

e) RACAS — Cavalos puro sangue Árabe, Puro sangue inglês, Anglo-Arabe — Cavalos de tiro: Bretão, Percheron. Outras raças: Hunter, Normando, Andaluz. Raças nacionais: Crioula do Sul, Mato-Grosso, Nordestina, Mangalarga, Campolina (Incluir o standard das raças — 50 páginas).

f) ALIMENTAÇÃO. — Considerações gerais — Alimentos: fechos, cereais, verdejos, sal, sais minerais, vitaminas, água — Rações Substituições — Regimes — Refeições — Abeberar — 50 páginas (Nas rações, especificar: para garanhões, gestantes, crescimento, trabalho e manutenção.)

g) HIGIENE. — Influências da idade, do sexo, do ar, das estações, dos climas — Alojamentos — Asseio — Arreiamento — Trabalho — Higiene do cavalo novo — Das marchas, manobras, campanha e viagem — Estado de saúde — Estado de doença — Transportes: por estradas, via férrea, marítima, aérea — 30 páginas.

h) UTILIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO. — Na agricultura e pecuária — Cavalo Militar — Nos esportes: turfe, polo, salto — Hippogragia — 20 páginas.

i) DOENÇAS. — Dos diversos aparelhos — Ferimentos diversos — Ferimentos pelo arreamento — Moléstias contagiosas — Socorros de urgência — 30 páginas.

j) DADOS ESTATÍSTICOS — 5 páginas.

7. Os autores poderão ampliar os assuntos especificados e incluir outros que lhes pareçam necessários.

8. Ao tratarem das camas dos animais estabulados, devem tecer comentários a respeito do uso da areia para esse fim, serragem, palha, etc.

9. No capítulo sobre o estado das pelagens devem incluir um quadro contendo a sinónimia das mesmas, com as designações usadas no Sul, no Centro e no Nordeste do país.

10. Na parte que tratar das plantas forrageiras, devem organizar um quadro sinótico das famílias das leguminosas e gramíneas mais indicadas para o cultivo nas várias regiões do país, composição, valor nutritivo, etc.

11. O trabalho deve conter no mínimo o número de estampas e desenhos abaixo, de acordo com os assuntos citados:

a)	Regiões exteriores	6
b)	Casco	3
c)	Cabeça	2
d)	Apricus	21
e)	Esqueleto	1
f)	Aparelho digestivo	1
g)	Aparelho circulatório	1
h)	Sistema nervoso	1
i)	Aparelho locomotor	1
j)	Dentes (idade)	12
l)	Fotografias de raças e tipos (Características)	12

Incluindo: Árabe — Corrida — Bretão — Crioulo do Sul e do Nordeste — Anglo-Árabe — Mangalarga, Campolina, etc. — Normando — Hunter — Andaluz — Percheron, etc. — Jumento: Pêga, Brasileiro, Nordestino, etc.

- m) Fotografias dos três melhores craques do turfe nacional.
- 12. Relação dos craques nacionais, com percurso, tempo e prêmio — 5 páginas.
- 13. Folclore — 3 páginas.
- 14. O Manual deve ser redigido de modo que sua leitura seja útil às Coudelarias, ao Turfe, às Sociedades Hipicas, aos Fazendeiros e aos Corpos de Tropa do Exército.
- 15. A bibliografia consultada, deve incluir:
 - a) O Cavalo e o Burro de Guerra e de Paz — Cap Diogo Branco Ribeiro;
 - b) Zootecnia Especial — Eqüídeos — Hermsdorff;
 - c) Hipología — Jacoulet e Chomel;
 - d) Hipotecnia — E. Solanet;
 - e) Veterinária Prática — Juan Homedes;
 - f) Eqüinoeultura — Bernardino;
 - g) El caballo criollo en la tradición argentina — Guillermo Terrera;
 - h) Raza Pura Sangre de Carrara — Daniel Inchausti;
 - i) Vocabulario Y refranero criollo — Tito Sanbidet;
 - j) Criemos bons eqüídeos — Armando Chieffi, publicação do Ministério da Agricultura.

RECORDE DE ALTITUDE E PERMANÊNCIA NO AR

O Major Médico David G. Simons, de 34 anos, da Força Aérea dos Estados Unidos, bateu, a 20 de agosto do corrente ano, em Crosby, Minnesota, o recorde de altitude, ao subir, numa barquinha de alumínio presa a um balão, a cerca de 31 quilômetros. O objetivo da prova foi estudar as reações físicas e psicológicas humanas nas camadas mais altas da atmosfera. Após 32 horas de permanência na barquinha, o Major Médico Simons aterrrou nas vizinhanças de Ellendale, na Dakota do Norte, quebrando os recordes de permanência e altitude para balões. O recorde anterior foi superado em 1.829 metros.

IMPORTANTE ARMA PARA A DEFESA ANTIATÔMICA

A mais espetacular das armas de guerra, após a descoberta da bomba atómica, vai ser exibida aos observadores aeronáuticos do mundo, durante a Exposição de Aeronáutica de Farnborough: o aparelho dirigido do ar e batizado como "Firestreak" (Raio de Fogo), desenhado por cientistas britânicos e construído na De Havilland Propellers, especialmente para a defesa antiatômica da Grã-Bretanha e de seus aliados.

O "Firestreak" é levado em aviões militares de determinados tipos, que operam em estreita colaboração com a defesa terrestre.

Tão pronto um avião inimigo, em caso de guerra, levante vôo, os aparelhos de patrulha, munidos de "Firestreak", são alertados e soltam a sua terrível arma.

Não se pode, por uma questão de segurança, entrar em detalhes sobre o funcionamento do "Firestreak". Mas o que vai ser revelado é que o aparelho, de uma distância razoavelmente longa, alcança, com seus raios infravermelhos, os bombardeiros ou teleguiados inimigos, que são incendiados no ar. Tal fato torna possível a explosão de uma bomba atômica no próprio país de onde foi lançada.

O mais importante, contudo, nesta impressionante arma, é que seu raio de ação é amplo. Assim, o "Firestreak" é capaz de, a grande distância, incendiar toda uma esquadrilha de aviões. Testes nesse sentido, ao que soubemos, foram feitos "em alguma parte do mundo" e com resultados que autorizaram a construção em série dos terríveis engenhos.

Com a construção do "Firestreak", uma potência hoje precisa pensar duas vezes antes de se empenhar numa guerra, atômica ou não. A barragem de raios será quase total, o que reduzirá sensivelmente a importância do avião como arma de ataque e mesmo de cobertura para as forças de terra ou de mar.

Talvez a revelação referente a essa arma explique as medidas recentemente adotadas pelo governo, de reduzir as verbas para as forças armadas, e os anúncios que ora surgem em toda a Grã-Bretanha, sobre a formação do Exército Científico.

Ao que parece, a Grã-Bretanha opera, neste terreno, em estreita harmonia com os Estados Unidos, com a divisão das pesquisas e dos empreendimentos militares em dois campos distintos: este país se preocupa com a guerra, por assim dizer, a curta distância, ao passo que os Estados Unidos dedicariam sua atenção às operações intercontinentais. Em outras palavras, a Grã-Bretanha constituiria o principal esteio da defesa européia, ao passo que os Estados Unidos se encarregariam do ataque.

GEN MALLET

Patrono da Arma de Artilharia

A fim de esclarecer nossos Assinantes, que nos consultam sobre a duplidade de retratos publicados no Almanaque do Exército, referentes ao Gen Mallet, informamos que o que vinha sendo publicado foi tirado logo após o término da Guerra do Paraguai e, que o novo clichê é do último retrato em vida do patrono da Artilharia, com todas as condecorações com que foi agraciado.

ATOS OFICIAIS

Decretos, leis, portarias, avisos e notas até 23 Ago 57

AVISO N. 642-D-6 — EM 26 DE JULHO DE 1957

Alimentação de Oficiais e Aspirantes a Oficial por conta do Estado

Considerando que em face da Circular da Presidência da República n. 29, de 27 de dezembro de 1956, este Ministério terá que se manter rigorosamente dentro dos recursos da lei orçamentária, não obstante os valores dos quantitativos de rancho e subsistência aumentarem para poder fazer face à alimentação dos militares alimentados por conta do Estado;

Considerando que a situação dos Oficiais e Aspirantes a Oficial, quando em serviço nas organizações militares que têm rancho próprio e residem distante da sua Unidade Administrativa, o que os impossibilita de almoçarem em suas residências, resolvo, para os efeitos de alimentação dos oficiais e Aspirantes a Oficial por conta do Estado, estabelecer as seguintes normas:

1) Que só serão alimentados por conta do Estado, durante os dias úteis, os Oficiais e Aspirantes a Oficial que tendo iniciado suas atividades no serviço, ensino ou instrução diária antes das 7,00 horas da manhã, forem obrigados a permanecer além das 12,00 horas nas organizações militares;

2) Não farão jus à alimentação por conta do Estado, os Oficiais e Aspirantes a Oficial que embora nas condições do item anterior, tenham o lapso de tempo e meios suficientes de transportes para fazerem suas refeições em suas residências;

3) Os Comandantes, Diretores e Chefes de Organizações militares, deverão regular na forma do item anterior, quais os militares que podem se afastar para fazerem suas refeições fora das respectivas organizações;

4) Recomendo aos Comandantes, Diretores e Chefes de Organizações militares que tenham rancho organizado, que restrinjam ao mínimo possível, o saque de etapas para alimentação dos militares que fazem jus à alimentação por conta do Estado, submetendo à decisão do escalão imediato, os pedidos de arranqueamento dos Oficiais e Aspirantes a Oficial, pertencentes a outras organizações militares que não possuam rancho organizado;

5) As importâncias já recebidas dos Estabelecimentos de Finanças, até junho próximo findo, em desacordo com as presentes normas, pertencerão às Unidades para solver os compromissos assumidos com a alimentação dos Oficiais e Aspirantes a Oficial.

6) Estas normas entrarão em vigor a partir do corrente mês de julho.

("Diário Oficial" de 30-VII-1957.)

AVISO N. 646-D-3-E — EM 26 DE JULHO DE 1957

Contagem de tempo de oficialato para classificação em Guarnição Especial — Solução de consulta

Em solução à consulta formulada pelo Diretor do Pessoal da Ativa, sobre dúvidas surgidas na aplica-

ção do art. 41 do Decreto n. 7.039, de 10 de setembro de 1944 (Lei de Movimento de Quadro), declaro que o tempo de oficialato (ou de serviço como oficial) deverá ser computado a partir da data da declaração de Aspirante.

(*"Diário Oficial"* de 30-VII-1957.)

**DECRETO N. 41.894 — DE
25 DE JULHO DE 1957**

Regula o acesso nos Quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição Federal, e atendendo ao disposto no art. 15 da Lei n. 2.999, de 11 de dezembro de 1956, decreta:

Art. 1º. O acesso nos diversos Quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, cujos efetivos foram fixados pela Lei n. 2.999, de 11 de dezembro de 1956, processar-se-á de acordo com o Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa, observadas as alterações constantes dos arts. 2º e 3º deste decreto.

Art. 2º. Além das condições estabelecidas pelo citado Regulamento é ainda exigido para promoção a Major nos Quadros de Oficiais Especialistas e Farmacêuticos, o diploma do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Parágrafo único. A exigência de ser possuidor do diploma do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais é dispensada até o ano de 1959, inclusive.

Art. 3º. A partir de 1960, sómente poderão ter acesso ao posto de Tenente-Coronel nos Quadros de Oficiais Especialistas e Farmacêuticos, os Maiores diplomados no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Art. 4º. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de julho de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKEK

Henrique Fleiss.

(*"Diário Oficial"* de 29-VIII-1957.)

**AVISO N. 699 D-5-A — EM
13 DE AGOSTO DE 1957**

Retificação ou alteração de nome, filiação ou naturalidade dos militares do Exército

De acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército resolvo baixar as seguintes normas reguladoras de processamento da alteração ou retificação de nome, filiação ou naturalidade dos militares do Exército:

a) A alteração ou retificação de nome, filiação ou naturalidade dos militares do Exército só será determinada:

1) quando houver evidente equívoco na organização dos documentos para alistamento, incorporação, matrícula nas escolas de formação, concessão de certificados de reservistas ou de isenção do serviço militar, ou de impressão do Almanaque do Exército;

2) quando o peticionário não haja apresentado sua certidão de nascimento ao se alistar ou quando tenha sido alistado à revelia, observadas as disposições do art. 25, § 2º e 26 do Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946;

3) nos casos de decisão judicial.

b) nos casos dos incisos 2 e 3, é arbitrado para requerer o prazo de cinco (5) anos após a verificação de praça, ou para os não incorporados, após o recebimento do documento comprobatório a que se refere o art. 141 do Decreto-lei número 9.500, de 23 de julho de 1946, e da publicação pela primeira vez no Almanaque do Exército.

c) A alteração ou retificação de nome, filiação ou naturalidade dos militares do Exército é de competência:

1) Do Departamento-Geral do Pessoal — para os oficiais;

2) Da Diretoria do Pessoal da Ativa — para os Subtenente e Sargentos da Ativa;

3) Dos Comandos de Regiões Militares — para os Cabos e Soldados da ativa em serviço no território de sua jurisdição;

4) Da Diretoria do Serviço Militar — para as praças da reserva remunerada ou reformadas;

5) Das Circunscrições de Recrutamento de domicílio — para os reservistas de qualquer categoria e para os isentos do serviço militar.

2. O processamento da retificação será feito mediante requerimento instruído:

a) Com certidão de idade, de inteiro teor (verbis ad verbum), extraída do Registro Civil;

b) Com documento a ser retificado, se for o caso.

3. Ordenada a retificação solicitada, será feito expediente aos órgãos interessados, a fim de serem feitas as devidas alterações nos assentamentos individuais e fichários de mobilização. No caso de se achararem as alterações da praça recolhidas ao Arquivo do Exército, a Diretoria do Serviço Militar fará comunicação a essa Repartição, em ofício, ao qual serão anexadas as referidas alterações sem necessidade de serem feitas quaisquer anotações relativas à retificação ordenada.

4. Em nenhum caso poderá ser administrativamente alterado ou retificado o nome, filiação ou nacionalidade do militar do Exército, quando consignada por mais de 5 (cinco) anos consecutivos nos seus assentamentos militares ou nos certificados de reservistas ou de isenção do serviço militar.

5. São revogados os Avisos números 244, de 21 de março de 1955 e 1.181, de 1 de novembro de 1956.

("Diário Oficial" de 19-VIII-1957.)

* * *

DECRETO N. 42.041 — DE 14 DE AGOSTO DE 1957

Autoriza o uso da Medalha "Marechal Trompowsky" nos uniformes militares.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere

o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. É autorizado o uso da Medalha "Marechal Trompowsky" nos uniformes militares.

Art. 2º. A Medalha "Marechal Trompowsky" fica incluída na letra b) do art. 2º do Decreto número 40.556, de 17 de dezembro de 1956, em seguida à Medalha "Mérito Santos Dumont".

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

("Diário Oficial" de 17-VIII-1957.)

PORTARIA N. 1.426 — DE 20 DE JULHO DE 1957

Criação de Qualificação Militar
(Alteração da Portaria n. 800-56)

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, em Ofício n. 492-A, de 10 de julho de 1957, resolve:

1. Criar a QMG 90 — Fabricação e Recuperação, constituída das seguintes QMP e funções:

QMP 131 — Operador de Máquina: Auxiliar de Operador de Máquina — Operador de Máquina.

QMP 132 — Mecânico de Precisão: Auxiliar de Mecânico de Precisão — Mecânico de Precisão.

QMP 133 — Mecânico de Armamento e Aparelhos: Auxiliar de Mecânico de Armamento e Aparelhos — Mecânico de Armamento e Aparelhos.

2. Incluir na Portaria n. 800-56:

a) Na 1ª alínea, do n. 81, a expressão: "Mecânico de Máquina Industrial".

b) Na letra e) do n. 82, um inciso (4), com a seguinte redação:

"(4) Mecânico de Máquina Industrial.

— Subtenente — Mecânico de Máquina Industrial.

— 1º Sargento — Mecânico de Máquina Industrial".

("Diário Oficial" de 23-VII-1957.)

* * *

**DECRETO N. 42.029 — DE
13 DE AGOSTO DE 1957**

Acresce um artigo ao Título IX, Disposições Transitórias do Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, aprovado pelo Decreto n. 36.955, de 25 de fevereiro de 1955

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica acrescido ao Título IX, Disposições Transitórias, do Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, aprovado pelo Decreto n. 36.955, de 25 de fevereiro de 1955, o dispositivo seguinte:

Art. 106. A exigência da letra b) do art. 71, a partir do corrente ano será tem menos 44, 46, 48 e 50 anos de idade, respectivamente para Capitães, Majores, Tenentes-Coronéis e Coronéis com referência a 31 de dezembro do ano em que se realizar a inscrição.

Art. 2º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.
Henrique Loti.

("Diário Oficial" de 16-VIII-1957.)

* * *

LEI N. 3.225 — DE 24 DE JULHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, para financiar operações da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para atender, no exercício de 1956, aos fins previstos na Lei n. 2.672, de 7 de dezembro de 1955.

Parágrafo único. O crédito especial a que se refere este artigo será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de julho de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

("Diário Oficial" de 25-VII-1957.)

* * *

**AVISO N. 688 D-5-D — EM
8 DE AGOSTO DE 1957**

Tendo em vista a prescrição contida no art. 6º da Portaria n. 2.100, de 19 de novembro de 1956, fica suspensa a movimentação de Cabos e Soldados, para fins de promoção, de um para outro Exército, não devendo, em consequência, ter encaminhamento os pedidos dessa natureza.

("Diário Oficial" de 12-VIII-1957.)

* * *

AVISO N. 689 D-5-D — EM 8 DE AGOSTO DE 1957

A fim de que seja fielmente cumprido o parágrafo único do art. 7º da Portaria n. 2.100, de 19 de novembro de 1956, determino que, doravante, os Comandantes de Tropa, Chefes de Repartições e Estabelecimentos, façam constar nas Observações da "Ficha de Promoções de Graduados" se é a 1ª, 2ª ou 3ª vez que o candidato usa da faculdade de desistir da promoção, por não desejar ser movimentado da Guarnição.

("Diário Oficial" de 12-VIII-1957.)

**DECRETO N. 41.903 — DE
29 DE JULHO DE 1957**

Cria o Símbolo do Estado-Maior das Fórcas Armadas, com as dimensões e características que especifica, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica criado o Símbolo do Estado-Maior das Fórcas Armadas com as seguintes características:

- a) reunião dos Símbolos das três Fórcas Armadas, circundados por dois ramos de louro, atados por um laço na forma indicada no molde que acompanha o presente decreto (ver "D.O." indicado);
- b) as asas e os ramos de louro serão em dourado;
- c) a âncora com amarra será em prateado; e
- d) dimensões: as do desenho.

Art. 2º. O presente decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

(*"Diário Oficial"* de 1-VIII-1957.)

* * *

LEI N. 3.222 — DE 21 DE JULHO DE 1957

Extingue o Quadro Auxiliar de Administração do Exército e o de Topógrafos do Serviço Geográfico do Exército; Dispõe sobre a formação do Quadro de Oficiais de Administração e do Quadro de Oficiais Especialistas, e dá outras providências.

(*"Diário Oficial"* de 22-VII-1957.)

* * *

**DECRETO N. 42.032 — DE
13 DE AGOSTO DE 1957**

Acresce ao Decreto n. 30.955, de 7 de junho de 1952, função de direção ou de natureza técnica na Companhia de Eletricidade de Manaus, quando exercida por oficiais de qualquer das três Fórcas Armadas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere

o art. 87, n. I, da Constituição, e tendo em vista a Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951, decreta:

Art. 1º. É acrescida ao Decreto n. 30.955, de 7 de junho de 1952, para efeito do disposto nos arts. 24, letra e) e 29, letra i) da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951, função de direção ou de natureza técnica na Companhia de Eletricidade de Manaus, quando exercida por oficiais de qualquer das três Fórcas Armadas.

Art. 2º. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

Antonio Alves Câmara.

Henrique Lott.

José Maria Alkmim.

Francisco de Melo.

(*"Diário Oficial"* de 15-VIII-1957.)

* * *

**PORARIAS DE 7 DE AGOSTO
DE 1957**

N. 1.603 — O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, da Lei do Ensino Militar, e de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, resolve:

1. Fica criado na Escola de Saúde do Exército, a título experimental, o Curso de Organização e Administração de Saúde que terá como finalidade ministrar conhecimentos sobre a Organização Hospitalar e dos demais órgãos e estabelecimentos dos Serviços de Saúde das Fórcas Armadas — em tempo de paz e de guerra.

2. A Diretoria-Geral do Ensino deverá promover as medidas necessárias para que o Curso possa funcionar a partir de 1958.

3. Durante o período de funcionamento em caráter experimental, o Curso será freqüentado, exclusivamente, por oficiais superiores dos

DECRETO N. 41.990 — DE 6 DE AGOSTO DE 1957

Modifica o distintivo do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas da Escola Superior de Guerra, instituído pelo Decreto n. 34.789, de 16 de dezembro de 1953.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. O distintivo do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, criado pelo Decreto n. 34.789, de 16 de dezembro de 1953, passa a ter as características que se seguem:

a) sobre um resplendor dourado situa-se um campo circular azul-turquesa, em esmalte, limitado por uma cadeia dourada de elos retangulares, ligeiramente curvos nos cantos e que simboliza a Escola Superior de Guerra;

b) aplicado no centro do campo azul-turquesa, em relevo, o símbolo do EMFA com suas características próprias;

c) sobre o centro do emblema, em 1º plano, um sabre como símbolo do comando;

d) o distintivo constituirá uma peça ligeiramente convexa, estampada em metal, nas dimensões de 4,5 x 5 cm, disposta de dois fixadores; e

e) norma de acordo com o modelo que acompanha o presente decreto (ver "D.O." indicado).

Art. 2º. O distintivo será usado sobre o bôlso superior direito da tunica ou na posição correspondente.

Art. 3º. O presente decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 1957; 136º da Independência e 89º da República.

("Diário Oficial" de 7-VIII-1957.)

* * *

PORTARIA N. 1.601 — DE 6 DE AGOSTO DE 1957

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, conforme parecer

do Estado-Maior do Exército, e proposta do Comandante da Escola Técnica do Exército, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, da Lei do Ensino Militar, aprovada pelo Decreto-lei n. 4.130, de 26 de fevereiro de 1942, resolve:

a) Criar na Escola Técnica do Exército, o "Curso de Engenharia Nuclear" a funcionar em coincidência com o ano letivo da referida Escola.

b) Aprovar as Instruções anexas para funcionamento do referido Curso.

("Diário Oficial" de 8-VIII-1957.)

* *

DECRETO N. 42.112 — DE 20 DE AGOSTO DE 1957

Aprova o Regulamento para a concessão da Medalha "Mérito Tamandaré".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento para a concessão da Medalha "Mérito Tamandaré", que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Marinha.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1957; 136º da Independência e 89º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Antonio Alves Câmara.

("Diário Oficial" de 22-VIII-1957.)

* *

AVISO N. 653-D-5-D — EM 29 DE JULHO DE 1957

Para fins de apreciação do requisito referido na letra c) do art. 18 da Lei de Promoções de Oficiais (Lei n. 2.657, de 1 de dezembro de 1955) sobre as exigências dos arts. 7º a 18 da Lei de Movimentação de Quadros (Decreto-lei nú-

mero 7.039, de 10 de novembro de 1944), estabeleço o seguinte:

1 — O tempo de afastamento da tropa, de que trata o art. 7º da LMQ é contado da data do desligamento até a da apresentação do oficial, novamente, pronto para o serviço, em Unidade de Tropa, constante da Organização dos Quadros de Efetivos do Exército, definidos em Lei, ou como tal mandada considerar pelo Ministro da Guerra.

2 — No cômputo do tempo de afastamento de uma mesma guarnição, a que se refere o art. 18, considerar:

a) pelo dôbro, o tempo passado na FEB, entendendo-se, como tal, o tempo decorrido desde a data do embarque para o estrangeiro, no primeiro porto nacional, até a data do término da guerra (8 de maio de 1945), ou até a data de desembarque de regresso, para os que voltaram antes do término da guerra. O tempo não compreendido nesses limites, passado fora da guarnição de origem, será contado normalmente;

b) pelo dôbro, o tempo passado na Guarnição de Fernando de Noronha, desde que compreendido no período de 25 de setembro de 1942 a 8 de maio de 1945, de acordo com o Aviso n. 972, de 16 de novembro de 1953, será contado observando-se

as prescrições estabelecidas pelo artigo 121 do CVVM (Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951);

c) Nos demais casos, como iniciado na data de embarque do oficial na Guarnição de origem, ou na de sua apresentação ao seu novo destino, quando não se tiver conhecimento da primeira, e terminado na de apresentação, de regresso, à Guarnição de origem;

d) os afastamentos inferiores a 1 (um) ano, que de acordo com a LMQ não interrompem os prazos, como não sendo de permanência na guarnição de origem;

e) o tempo de permanência, em uma mesma guarnição, de oficial agregado no desempenho de função prevista no art. 45 do Regimento da Lei de Promoções, idêntico ao passado em serviço ativo nessa guarnição. Nos outros casos de agregação, o tempo de permanência na guarnição, como enquadrado em situação análoga à constante na letra d) deste Aviso;

f) para o cálculo dos dias decorridos entre as datas de início e término do afastamento, o procedimento estabelecido no CVVM para o cálculo de vencimentos.

3 — O presente Aviso torna insubsistente o de n. 1.241-D5, de 21 de novembro de 1956.

("Diário Oficial" de 1-VIII-57.)

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Dr. Epílogo de Campos.
Dr. José de Almeida Rios.
Gen. Silveira de Mello.
Gen. Ignácio Carneiro da Fontoura.
Ten-Cel. Gerardo Lemos do Amaral.
Ten-Cel. Tasso Vilar de Aquino.
Maj. Kleber Assumpção.
Maj. Otto Arlindo Berenhauser.

EX LIBRIS



E é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 10,00

S. M. G.
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1967